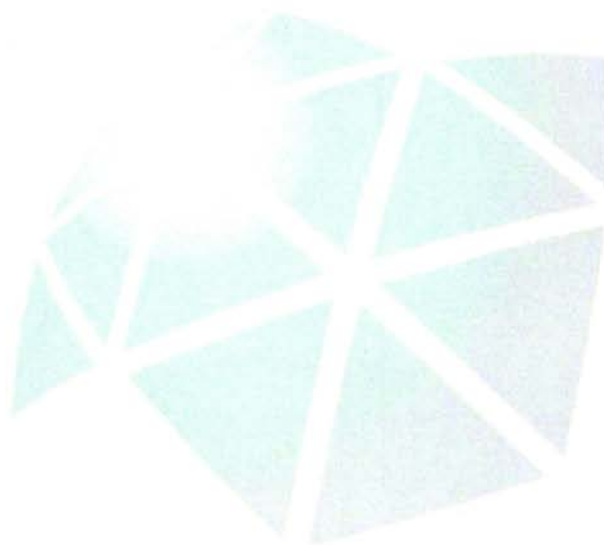


**unesp**  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**  
**“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**  
Faculdade de Ciências e Letras  
Campus de Araraquara - SP

GABRIEL PAPA RIBEIRO ESTEVES

**Eleições, Mídia e Memória:** uma análise do jornal *Folha*  
*de S. Paulo*



ARARAQUARA – S.P.  
2015

GABRIEL PAPA RIBEIRO ESTEVES

**Eleições, Mídia e Memória:** uma análise do jornal Folha  
de S. Paulo

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

**Linha de pesquisa:** Cultura, Democracia e Pensamento Social.

**Orientadora:** Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Eliana Maria de Melo Souza

**Bolsa:** CAPES

ARARAQUARA – S.P.  
2015

Esteves, Gabriel Papa Ribeiro

Eleições, Mídia e Memória : uma análise do jornal *Folha de S. Paulo*  
/ Gabriel Papa Ribeiro Esteves – 2015  
130 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade  
Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e  
Letras (Campus de Araraquara)

Orientadora: Eliana Maria de Melo Souza

1. Mídia. 2. Ditadura. 3. Memória. 4. Eleições.  
5. Folha de S. Paulo (Jornal). I. Título.

GABRIEL PAPA RIBEIRO ESTEVES

**Eleições, Mídia e Memória:** uma análise do jornal *Folha de S. Paulo*

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

**Linha de pesquisa:** Cultura, Democracia e Pensamento Social.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Eliana Maria de Melo Souza

**Bolsa:** CAPES

Data da defesa: 27/03/2015

**MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:**

---

**Presidente e Orientador:** Dr<sup>a</sup> Eliana Maria de Melo Souza  
UNESP – FCLAr.

---

**Membro Titular:** Dr<sup>a</sup> Isabel Ferin Cunha  
Universidade de Coimbra - Portugal

---

**Membro Titular:** Dr<sup>a</sup> Maria Ap. C. Jardim  
UNESP - FCLAr

**Local:** Universidade Estadual Paulista  
Faculdade de Ciências e Letras  
UNESP – Campus de Araraquara



Dedico este trabalho à: Mãe Isa e Mãe Tide, pelo privilégio que me deram de ter duas mães em minha vida, por serem compreensivas comigo, mesmo não me compreendendo, pelo amor incondicional por mim e pelo apoio irrestrito às minhas decisões. Dedico ao meu Pai Nenê, que sempre esteve ao meu lado como pôde, ao meu Avô Aristeu pela sua amizade e carinho, ao meu Tio Jú por nossas discussões que nos ensinaram a importância de estarmos unidos e ao meu amado irmão Guilherme que sempre caminhou ao meu lado e que me dá a certeza, todos os dias, de que não estou sozinho em minhas crenças e nem em minhas lutas.

À memória daqueles que partiram, mas nunca se foram: Tio Ise, Bisa Leonilda, Biso Papa, Vô Antônio e Vó Isaura.

À todos os meus amigos.

À República Sua Mãe, o único lar que encontrei longe de casa.

Agradeço à Professora Eliana Maria de Melo Souza, por sua amizade, paciência e orientação, que me fizeram aprender a importância de ter foco, disciplina e organização. Sou grato à CAPES, que me incentivou fazer este trabalho. E também à UNESP/FCLAr e à Fundação Primeiro Mundo pela confiança depositada em mim durante uma época tão importante em minha vida.

Tudo o que é '*Sórdido*' se desmancha no ar...

(Autoria desconhecida)

## RESUMO

Esta pesquisa busca compreender a relação entre mídia e política nos períodos pré-eleitoral e eleitoral das eleições presidenciais de 2010, para captar como se dá a representação memorial do passado na sociedade brasileira, acerca do regime militar (1964-1985), período que deixou marcas profundas nessa sociedade. Escolhemos analisar a cobertura feita pelo jornal *Folha de São Paulo*, pelo fato de ser um dos principais meios de comunicação a cobrir as eleições nacionais. Visamos analisar o conteúdo, em todos os fragmentos presentes no jornal, de 01/03/2010 a 06/11/2010. E como o jornal retrata os candidatos, construindo suas imagens a partir de seus respectivos passados opositores ao regime, refletindo como se dá a representação feita pela *Folha* acerca da memória do período da ditadura civil-militar brasileira ao cobrir as eleições de 2010.

**Palavras-chave:** Mídia. Ditadura. Memória. Eleições.

## **ABSTRACT**

This research aims to understand the relationship between media and politics in both pre-election and election periods during the Brazilian presidential elections in 2010 in order to capture how the memorial representation of the past is in the Brazilian society when it comes to the military regime (1964-1985), a period that left deep scars in this society. We chose to analyze the coverage done by the newspaper Folha de São Paulo, for it is one of the major media to cover the national elections. We aim to analyze the content in every piece of news in the newspaper from 03/01/2010 to 11/06/2010 and how the newspaper portrays the candidates, building their images from their respective pasts as military regime opponents, reflecting how the representation by Folha about the memory of the Brazilian civil-military dictatorship period is done during the coverage of the 2010 elections.

**Keywords:** Media. Dictatorship. Memory. Elections.

## LISTA DE GRÁFICOS

|                  |                                                                                         |           |
|------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>Gráfico 1</b> | Material selecionado nas publicações do ano de 2010                                     | <b>53</b> |
| <b>Gráfico 2</b> | Material de conotação histórica                                                         | <b>54</b> |
| <b>Gráfico 3</b> | Material de conotação negativa (1)                                                      | <b>55</b> |
| <b>Gráfico 4</b> | Material de conotação negativa (2)                                                      | <b>55</b> |
| <b>Gráfico 5</b> | Material de conotação positiva (1)                                                      | <b>56</b> |
| <b>Gráfico 6</b> | Material de conotação positiva (2)                                                      | <b>57</b> |
| <b>Gráfico 7</b> | Percentual de materiais com conotação positiva e negativa à<br>imagem de José Serra     | <b>57</b> |
| <b>Gráfico 8</b> | Percentual de materiais com conotação positiva e negativa à<br>imagem de Dilma Rousseff | <b>58</b> |

## SUMÁRIO

|                                                                                                                 |           |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO</b>                                                                                               | <b>13</b> |
| <b>1. DIÁLOGOS E REFLEXÕES TEÓRICAS ACERCA DA MÍDIA E SEU PAPEL SOCIAL: O PARADOXO DA DOXA EM QUESTÃO</b>       | <b>16</b> |
| 1.1. Excurso teórico-metodológico                                                                               | 17        |
| 1.2. Os conglomerados mídia-empresa e o paradoxo da realidade social                                            | 21        |
| 1.3. Brasil e o sistema central de mídia                                                                        | 26        |
| 1.4. Realidade social, ideologia e o desenvolvimento da mídia como instituição empresarial                      | 28        |
| 1.5. A grande mídia enquadrada como dispositivo e como influência constitutiva do paradoxo da <i>doxa</i>       | 32        |
| 1.6. A problemática da Folha de S. Paulo                                                                        | 35        |
| <b>2. REFLEXÕES E DISCUSSÕES TEÓRICO-CRÍTICAS ACERCA DO OBJETO DA PESQUISA</b>                                  | <b>37</b> |
| <b>3. APRESENTAÇÃO METODOLÓGICA E ANÁLISE QUANTITATIVA E QUALITATIVA DO OBJETO DE ESTUDO</b>                    | <b>51</b> |
| 3.1. Análise quantitativa do objeto de estudo                                                                   | 52        |
| 3.2. Análise qualitativa do objeto de estudo                                                                    | 64        |
| 3.2.1. Eixo temático 1: APRESENTAÇÃO DAS ESQUERDAS ARMADAS COMO GRUPOS TERRORISTAS INCONSEQUENTES E EQUIVOCADOS | 65        |
| 3.2.2. Eixo temático 2: APROXIMAÇÃO DO PT E DE SEUS QUADROS POLÍTICOS À “DITADURA” CUBANA                       | 75        |
| 3.2.3. Eixo temático 3: ASSOCIAÇÃO DO GOVERNO DO PT COM CARACTERÍSTICAS AUTORITÁRIAS E DITATORIAIS              | 77        |
| 3.2.4. Eixo temático 4: POLÊMICA COM A FOTO DA ATRIZ NORMA BENGELL                                              | 80        |
| 3.2.5. Eixo temático 5: POLÊMICA ENTRE DILMA E OS EXILADOS                                                      | 82        |
| 3.2.6. Eixo temático 6: COMPARAÇÃO DE DILMA COM NELSON MANDELA                                                  | 89        |
| 3.2.7. Eixo temático 7: ACUSAÇÕES DE MARTA SUPPLY À FERNANDO GABEIRA                                            | 92        |

|                                                                                                                                                       |            |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>3.2.8.Eixo temático 8: QUESTÃO DA REVISÃO DA LEI DA ANISTIA<br/>PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL</b>                                                  | <b>94</b>  |
| <b>3.2.9. Eixo temático 9: SUPREMO TRIBUNAL MILITAR E RESTRIÇÃO<br/>DO ACESSO AOS ARQUIVOS DO PROCESSO QUE LEVOU DILMA À<br/>PRISÃO NOS ANOS 1970</b> | <b>106</b> |
| <b>CONCLUSÃO</b>                                                                                                                                      | <b>117</b> |
| <b>FONTES</b>                                                                                                                                         | <b>119</b> |
| <b>REFERÊNCIAS</b>                                                                                                                                    | <b>126</b> |
| <b>BIBLIOGRAFIA CONSULTADA</b>                                                                                                                        | <b>128</b> |



## INTRODUÇÃO

Este trabalho busca compreender a relação entre mídia, memória e política nos períodos pré-eleitoral e eleitoral no ano de 2010, no que tange a construção da memória do passado na sociedade brasileira acerca da ditadura civil-militar iniciada em 1964, através da publicação de conteúdos jornalísticos, no que se refere à influência de órgãos de comunicação de massa.

A primeira parte é uma reflexão acerca da grande mídia no contexto atual da sociedade contemporânea, o que permeia suas atividades e qual o papel desempenhado por ela. Para tanto, foi traçado um diálogo com parte da teoria social contemporânea para tentar compreender como se deu o desenvolvimento dos meios de comunicação no seio de uma estrutura social capitalista e como a grande mídia funciona enquanto um dispositivo de poder que contribui para a construção de condições que engendram o paradoxo da *doxa* (conceito explicado no texto). Este trabalho se propõe a pensar reflexivamente a grande mídia, mas dando uma especial atenção para o Sistema Central de Mídia no Brasil (do qual consideramos fazer parte o Grupo Folha da Manhã S/A, proprietário do jornal *Folha de S. Paulo*), que é tomado como recorte específico para a seleção de dados empíricos que foram recolhidos para produção deste texto. O Sistema Central de Mídia no Brasil é uma categorização embasada na pesquisa do site do projeto *Donos da mídia*.

Através destas reflexões, esta dissertação segue, num segundo momento, para discussões teóricas e históricas condicionadas a nos permitir uma análise midiática cientificamente, historicamente e teoricamente coerente. E então articulamos pensamentos de autores da Escola de Frankfurt com autores da Teoria Social de maneira a criar uma interconexão de conteúdos, como o conceito de elaboração do passado e as considerações acerca da relação entre mídia, sociedade e política. Ainda nessa parte, há a exposição da problemática primordial da pesquisa e de nossa hipótese científica, discutindo a biografia de José Serra e de Dilma Rousseff e refletindo acerca da trajetória do jornal *Folha de S. Paulo* e discutindo questionamentos acerca do passado da *Folha de S. Paulo*, em relação à ditadura civil-militar, algo que nos fizera recortá-la como objeto de estudo e definir nosso enfoque analítico. Trabalhamos a questão de que os dois principais candidatos à presidência, José Serra e Dilma Rousseff, têm um passado ligado a movimentos de oposição ao regime autoritário que se formara com a deposição do Presidente João Goulart. Assim, o referido jornal constantemente os relaciona ao seu passado opositor, construindo sua imagem perante tal arcabouço, incluindo, em suas coberturas, concepções sobre o que foi o regime militar e o

que ele significou perante a sociedade. Entendemos que tudo o que é publicado pelo jornal *Folha de S. Paulo* é de responsabilidade da instituição empresa que o publica e é responsável pela sua edição e gestão, a *Folha da Manhã S/A* pertencente ao *Grupo Folha*, mesmo que sejam conteúdos assinados por jornalistas, colunistas ou terceiros, pois, é a instituição jornalística, através das escolhas e posicionamentos de seus editores, gestores e diretores, que decide publicar, ou não, determinado conteúdo e estender, ou não, determinado assunto ou polêmica, portanto, aquilo que, diariamente, sai nas páginas do jornal atende interesses institucionais, políticos, mercadológicos e particulares.

Na terceira parte, são expostos conceitos e autores que contribuem para desenvolver ferramentas metodológicas, interpretações teóricas e categorias de análise que nos permitem pesquisar de modo objetivo e analisar as representações do período feitas pelo jornal *Folha de S. Paulo* em suas publicações, jornal que possui um passado de apoio ao golpe, e tem grande circulação diária, sendo um dos principais meios de comunicação a cobrir as eleições. Desse modo, pesquisamos todos os textos presentes no jornal, de 01/03/2010 a 06/11/2010 (começamos em março, período no qual os pré-candidatos à presidência já estão claramente definidos por seus respectivos partidos e já se afastaram de algum cargo público que porventura pudessem estar ocupando, e vamos até o dia 6 de novembro, que data o marco de decorrida uma semana após o segundo turno das eleições de 2010), como o jornal relaciona os candidatos, construindo suas imagens, ao seu passado opositor ao regime e como é representada a memória da ditadura civil-militar brasileira. Este trabalho se propõe a ser parte de uma reelaboração do passado nacional, pois coloca as representações da memória da ditadura como representações interessadas de indivíduos e grupos específicos, isto, uma vez público e esclarecido, contribui para compreendermos nossa história mais reflexivamente.

A análise do material segue dividida em duas partes, a primeira é quantitativa e nos apontam tendências do jornal através de gráficos e tabelas. A segunda parte trata-se de uma análise qualitativa que nos leva a interpretar as tendências do jornal através das análises de seus conteúdos. Estes que apresentaremos neste trabalho classificados em eixos temáticos que nos permitem entender como o passado recente da história política do país é representada em nosso objeto. Estes eixos estão interconectados e são descritos e discutidos em nosso texto, de forma a pontuarmos sua importância para a pesquisa e o porquê de estarmos os analisando.

A ditadura civil-militar brasileira ainda é uma ferida aberta em nossa sociedade. Provas disso são as diversas heranças que o período deixou e que nos assombram ainda hoje, afinal uma injustiça do passado que é atenuada ou justificada no presente torna-se uma injustiça no presente e, portanto, uma ameaça real de que injustiças sejam cometidas

novamente, afinal, uma injustiça contra um indivíduo é uma ameaça contra todos. Entendemos que o *campo* midiático do país e a própria maneira de a mídia lhe dar com a política seja uma destas heranças, construindo imagens a serem difundidas como verdades e mercantilizando a informação em benefício próprio e numa lógica corporativa empresarial.

## 1. DIÁLOGOS E REFLEXÕES TEÓRICAS ACERCA DA MÍDIA E SEU PAPEL SOCIAL: O PARADOXO DA DOXA EM QUESTÃO

Pensar na grande mídia brasileira demanda refletir paralelamente acerca da sociedade contemporânea e o seu desenvolvimento desde o advento da modernidade com as revoluções burguesas, que engendraram meios de comunicação que atingem um grande contingente populacional, e oligopólios mundiais e regionais de conglomerados midiáticos. Afinal, os meios de comunicação têm uma efetiva importância na dinâmica social, dando contornos a esta ao mesmo tempo em que são forjados, desenvolvidos e modificados em seu seio, de acordo com os interesses e estratégias dispostos no processo. Trata-se de um *campo* de preocupações que permeia toda a sociedade e influencia diferentemente diversos grupos sociais. É um dos locais mais importantes de produção, alocação, reprodução e dispersão dos discursos, que muitas vezes estabelecem-se como verdade, como ideologia, como formas de pensar.

Mídia é entendida aqui a partir da noção estabelecida por Venício A. de Lima (2007), que a conceitua como o conjunto das instituições que utilizam tecnologias específicas para realizar a comunicação humana, ou seja, mídia implica na existência de um aparato tecnológico intermediário para que a comunicação se realize, o que gera certas características de unidirecionalidade e produção centralizada, integrada e padronizada aos seus conteúdos, posto que esse aparato caracteriza-se como meio de produção, uma vez que é capaz de gerar lucros. O termo grande mídia refere-se aos principais veículos de informação distribuídos no sistema de comunicação da sociedade, que estão presentes a nível internacional na forma de conglomerados transnacionais de agências de notícias – associadas aos monopólios industriais e especializadas em colher, preparar e distribuir informações – e a níveis nacionais, como grandes grupos e conglomerados de mídias tradicionais (que no Brasil organizam-se predominantemente como empresas) como a imprensa, a radiodifusão, transmissoras de televisão e sites virtuais. No caso brasileiro existem grupos empresariais que concentram horizontalmente todas as tecnologias de mídias tradicionais.

De acordo com John B. Thompson (1999), o desenvolvimento dos meios de comunicação é um componente fundamental do surgimento das sociedades modernas e entrelaça-se com processos que, se pensados numa totalidade, constituem a chamada era moderna. E, além disso, os meios de comunicação também proporcionam novas formas de ação e de interação no mundo social, transformando a natureza da produção e do intercâmbio simbólico e a organização espacial e temporal da vida social de forma a proporcionar novas

maneiras de exercer o poder, que não está mais necessariamente associado ao compartilhamento de um local comum, que pode estar centralizado ou descentralizado no espaço e no tempo (THOMPSON, 1999).

### 1.1. Excurso teórico-metodológico

Para pensarmos a dinâmica de funcionamento da sociedade atual e nela situar os meios de comunicação, tomamos uma das principais referências da Sociologia contemporânea, Pierre Bourdieu, Segundo a interpretação do mais destacado sociólogo francês do século XX, a mídia no contexto social a partir de sua interpretação, posto que esse autor dá sequência ao legado de clássicos intérpretes da sociabilidade humana que nos ajudam a esmiuçar as relações sociais, o papel do indivíduo, das instituições e das estruturas dentro do processo histórico da sociedade. Ele rediscute temas importantes da sociologia, como o clássico dilema entre os papéis de agente e estrutura, abordado de maneiras distintas, porém não necessariamente antagônicas, por Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim.

Pierre Bourdieu entende a sociedade a partir do espaço social, que é o espaço de interação social entre os homens, composto por diversos *campos* de sociabilidade, no qual estão dispostas posições sociais intimamente ligadas às disposições (*habitus*) e às tomadas de decisões, as escolhas que os agentes fazem nos domínios mais diferentes da prática (BOURDIEU, 1996). Portanto, a interação social acontece no espaço social, que é construído de tal modo que os indivíduos ou grupos nele distribuídos alocam-se em função da sua posição nas distribuições estatísticas de acordo com princípios de diferenciação.

No espaço social, a disposição dos agentes sociais está relacionada com o acesso ao capital global, disperso através dos *campos* e fragmentado em diversos e variáveis tipos de capitais – tais como: capital econômico; capital cultural; capital social; capital simbólico e capital político – sendo a distribuição e apropriação dos diferentes tipos de capital, dispersos no espaço social, pelos indivíduos e grupos, um fator fundamental na estruturação da estrutura da sociedade. Afinal, o espaço das posições sociais se retraduz em um espaço de tomadas de posição pela intermediação do espaço de disposições. Portanto, a posição ocupada no espaço social, isto é, na dinâmica de alocação de diferentes tipos de capital, comanda as representações desse espaço e as tomadas de posição nas lutas para conservá-lo ou transformá-lo dado um contexto de contínuo conflito de significação e ressignificação através de violência simbólica entre os agentes, tornando-o a realidade primeira e última, já que comanda até as representações que os agentes sociais podem ter dele (BOURDIEU, 1996).

Na concepção desse autor, o que compõe o espaço social como um todo é o conceito categórico de *campo*, definido como um espaço social estruturado e permeado de conflitos, no qual os humanos, enquanto agentes sociais investidos de *habitus*, ocupam uma posição definida pelo volume e pela estrutura do capital eficiente no *campo* e pelo quanto conseguem apropriar-se dele, agindo segundo suas posições neste. Cada *campo* seria dotado de regras de funcionamento próprias, autônomas e interdependentes em relação a outros *campos* do espaço social e em constante transformação, posto que os indivíduos que o compõem estão interagindo, e a interação é o princípio da mudança. É na interação que se realizam revoluções simbólicas, algo que acontece na cognição e subjetividade do homem e surte efeitos transformadores da realidade. Logo os *campos* são estruturas estruturantes estruturadas (BOURDIEU, 2000). Diferentemente do conceito de hábito, que se refere a algo imutável, *habitus* é uma referência ao conceito aristotélico de *hexis* que se contrapõe à filosofia estruturalista da ação, pois, diferentemente desta, o agente não está reduzido ao papel de suporte da estrutura, o que coloca a reprodutibilidade social do agente em evidência, afinal o *habitus* seria um conhecimento adquirido que indica a disposição incorporada, é a interiorização da exterioridade e a exteriorização da internalidade. Isto é, o indivíduo incorpora valores e símbolos dos meios em que vive e os reproduz em suas ações e pensamentos enquanto agente social, mas sempre ressignificando a realidade a partir do resultado da intersubjetividade humana (BOURDIEU, 2000). O *habitus* tem aspectos psicológicos, sociológicos, culturais e sociais, é o que dá forma à subjetividade humana.

Retomando a velha noção aristotélica de *hexis*, convertida pela escolástica em *habitus*, eu desejava reagir contra o estruturalismo e sua estranha filosofia da ação que, implícita na noção levi-straussiana de inconsciente, se exprime com toda clareza entre althusserianos, com seu agente reduzido ao papel de suporte – *Träger* – da estrutura(...) eu desejava pôr em evidência as capacidades <<criadoras>>, activas, inventivas do *habitus* e do agente (que a palavra hábito não diz), embora chamando a atenção para a idéia de que este poder gerador não é o de um espírito universal, de uma natureza ou de uma razão humana, como em Chomsky – o *habitus*, a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural - , mas sim o de um agente em ação (BOURDIEU, 2000, p.61).

É no espaço social que se dá a interação social através de diversos *campos*, e a proximidade dos agentes neste espaço gera *habitus* aproximados e uma potencialidade objetiva de unidade (BOURDIEU, 1996). Os *habitus* são gerados direta ou indiretamente pela relação do homem com os *campos*, grupos e agentes com os quais se relacionam, o que os torna um conceito que interliga estrutura, sociabilidade e agente social, pois estes últimos se utilizam de suas disposições incorporadas na estrutura interseccionada por eles em suas



relações com *campos* distintos para tomar decisões e criar estratégias, o que torna as tomadas de decisões uma forma de racionalidade cultural, social, moral e simbólica, indicando a singularidade de cada agente, que não está preso à estrutura, mas está em constante diálogo com ela, transformando-a e sendo transformado ao mesmo tempo. O indivíduo introduz e reproduz o meio em que está inserido, porém ele também transgride a ordem estabelecida de acordo com sua subjetividade.

Gilberto Velho (2004) é um autor que desenvolve em sua obra uma reflexão que dialoga de maneira enriquecedora com grande parte dessa teoria social que Pierre Bourdieu (1996) propõe, contribuindo de forma teórico-metodológica para uma interpretação da sociedade capitalista, que ele entende ser uma sociedade com cultura individualista. Essa interpretação de Velho (2004) nos ajuda a entender um pouco mais acerca da subjetividade humana na sociedade moderna. Segundo ele, o cenário global atual é, em grande parte, composto por sociedades complexas, que são aquelas em que estão presentes uma heterogeneidade de culturas convivendo no mesmo espaço e sob uma mesma estrutura social. Essas sociedades só foram possíveis após a revolução industrial, pois a heterogeneidade cultural se dá a partir da divisão do trabalho e da alocação dos lucros produzidos na sociedade, pois o indivíduo situado em determinado lugar da dinâmica social se apropria de uma rede de significados de forma individual, de acordo com seu *habitus*. Sua cultura e sua individualidade são formadas necessariamente em relação aos ambientes que o indivíduo frequenta e com os grupos com que se relaciona. Grupos esses que têm suas próprias redes de significados. Sendo assim, a sociabilidade em sociedades complexas se dá a partir de uma dicotomia entre unidade e descontinuidade de sistemas sociais de cultura, pois os indivíduos participam diferentemente de códigos mais restritos ou mais universalizantes. Essa diferença é resultado de relações específicas entre o modo de expressão cognitiva e experiências diferenciadas em função de sua localização no espaço social.

Outro ponto importante que é ressaltado nesse produtivo debate é o fato de a socialização não se dar apenas a partir das classes sociais, pois, se assim fosse, uma vez que o indivíduo nascesse na classe proletária, seu desenvolvimento emocional e intelectual estaria determinado, e não é isso o que acontece. O conceito de classe deve ser pensado sem que se ocultem diferenças consideráveis entre categorias e grupos sociais distintos ao enquadrá-los como uma única coisa homogênea, como, por exemplo, deixando de considerar a trajetória social singular de cada indivíduo ou a natureza das redes de relações sociais em que os indivíduos estão socializados. Visto que a interação com redes de relações mais ou menos amplas e diversificadas afeta o desempenho dos papéis sociais, a classe social influencia e

direciona o indivíduo, nunca determina, na realização e na internalização de uma rede de significados (VELHO, 2004).

Na argumentação de Velho (2004), podemos perceber de forma precisa o conceito de *habitus*, pois, para esse autor, a partir da sociabilidade existente num contexto dicotômico entre continuidade e descontinuidade cultural, os indivíduos instituem um *ethos*, termo que designa uma moral imbricada de valores e visões de mundo, e um *eidos*, termo que designa um modo de vida. Ambos, frutos da sociabilidade e meio cultural que cercam os indivíduos. Ao serem internalizados por estes subjetivamente, através de sua cognição, constituirão o seu *habitus* e uma cultura individualizada para cada um. Uma vez constituído o *habitus*, os indivíduos irão elencar suas categorias de relevância e entender o mundo a partir dos *habitus*, atribuindo heterogeneamente valores e simbolismos a tudo que os seus sentidos físicos puderem captar. É assim que, segundo o autor referido, os indivíduos estabelecem seus projetos, que são os objetivos traçados por eles visando um determinado fim e definindo suas ações, interesses e estratégias. Assim, se o indivíduo possui objetivos, ele possui escolhas, mesmo que essas estejam enquadradas nas possibilidades de um contexto, e realiza uma escolha pautada nas suas categorias de relevância, que variam de acordo com os valores e simbolismos atribuídos à realidade no processo cognitivo (VELHO, 2004).

Pierre Bourdieu (1996) reflete sobre a dinâmica no funcionamento da sociedade, pensando o agente cognitivo. Porém, acreditamos que mesmo essas cognições são historicamente constituídas como possibilidades, e para entendermos isso e podermos articular os conceitos de indivíduo e agente, temos de retomar um autor que pense num sujeito histórico, diferente do sujeito inacabado de Sartre (2000), que pense na genealogia e na concepção da sociedade, este autor é Michel Foucault (1979). Para ele, os sujeitos são construções produzidas pelo social, sendo o social uma materialização de táticas dos sujeitos, que possuem estratégias possibilitadas pelo sistema estrutural em que estão imersos, sistema esse que, num processo histórico espiral, é legitimado pelos mesmos sujeitos, que são disciplinados ideologicamente a partir de dispositivos e de relações de conflito que envolvem exercício de poder, ou seja, que envolvem todas as relações humanas em seus níveis macro e micro. O conceito de sujeito pode ser pensado aqui como algo forjado de acordo com os poderes exercidos sobre o indivíduo através de outros sujeitos e de instituições e grupos, portanto o sujeito pode ser imprevisível, mas sempre no contexto das possibilidades históricas, o sujeito é o indivíduo assujeitado a uma possibilidade de sujeito que possui formações discursivas inerentes a ela. A subjetividade aqui é pensada no assujeitamento de indivíduos a formações discursivas num processo que gera a identidade, que é um



enclausuramento do sujeito, que está se adaptando ao meio em que está inserido. Portanto, a identidade é um processo de subjetivação do sujeito, que tem várias formas de se subjetivar, mas nunca fora da história, pois só existe enquanto construção social. Os indivíduos se posicionam no discurso porque veem nele uma possibilidade de evidência. Se a formação discursiva é disponível, o indivíduo se apropria, pois o sujeito e o sentido se estabelecem automática e concomitantemente, o indivíduo torna-se sujeito de determinada ordem de discurso pautada em funções discursivas específicas de acordo com interesses de grupos e sujeitos possíveis disponíveis no assujeitamento de indivíduos e nas relações de poder em que estes se inserem, portanto, o sujeito só existe no discurso (FOUCAULT, 1996).

O poder exercido nas relações sociais tem o sujeito como seu mais importante efeito. Bourdieu (1996) usa o termo agente por pensar este enquanto singular, dotado de uma cognição que se incorpora de *habitus*, e o conceito de sujeito não é pensado como singular por Foucault (1979), mas ao ser retomado aqui queremos apresentá-lo como uma condição, um objeto subjetivado de estudo, de forma a entender a cognição singular do agente como uma possibilidade disponível de assujeitamento do indivíduo.

O que queremos demonstrar é que, por mais singular e individual que o indivíduo possa ser, ele só se torna um agente social singular porque materializa-se nas práticas de sujeito, que são infundáveis e os assujeitam a diversas ordens discursivas que, ao serem incorporadas desigualmente por cada um, são reproduzidas heterogênea e criativamente, sendo a própria cognição uma possibilidade de assujeitamento que as práticas de sujeito inserem no indivíduo, posto que, se o indivíduo possui uma cognição que transgride a normalidade da sociedade, ele é enquadrado como louco ou doente. Esses múltiplos sujeitos possibilitados por incontáveis relações de poder abrem a possibilidade de múltiplos horizontes de ação.

## **1.2. Os conglomerados mídia-empresa e o paradoxo da realidade social**

Nossa digressão sobre a articulação entre indivíduo e estrutura e como ambos estão interligados se faz presente aqui porque as instituições são o resultado de práticas e ações de pessoas com projetos, estratégias e categorias de relevância estabelecidas, e cuja mídia tem como público indivíduos que não são meramente receptores e reprodutores de uma realidade, são singulares, limitados em seu contexto histórico social, e possuem uma subjetividade que lhes proporcionam diversas interpretações possíveis do que lhes é transmitido, mas não os libertam completamente da possibilidade imensa de influência que podem sofrer de discursos

legitimados enquanto saber, enquanto verdade e que se expressam como poder. O *campo* da grande mídia, estruturado como mercado, é historicamente constituído no tempo e espaço por indivíduos cujas ações são orientadas na formação simbólica em que estão envolvidos (JARDIM; CAMPOS, 2012).

J. B. Thompson (1999) esmiúça essa linha de pensamento pós-estruturalista, e a enquadra naquilo que chama de teoria social da mídia, de uma maneira sucinta e autoexplicativa que vale a pena observar:

A vida social é feita por indivíduos que perseguem fins e objetivos os mais variados. Assim fazendo, eles sempre agem dentro de um conjunto de circunstâncias previamente dadas que proporcionam a diferentes indivíduos diferentes inclinações e oportunidades. Estes conjuntos de circunstâncias podem ser conceituados como “campos de interação” [...] Os indivíduos se situam em diferentes posições dentro destes campos, dependendo do tipo e da quantidade de recursos disponíveis para eles. Em alguns casos estas posições, quando institucionalizadas, adquirem uma certa estabilidade – isto é, tornam-se parte de um conjunto relativamente estável de regras, recursos e relações sociais. As instituições podem ser vistas como determinados conjuntos de regras, recursos e relações com certo grau de durabilidade no tempo e alguma extensão no espaço, e que se mantêm unidas com o propósito de alcançar alguns objetivos globais. As instituições definem a configuração dos campos de interação preexistentes e, ao mesmo tempo, criam novas posições dentro deles, bem como novos conjuntos de trajetórias de vida para os indivíduos que os ocupam (THOMPSON, 1999, p.21).

Podemos perceber que o corpo social é um espaço conflituoso em que agentes e instituições lutam por seus interesses e tentam manter ou transformar a realidade, de acordo com as disposições e racionalidades intrínsecas a cada indivíduo ou a cada grupo. Um dos *campos* que devemos ressaltar, por sua importância e capacidade de impulsionar a comunicação humana, princípio fundamental das relações sociais, é o *campo* da grande mídia, dos meios de comunicação que atingem contingentes muito abrangentes de público. Esse *campo* está presente de forma ramificada e distinta na influência de formação de *habitus* e de diversos grupos e indivíduos. A mídia é o *campo* da informação através da comunicação, que pode ser dada por meios variáveis mais ou menos complexos, podem ser públicas ou, como em sua esmagadora maioria, empresas, com fins lucrativos, integradas em grandes conglomerados, grupos com outros interesses nomeadamente financeiros. O *campo* social em que a mídia se organiza é um campo de força que dispõe concorrência, influência legal e política, grupos de pressão, instituições sociais, movimentos sociais, anunciantes, proprietários, sindicatos, canais de distribuição e acontecimentos que são comercializados de forma espetacularizadora. O *campo* da grande mídia figura no espaço público como um mecanismo de conexão dos indivíduos entre si e com a sociedade. Permeia em maior ou

menor grau todos os *campos* do espaço social, por se tratar de um espaço de informação que atinge um considerável número de pessoas, que torna públicos os acontecimentos e suscita debates na esfera pública, veiculando ou ocultando informações de relevância para tal de acordo com as prioridades daqueles que têm maior controle dos capitais dispostos nesse *campo*.

Se associarmos essa reflexão à ideia de Lima (2007) de que a mídia é um fator socializador no processo de socialização contínuo do indivíduo através do qual o sujeito também se constitui, internalizando a cultura e as normas sociais de seu grupo e reproduzindo sua ordem discursiva, percebemos uma proximidade entre ambas as ideias, e através delas podemos nos pautar no argumento de que o papel que a grande mídia desempenha se faz importante por estabelecer-se no poder de longo prazo que tem na construção da realidade através das diferentes representações que faz da vida humana, que, através da mídia em sua centralidade, mas não só dela, adquire significado e é constituída simbolicamente. Esse argumento a coloca no mesmo patamar da família e da escola, instituições que, segundo Bourdieu (1996), são socializadoras dos indivíduos na medida em que os enquadram na sociedade que está ao seu redor de forma coesa e escrachando transgressões.

Se “o homem é um animal suspenso em teias de significado que ele mesmo teceu”, como Geertz uma vez observou, então os meios de comunicação são rodas de fiar no mundo moderno e, ao usar estes meios, os seres humanos fabricam teias de significação para si mesmos (THOMPSON, 1999, p.19-20).

A atividade simbólica é contínua, intensa e fundamental nas relações sociais, pois os indivíduos constantemente se expressam em formas simbólicas e interpretam simbolicamente expressões e ações usadas pelos outros, ou seja, estão em comunicação entre si e numa troca ininterrupta de conteúdo simbólico no espaço social. No fomento dos conteúdos simbólicos, os indivíduos, grupos ou instituições se utilizam do capital cultural que possuem e de seu prestígio acumulado, o capital simbólico que lhe dá condições de exercer o poder simbólico (que pode desdobrar-se em econômico, cultural e político), para agir de modo a intervir no curso dos acontecimentos, podendo influenciar a ação dos outros e desencadear eventos advindos da produção e transmissão das formas simbólicas (THOMPSON, 1999).

Pensada a mídia e sua importância, devemos buscar a compreensão de algumas características da sociedade moderna e contemporânea que nos ajudem a apreender como a grande mídia adquiriu esse status e como ela se constitui no Brasil.

Um dos autores que utilizaremos para nos ajudar a traçar algumas importantes transformações da vida moderna é Georg Simmel (1998), que nos abre caminho para pensarmos na objetivação das relações sociais, no que tange a indivíduos e instituições, e consequentemente na objetividade da mídia, no que tange a questões econômicas, fator que ilustra alguns traços que os meios de comunicação adquiriram com o tempo, em especial no Brasil.

Segundo Simmel (1998), a sociedade é um porvir, afinal as formas são o resultado de ações específicas individuais com conteúdo, sendo a sociedade um fazer constante através de associações e interações. O próprio dinheiro é o resultado de uma interação entre indivíduos, um produto criado que muitas vezes exerce poder sobre seu criador, algo muito próximo ao que a religião executa. O surgimento do dinheiro inculca na cultura do homem moderno a separação de sua vida em diferentes esferas: a afetiva, onde está presente a subjetividade na qual imperam impressões e experiências acumuladas por um indivíduo, ou seja, que se dá na vida íntima e particular; e a esfera da vida racionalizada, onde a objetividade, na qual imperam informações e estímulos produzidos pela sociedade em geral, está presente nas ações cotidianas. Esse processo leva a certa objetivação dos desejos e da cultura, levando o indivíduo a agir de forma objetiva em diversos *campos* da vida social, reproduzindo uma sociedade objetivada (SIMMEL, 1998). Se tomarmos o pensamento de G. Velho (2004) neste ponto, os indivíduos estabeleceriam projetos objetivos. A ação objetiva consiste na ação de um cálculo racional da ação, em certa medida um cálculo materialista, utilitarista, que não se baseia mais nas emoções subjetivas, nos sentimentos, na paixão, no amor, no ódio, nos traços particulares do íntimo individual, mas sim num utilitarismo materialista. Nos séculos passados a personalidade dos indivíduos se dava a partir da incorporação dos círculos de interesses práticos ou sociais, círculos esses que as pessoas constituíam de maneira imediata, algo que se tornou dispensável na modernidade, que possibilita aquilo que os teóricos liberais denominam de autonomia do indivíduo, em que a própria vida ganha um caráter objetivado, expresso em seus conteúdos práticos (VELHO, 2004).

[...] na técnica, nas organizações de cada tipo, nas empresas e nas profissões impõe-se cada vez mais o domínio das próprias leis das coisas, que separam tudo isso das nuances de personalidade singulares – como, tendencialmente, a nossa imagem da natureza perde mais e mais os traços humanos em favor de uma legislação objetiva. Assim, a época moderna conseguiu separar e autonomizar o sujeito e o objeto [...] (SIMMEL, 1998, p.23).

Simmel (1998) atribui o processo de objetivação das relações da vida humana ao advento do dinheiro, que ele considera um marco diferenciador da cultura moderna, pois na economia do dinheiro as interconexões entre personalidade e relações objetivas se desfaziam, ou seja, o dinheiro se interpõe a todo o momento entre o sujeito e o objeto, pois não pode ser consumido imediatamente, impondo uma distância entre a pessoa e a posse, visto que o lado qualitativo dos objetos perde sua conotação subjetiva e psicológica e alça o dinheiro como único valor vigente, algo “vulgar” por valer tudo para todos, tornando a atividade econômica impessoal e estabelecendo um nível de interesse comum para todos os homens imersos na sociedade capitalista (SIMMEL, 1998). Logo, o que o advento do dinheiro na cultura moderna fez foi complexificar as relações sociais, posto que o homem em nada se liberta de fato com sua existência, afinal continua dependente de uma estrutura econômico-social que é permeada por uma ótica liberal e o estimula ao individualismo, isto é, se disseminam valores que tornam a própria individualidade do outro desinteressante, principalmente por isso se dar numa lógica de concorrência e disputa em torno do lucro e do consumo, o que possibilita a ascensão do ideal de rendimento maximizado e racionalizado, o atual *estado de espírito* da cultura moderna, onde o trabalho em si perde sua importância, tornando-se apenas uma possibilidade de obtenção de lucro na forma de dinheiro.

Na sociedade ocidental moderna o indivíduo tem atribuição de eixo fundamental da cultura, segundo uma lógica burguesa, portanto deve ser estimulado a sublinhar sua individualidade. Nessa lógica, a busca por reconhecimento e prestígio social dos grupos com os quais o indivíduo interage se dá a partir do empenho individual em sublinhar sua individualidade (VELHO, 2004).

O dinheiro é um meio em si, e não um fim, porém os valores da sociedade capitalista têm invertido essas relações e elevado o dinheiro ao nível de um fim em si, o que é frustrante, posto que esse pequeno pedaço de papel ou de metal com valor simbólico atribuído socialmente nos abre apenas possibilidades, é meramente instrumental e não uma utilidade pró-consumo de objeto como muitos o tem numa satisfação ilusória.

[...] a organização monetária possibilita, diferentemente dos tempos nos quais cada relação externa era simultaneamente pessoal, uma distinção mais pura entre a ação econômica objetiva do homem e a sua coloração individual, o seu próprio ego, que agora se afasta daquelas relações e quase se retira em direção a suas esferas mais íntimas. [...] A posição central que o dinheiro assume por meio do crescimento enorme do círculo de objetos alcançáveis por ele irradia a sua influência em vários traços característicos da vida moderna [...] E por que, quando ele é alcançado, inúmeras outras coisas tornam-se alcançáveis, cresce a ilusão de que todo o resto seria mais fácil de alcançar que antes (SIMMEL, 1998, p.28).



As instituições, grupos e empresas são antes de tudo compostos por pessoas, são elas que direcionam os rumos e contornos a serem tomados, por isso temos extensamente tratado do indivíduo neste trabalho, porque acreditamos que ele, assujeitado a práticas de sujeito que cria condições para ações criativas enquanto agente social, é que realmente fará o processo social se desenrolar num processo dialógico e interativo.

### **1.3. Brasil e o sistema central de mídia**

No Brasil, o desenvolvimento da mídia tem acompanhado o desenvolvimento capitalista, uma vez que os meios de comunicação do país são instituições que, em muitos casos, são também empresas e, como tais, as mais sólidas e capitalizadas sobrepõem-se às menores, que vão tendo suas possibilidades de competição cada vez mais minadas. A partir de então começam a surgir os grandes conglomerados monopolistas do mercado financeiro e oligarquias (característicos do sistema capitalista) que controlam diversos setores da sociedade e da mídia, como jornais, revistas, rádios e redes de televisão (SODRÉ, 1998). Isto não é uma especificidade do Brasil, muitos países ao redor do mundo passam pelo mesmo entrave, porém no Brasil, esse cenário existe devido a uma legislação ultrapassada das comunicações de massas, e a ausência de um marco regulatório dos meios de comunicação no país, o que nos leva a crer que a atual estrutura social das comunicações no Brasil não garante espaço a todos os atores da sociedade e muito menos à maioria deles, concentrando produção dos discursos, agregados com valores simbólicos de saber/verdade, nas mãos de poucos. Como o poder econômico desencadeia poder político em sociedades onde o lucro é um fim em si mesmo, depreendemos que os homens por trás da política institucional e do governo brasileiro têm interesses a resguardar quando se trata desse assunto e da liberação de concessões de televisão e radiodifusão, se alinhado a setores conservadores e apoiando o *status quo* da comunicação nada diversa do país. Principalmente pelo fato de o controle da informação eximir os governos capitalistas, a serviço de uma ideologia elitista burguesa, de realizar intervenções armadas para impedir mudanças que podem contestar os interesses dominantes, pois o uso da propaganda e da retórica do convencimento diminui a necessidade do uso da força para o exercício da dominação (SODRÉ, 1998).

Segundo o banco de dados do projeto *Donos da mídia*<sup>1</sup>, que agrega informações de todos os veículos de comunicação do Brasil, o sistema tem uma lógica operacional de redes articuladas primordialmente pela televisão, posto que este meio capta pouco mais de 50% dos investimentos publicitários do país. Essa dinâmica sistêmica possui uma lógica objetivada economicamente, posto que é possível no contexto uma concentração midiática diagonal, horizontal e vertical, o que desencadeia um abalo de diversificação de conteúdos e uma dominação produtiva e distributiva destes, o projeto trabalha com a ideia, que nos apropriaremos aqui, de sistema central de mídia (que pode ser pensada como a grande mídia brasileira), categoria esta que engloba o que seriam os maiores conglomerados nacionais de rádio, televisão e imprensa. São os dez maiores deles: Organizações Globo; Grupo Silvio Santos/SBT; Igreja Universal do Reino de Deus/Record; Bandeirantes; Governo Federal/EBC; TeleTV/REDETV!; Abril/MTV; Amaral de Carvalho/Jovem Pan; Governo do Estado de São Paulo/TV Cultura; ORG. Monteiro de Barros/Rede vida. Pelo menos 80% das emissoras de televisão brasileiras estão ligadas ao menos a um dos membros do grupo oligárquico do Sistema Central de Mídia, e os quatro primeiros grupos citados, os maiores, estão presentes em todo o território brasileiro.

Ainda segundo o mesmo banco de dados, observamos outro dado: o fato de existirem 116 grupos regionais de mídias no país que pertencerem a parlamentares, a governadores ou a prefeitos. Analisando essas estatísticas não nos restam dúvidas de que a grande mídia nacional possui um poder de influência gigantesco, principalmente se ponderarmos que quase todo o conteúdo midiático veiculado no Brasil passa pelo crivo de interesses de poucos grupos de conglomerados, ou seja, pela estratégia de uma pequena elite do poder que não tem o menor interesse em dividir o espaço democraticamente, pois a sua posição no espaço social capta um volume de capital global que garante a permanência desses grupos em posição de destaque na estruturação da estrutura social, principalmente por forjarem como verdadeiros e legítimos valores e modos de vida que reproduzem o sistema como é e influenciam a constituição de *habitus* cujos gostos são direcionados para manterem setores aliados do Sistema Central de Mídia.

O grupo Folha S.A., proprietário da Folha de S. Paulo (jornal diário com uma das maiores circulações no território nacional segundo a Associação Nacional de Jornais – ANJ, cuja tiragem é em média cerca de 300 mil exemplares vendidos diariamente e figurando como o segundo jornal impresso que os brasileiro mais leem) compõe o Sistema Central de Mídia

<sup>1</sup> Disponível em: <<http://www.donosdamidia.com.br/>>. Acesso em: 14 abr. 2014.

brasileiro, pois o site do projeto *Donos da mídia* enquadra neste sistema os grupos nacionais de mídia, que seriam como o conjunto de empresas, fundações ou órgãos públicos que controlam mais de um veículo, independentemente de seu suporte, em mais de dois estados. O Grupo Folha figura na lista dos 41 grupos nacionais que são o Sistema Central de Mídia brasileiro, apesar de ser considerado no projeto um grupo de abrangência regional. O grupo é proprietário de diversos meios de comunicação e monopoliza horizontalmente uma pluralidade de mídias, entre imprensa, livrarias, editoras e sites. São eles: *Folha de S. Paulo* (edição impressa, site e aplicativos para plataformas móveis); TV Folha; Site F5; Folha Internacional; Agora São Paulo; Valor Econômico (em sociedade com as Organizações Globo); Guia Folha; Revista São Paulo; Revista Serafina; Revista da Hora; Guia Folha de livros, vídeos e filmes; jornal Alô Negócios (PR); Folhapress (agência de notícias); Acervo Folha (arquivo digital); Banco de Dados Folha; Editora Publifolha; Selo Três Estrelas; Livraria da Folha; Plural; Folha Gráfica; Transfolha; SPDL; Datafolha; Portal UOL; UOL Afiliados; UOL Diveo; UOL Host; UOL Megastore; UOL Links; Shopping UOL; BoldCron; Colorcube Games; Pagseguro; BOL; Uni5.com; Emprego certo; Cobre Direto; Todo Desconto; Zipmail; DHC; Metade Ideal; Toda Oferta; NotaNet; Radar de Descontos.

É pelo fato de a *Folha de S. Paulo* pertencer a esse conglomerado que compõe o Sistema Central de Mídia que a temos como objeto de estudo neste trabalho. Pois acreditamos que, sem a garantia de liberdade de expressão para uma diversidade infindavelmente maior de pessoas e grupos, a pluralidade de ideias não circula, e assim a democracia fica submetida a um processo de mera manipulação e omissão de discursos, valores e símbolos.

#### **1.4. Realidade social, ideologia e o desenvolvimento da mídia como instituição empresarial**

Num contexto moderno cujo fim último da ação é obtenção de lucro, o acesso ao dinheiro e ao que ele pode proporcionar numa cultura em que se dissemina a ideologia da produtividade e do merecimento, grande parte da mídia deixou de exercer o seu papel de interesse público por excelência, que é o de tornar públicas informações e ser uma forma de comunicação entre os indivíduos, de modo a construir espaços para eles exporem e discutirem seus problemas e angústias, portanto, um elemento integrador da sociedade civil.

Uma vez que está na busca objetiva por capital, a mídia torna-se inserida na lógica empresarial. O mercado, construído nas relações sociais, passa a exigir renovações e inovações devido às competições proporcionadas pelo sistema econômico, e as



transformações nas condições de produção estabelecem mudanças nas relações sociais, forjando uma ordem simbólica centrada nos próprios valores vigentes no mercado.

No *campo* do comércio de notícias, o que é cobrado de seus componentes é o resultado em forma de lucro, os meios de comunicação de massa se preenchem de operações como taxar, estimar, calcular e converter valores qualitativos em valores quantitativos, racionalizando a sua ação com uma meta a ser atingida. Dessa forma percebemos aqui, de maneira geral, certa tendência à objetivação das relações da mídia com o seu público, que se torna consumidor, e, portanto, sendo uma instituição que se desenvolve no seio das relações econômicas, será parte integrante do sistema econômico social que a permeia, portanto direcionará e selecionará seu conteúdo, omitindo e deturpando informações de acordo com os interesses particulares daqueles que a controlam. O que nos aponta que o *campo* do mercado de notícias é ele mesmo o *campo* midiático, em detrimento de outras variáveis sociais, pois está orientado pelo universo simbólico no qual está imerso, logo sua dinâmica está agregada a uma produção ideológica. O trecho que se segue, nos ajuda a ilustrar como a era moderna é o contexto propício para que estes desdobramentos se realizem:

A revolução industrial foi apenas o começo de uma revolução tão extrema e radical quanto as que sempre inflamavam as mentes dos sectários, porém o novo credo era totalmente materialista, e acreditava que todos os problemas humanos poderiam ser resolvidos com o dado de uma quantidade ilimitada de bens materiais (POLANYI, 1980, p.57).

Um traço marcante do sistema capitalista que nos esclarece em certa medida o desenvolvimento de uma indústria da cultura e da informação, de uma mercantilização de notícias, é o fator do desenvolvimento tecnológico que os meios de comunicação aperfeiçoaram numa lógica de concorrência para qualificação de seu produto, seja qual tipo de mídia for, digital; impressa; sonora, etc. O grande dilema deste fator é o fato de que, para se investir em tecnologia num sistema onde o lucro e o consumo são os pilares centrais da dinâmica social, o investidor buscará um retorno, portanto a atividade dos meios de comunicação passa a se orientar para vender em grande escala, dessa forma influencia gostos, valores e ideologias para serem consumidos massivamente na forma de seus conteúdos, se apropriando de inclinações sociais mas dando contorno a elas de acordo com a manutenção de seus interesses. Isso se dá principalmente pela máquina de propaganda que se faz influente na constituição dos *habitus* direcionando gostos e causando uma falsa sensação de liberdade de escolha, pois, ao mesmo tempo em que bombardeia a autonomia do indivíduo com informações que o enquadram num perfil ditado pelo que ele consome com conotações

positivas ou negativas, ela também defende a crença de que os indivíduos são totalmente livres em suas preferências.

A produção de notícias mediante técnicas e equipamentos complexos e em constante necessidade de aperfeiçoamento, portanto dispendiosos, só é viável numa sociedade capitalista, onde a organização se dá em torno da apropriação do capital na forma de lucro através da mais-valia, se estiver adequada ao seu sistema de trocas, o ato de comprar e vender. A figura do capitalista, investidor, mercador torna-se a mais propícia e disponível para assumir isto, pois a possibilidade de lucro o deixa disposto a desempenhar o papel de investir na produção e vender mercadorias (POLANYI, 1980).

Uma vez que as máquinas complicadas são dispendiosas, elas só são rentáveis quando produzem grande quantidade de mercadorias. Elas só podem trabalhar sem prejuízo se a saída de mercadorias é razoavelmente garantida, e se a produção não precisar ser interrompida por falta de matérias-primas necessárias para alimentar as máquinas. Para o mercador isto significa que todos os fatores envolvidos têm que estar à venda, isto é, eles precisam estar disponíveis, nas quantidades necessárias, para quem que esteja em condições de pagar por eles. A menos que essa condição seja preenchida, a produção com ajuda de máquinas especializadas torna-se demasiado arriscada para ser empreendida, tanto do ponto de vista do mercador que empata seu dinheiro, como da comunidade como um todo, que passa a depender de uma produção contínua para conseguir renda, emprego e provisões (POLANYI, 1980, p.58).

O que estamos tentando apresentar neste ponto de nossa argumentação é que os meios de comunicação de massa tais quais demonstramos foram possibilitados pelas ideologias, práticas e valores liberais postulados pela era moderna e implementados na revolução industrial e em seu percurso contínuo, assim como a própria sociedade moderna foi engendrada pelo desenvolvimento dos meios de comunicação. Ou seja, a sociedade ocidental moderna, que teve a indústria capitalista como seu catalisador econômico e político, estabeleceu uma relação de simbiose com a indústria da comunicação. Nesse contexto de negócios e transações envolvendo lucro, a mídia é mantida principalmente através da captação de dinheiro proveniente de empresas que anunciam seus produtos para os consumidores através do que é veiculado pelos meios de comunicação, portanto se utilizam do espaço mediante pagamento para fazer propaganda de seus produtos. Essas empresas sobrevivem através do consumo de seus produtos anunciados, logo, se seu consumo baixa, seu capital disponível para propaganda também baixa. Claro que, num mundo capitalista tal qual vivemos hoje, a pluralidade de empresas garante anunciantes infindáveis. No entanto, se a economia esfria, no sentido de diminuição das atividades de consumo, diminuem as verbas

destinadas à propaganda, e consequentemente aqueles que têm o maior alcance de público para expor os anúncios, a grande mídia, os meios de comunicação em massa e principalmente o Sistema Central de Mídia, perdem a sua maior forma de captação de recursos. Por estar refém dessa estrutura, a mídia influencia, orienta e direciona seu público a consumir e assim aquecer a economia e, ao fazer isso, sentir-se realizado. Isso quer dizer que a mídia tenta manter certa tutela sobre as pessoas para que o mecanismo que a alimenta continue em sintonia com suas perspectivas, que são garantir objetivamente os lucros da instituição e maior acessibilidade aos capitais dispersos no espaço social àqueles que estão no controle dessa relação simbiótica. Seu conteúdo forja categorias e enquadra nelas fatos e práticas, logo, é disperso na sociedade, não sem contestação e não uniformemente, um discurso do que é belo, do que é feio, do que é normal, do que é ruim, do que é bom, de valores em geral.

A opinião era para eles como que uma reatualização espontânea do contrato. Eles desconheciam as condições reais de opinião, as *media*, uma materialidade que obedece aos mecanismos da economia e do poder em forma de imprensa, edição, depois de cinema e de televisão (FOUCAULT, 1979, p.224).

Michel Foucault (1979) nos ajuda a entender as relações de formação de um discurso tido como verdadeiro pela grande mídia, de forma a constituir uma opinião pública permeada de interesses econômicos e políticos, opinião essa que se fundamenta naquilo que é difundido como verdade pelos grandes meios de comunicação, principalmente por estes construírem seus discursos retoricamente embasados em afirmações pseudocientíficas e científicas, ou melhor, tidas como verdades pelo corpo social, tornando-se pretexto para reatualização do contrato social tal qual está posto.

A partir disso podemos argumentar que a formação dos saberes requer que se atente para práticas discursivas e não discursivas e ao funcionamento entrelaçado delas, com efeito, o saber e o poder se apoiam e se reforçam mutuamente numa racionalidade de legitimação (FOUCAULT, 1979).

Mas a relação ainda é mais intrínseca: é o saber enquanto tal que se encontra dotado estatutariamente, institucionalmente, de determinado poder. O saber funciona na sociedade dotado de poder. É enquanto saber que tem poder (MACHADO, 1979, p.XXII).

### 1.5. A grande mídia enquadrada como dispositivo e como influência constitutiva do paradoxo da *doxa*

O poder, prática social heterogeneamente presente nas sociedades humanas, é aqui entendido como uma relação, algo que se exerce e não algo que se possui, algo que se dá por sua capacidade de utilizar, modificar, consumir e destruir o seu receptor, é produtor de individualidades, sendo o indivíduo seu receptor e seu reproduzidor (MACHADO, 1979). Entramos no conceito de poder foucaultiano porque entendemos que, se assim ele se constitui, a grande mídia, em especial o sistema central de mídia brasileiro, se configura como dispositivo de poder, conceito esse que o autor entende como:

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre esses elementos (FOUCAULT, 1979, p.244).

Os dispositivos de poder estabelecem o que pode e o que não pode existir em sua dinâmica de funcionamento através da propagação de discursos alinhados a formações discursivas que podem justificar ou ocultar uma prática, portanto o dispositivo é um nexos estratégico de exercício de poder que, uma vez constituído, dura como tal num processo de permanente preenchimento estratégico. É o dispositivo que produz as condições de manifestação do sujeito. O dispositivo produz o sujeito através dos poderes desencadeados através dele. Isso é evidência do que Michel Foucault (1999) conceitua como biopoder, ou seja, práticas das sociedades modernas, implementadas por sujeitos que figuram no *campo* das instituições fundamentais de ordenação da sociedade, como o Estado, *campo* social que concentra amplamente dispositivos em prol de suas estratégias com o intuito de regular os que estão assujeitados à estrutura social, através de variadas técnicas cujo objetivo é subjugar os corpos e estabelecer um controle disciplinar sobre populações.

O poder é percebido nos discursos, nas técnicas disciplinares das práticas em que os corpos são tornados dóceis. As práticas dos sujeitos são enquadradas na dinâmica social presente, dessa maneira o controle do sujeito é materializado no controle da sociedade pela própria sociedade, mas sempre atrelado a valores e prioridades daqueles que estão alocados em posições que lhes permite exercer o poder de maneira mais ampla, como, por exemplo, os responsáveis pelas linhas editoriais da grande mídia.

Giorgio Agamben (2014) nos ajuda a entender as proposições de M. Foucault (1979), no que tange suas formulações teóricas sobre os chamados dispositivos. Agamben (2014) sintetiza as análises foucaultianas considerando que um dispositivo seria uma unidade heterogênea, concomitantemente linguística e não linguística: discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de segurança e proposições filosóficas. Seria, portanto, uma rede estabelecida entre estes elementos, possuindo sempre uma função estratégica de acordo com seus vínculos nas relações de poder e nas relações de saber. De todo modo, seria uma unidade de práticas e mecanismos com finalidade de obter efeitos perante a realidade social, operando e influenciando as capacidades de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar e controlar os gestos e as condutas, as opiniões e os discursos dos indivíduos, o dispositivo é uma força capaz de efetuar a construção de determinadas formas de relações sociais, ou seja, dinâmicas culturais de subjetivação. Porém, é capaz também de efetuar dinâmicas culturais de de-subjetivação, ou seja, negação do direito de existência de determinadas formas de vida social. Assim, o dispositivo gera o sujeito, uma vez que este é o resultado entre o choque dos corpos dos viventes e o poder, principalmente pelo fato de o interesse estar na raiz de todo dispositivo (AGAMBEN, 2014).

Certamente o termo, no uso comum como no foucaultiano, parece remeter a um conjunto de práticas e mecanismos (ao mesmo tempo linguísticos e não-linguísticos, jurídicos, técnicos e militares) que têm o objetivo de fazer frente a uma urgência e de obter um efeito mais ou menos imediato (AGAMBEN, 2014, p.32).

Não seria provavelmente errado definir a fase extrema do desenvolvimento capitalista que estamos vivendo como uma gigantesca acumulação e proliferação de dispositivos. Certamente desde que apareceu o *homo sapiens* havia dispositivos, mas dir-se-ia que hoje não haveria um só instante na vida dos indivíduos que não seja modelado, contaminado ou controlado por algum dispositivo (AGAMBEN, 2014, p.41).

Quanto mais os dispositivos se difundem e disseminam o seu poder em cada âmbito da vida, tanto mais o governo se encontra diante de um elemento inapreensível, que parece fugir de sua apreensão quanto mais docilmente a esta se submete. Isto não significa que ele representa em si mesmo um elemento revolucionário, nem que possa deter ou também somente ameaçar a máquina governamental. No lugar do anunciado fim da história, assiste-se, com efeito, ao incessante girar em vão da máquina, que, numa espécie de desmedida paródia de *oikonomia* teológica, assumiu sobre si a herança de um governo providencial do mundo que, ao invés de salvá-lo, o conduz – fiel, nisso, à originária vocação escatológica da providência – à catástrofe (AGAMBEN, 2014, p.51).

As instituições e o espaço organizam os saberes e significam coisas no social de tal forma que geram o que é tido por discurso verdadeiro, logo, podemos perceber a mídia, em especial a grande mídia tradicional brasileira, o Sistema Central de Mídia nacional, como um



dispositivo, porque é o resultado de estratégias de sujeitos que exercem o poder em esferas que organizam a estrutura social, ou seja, compõem de maneira articuladora uma estrutura heterogênea de práticas legítimas que constituem e organizam os sujeitos. Analisar os meios de comunicação como dispositivos implica em compreendê-los como unidades capazes de operar a produção social da subjetividade, bem como a construção social da de-subjetividade, processos nos quais o poder estabelece o senso do ser humano, do indivíduo e do ser como sujeito.

A partir de nosso arcabouço teórico acreditamos que a dominação nada mais é do que uma das manifestações do poder que se faz aceita por estar associada à verdade, que se baseia no exercício de poder do saber interessado, porém a verdade é aquilo que os próprios seres humanos definem como tal. A crença no poder como algo legitimado no saber materializa-se na dominação efetiva que dissemina uma equivocada ideia de que a verdade independe das decisões humanas, nos autorizando a coagir uns aos outros o tempo todo, visto que as relações sociais são permeadas constantemente de conflitos.

Uma vez que não existe comunicação sem relações de poder e dominação, este dispositivo em questão é utilizado pelos grupos dominantes, que assim o são devido à sua posição nas relações de poder perpassadas por toda sociedade para assegurar aos dominados que devem aceitar a realidade social como inelutável, e como a grande mídia é nada mais do que grandes empresas de informação, ao realçar os valores e interesses de grandes empresas capitalistas que as mantêm, realça e defende também seus próprios interesses, tentando mostrar e legitimar uma submissão ao neoliberalismo, propagando-o como uma característica moderna. Os monopólios tradicionais da informação se entrosaram com o sistema econômico liberal e tornaram-se uma espécie de engrenagem da realidade social capitalista, criando e mantendo mitos e destruindo aspirações e esperanças. A aristocracia oligárquica brasileira, herança colonial e ainda diagnosticada no *campo* social do país, faz hoje pela comunicação o que outrora fizera com golpes militares, opera no sentido de deformar ou esconder a realidade, não levantando um debate reflexivo desta, apartando a necessidade do público daquilo que é veiculado pela mídia (SODRÉ, 1998).

Tudo isso deixa claro que a grande mídia ocupa uma posição em que o *status quo* é a realidade em que ela se faz possível tal como é. Portanto os grandes veículos midiáticos geralmente não são subversivos e não atacam o sistema como causa de problemas, principalmente no caso brasileiro, em que o Sistema Central de Mídia demonstra ser conservador e questiona qualquer governante que tente transgredir seus valores.

As instituições, constituídas por grupos dominantes, exercem poder sobre dominantes e dominados levando-os a reproduzir o *status quo* da sociedade. Nesse ponto entendemos que o poder exercido pode ser explicado pelo que Bourdieu (2000) chama de poder simbólico, realizado através da violência simbólica. Violência simbólica é uma estratégia em busca da transformação ou da manutenção da crença dominante e pode ser exercida tanto por grupos dominantes quanto por grupos dominados e por instituições socializadoras como escola, família e mídia, os grandes produtores da crença, *illusio* que é naturalizada legitimando o *status quo* (BOURDIEU, 2000).

A *illusio* naturalizada e legitimada tacitamente no tabuleiro de conflitos de poder é conceituada por Bourdieu (1999) como *doxa*, uma espécie de fé prática estabelecida na estrutura simbólica que faz o indivíduo aceitar a realidade como evidente e é fundamental na composição dos *habitus*: “[...] os dominados aplicam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, fazendo-as assim serem vistas como naturais” (BOURDIEU, 1999, p.27).

Ora, se a mídia produz *doxa* e a mídia que tem maior abrangência de público é a grande mídia, o Sistema Central de Mídia, e esses oligopólios estão em simbiose com a estrutura social capitalista moderna, os meios de comunicação em massa são catalisadores de um processo chamado paradoxo da *doxa*. Segue a conceituação autoexplicativa do autor: “[...] não questionamento da ordem simbólica vigente, gerando uma submissão paradoxal” (BOURDIEU, 1999, p.4).

Ou seja, a grande mídia enraíza no meio social uma dominação simbólica exercida em nome de um princípio simbólico reconhecido pelos dominantes e pelos dominados que leva os indivíduos a ocuparem lugar de sujeito, que é um agente que tem seus pensamentos e percepções configurados nas estruturas de dominação impostas a eles, influenciando seus atos para reproduzirem as relações de dominação.

### 1.6. A problemática da *Folha de S. Paulo*

A grande mídia exerce um papel social atuante no Brasil, e em grande parte do mundo. De tal maneira que pode levar até mesmo os dominados a agirem de forma a reproduzir e reconhecer a dominação. Elaborando as transgressões que irão surgir como se fossem anormalidades utópicas, para assim o espaço social continuar organizado de modo a funcionar mantendo as elites enquanto elites em detrimento de todo o corpo social que as mantêm nesta situação. No entanto os agentes sociais ainda têm seu papel de importância e podem ainda

inovar e fazer suas revoluções simbólicas numa luta interminável de ressignificação da realidade capitalista, que poderá ou não ser mudada, mas já sabemos como funcionam suas poderosas defesas contra aqueles, que assim como nós, acreditam que a exploração do humano pelo humano ainda será substituída pela comunhão entre os humanos e pelo reconhecimento de que a subjetividade de uma pessoa é condição primeira para o respeito com a subjetividade do outro, portanto, todos têm os mesmos direitos e devem construir a sociedade em que vivem juntos e não delegá-la ao controle intencionado e interessado de poucos.

A *Folha de S. Paulo* é um componente da grande mídia brasileira, nosso recorte privilegiado de estudo, por entendemos que este jornal diário de origem paulistana, fundado em 1921 tem uma repercussão nacional e apresenta enorme influência na delimitação do *habitus* de muitas pessoas, em especial de uma categoria social letrada das grandes cidades brasileiras, portanto, é importante sabermos quais são as tendências dessa instituição em determinados assuntos que consideramos essenciais para refletirmos nosso cotidiano. Tanto assim é que segundo pesquisas feitas pelo Datafolha acerca do ‘Perfil do Leitor’<sup>2</sup>, os leitores do jornal correspondem à uma elite da sociedade brasileira, têm em média 40,3 anos; têm alta escolaridade, 47% cursaram faculdade, 13% fizeram pós-graduação; 53% têm renda mensal individual de até 15 salários mínimos; 36% têm renda familiar acima de 30 salários mínimos, 41% fazem parte da classe A, da qual apenas 3% da população brasileira em geral pertence.

Portanto, consideramos importante compreendermos como esse *establishment* da nossa sociedade tem em seu imaginário a memória social e política do país, pois os indivíduos que compõem esse estrato social ocupam cargos altos e estratégicos na dinâmica social que alocam capital político, econômico, cultural e simbólico. Estudando a *Folha de S. Paulo* podemos capturar indícios de como o imaginário dessas parcelas sociais é influenciado dia a dia por debates, discussões e informações que circulam em seus conteúdos e ajudam a direcionar interpretações que efetivamente constroem a realidade atual.

Logo, estudar o referido jornal é buscar compreender uma das forças que criam tendências de opinião e de *práxis* política que acabam por sua vez constituindo a realidade social.

---

<sup>2</sup> Dados publicados nas páginas: <[http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/quem\\_e\\_o\\_leitor.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/quem_e_o_leitor.shtml)> e <<http://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/991055-leitor-da-folha-e-ultraqualificado-mostra-pesquisa.shtml>>. Acesso em: 20 set. 2013.



## 2. REFLEXÕES E DISCUSSÕES TEÓRICO-CRÍTICAS ACERCA DA PESQUISA

O que pauta este trabalho, é a busca por compreender a relação entre mídia e política no período pré-eleitoral e eleitoral das eleições presidenciais de 2010, para captar como se dá a representação memorial do passado na sociedade brasileira, acerca da ditadura civil-militar, período que deixou marcas profundas na sociedade.

Escolhemos analisar a cobertura feita pelo jornal *Folha de S. Paulo* pelo fato de ser um dos principais meios de comunicação a cobrir as eleições nacionais. Visamos analisar o conteúdo, em todos os fragmentos presentes no jornal em 2010, como o jornal retrata os candidatos, construindo suas imagens, e lembrando seu passado opositor à ditadura civil-militar e como se dá a representação que a *Folha de S. Paulo* faz da memória deste período ao cobrir as eleições de 2010. A presente pesquisa tem por objeto o jornal *Folha de S. Paulo*, principalmente os seus editoriais, seu primeiro caderno e seu caderno Especial: Eleições 2010, no período que se estende de 01/03/2010 a 06/11/2010 (período pré-eleitoral e eleitoral, sendo a última semana um período pós-eleitoral para que se possa analisar como o jornal se posiciona após o resultado final das eleições).

Os dois principais candidatos à presidência da República do Brasil nas eleições de 2010, assim classificados pela mídia brasileira e, em especial, pelo jornal impresso *Folha de S. Paulo*, José Serra (PSDB<sup>3</sup>) e Dilma Rousseff (PT<sup>4</sup>) têm um passado ligado a movimentos de oposição ao regime autoritário ditatorial civil-militar brasileiro. Civil devido às camadas da sociedade, principalmente setores da classe média e das elites agrária e industrial, que apoiaram e legitimaram o regime enquanto lhes convinha. Pois não é possível a existência de regimes autoritários se a sociedade em que ele está posto não o construiu historicamente com base em parcelas sociais que o apoiam e lhe dão quórum de legitimação. E militar porque os agentes políticos que comandaram e instauraram o regime, através de um golpe de estado, eram os militares das três forças armadas, principalmente os oficiais de alta patente do Exército (AARÃO REIS, 2005).

---

<sup>3</sup> Partido da Social Democracia Brasileira, fundado em 25 de julho de 1988 por políticos expressivos do cenário brasileiro, como, por exemplo, o ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso e os ex-Governadores do Estado de São Paulo, André Franco Montoro e Mário Covas Júnior. (Vide site oficial do PSDB. Disponível em: <[http://ww1.psdb.org.br/opartido/quem\\_diretorios\\_estaduais.asp](http://ww1.psdb.org.br/opartido/quem_diretorios_estaduais.asp)>. Acesso em: 25 set. 2012).

<sup>4</sup> Partido dos Trabalhadores, fundado em 10 de fevereiro de 1980 a partir da organização sindical de operários paulistas liderados por Luiz Inácio Lula da Silva. Foi fundado sob um viés socialista e democrático, agregando pensadores brasileiros influentes, intelectuais de esquerda, dirigentes sindicais e católicos ligados à Teologia da libertação (Vide site oficial do PT. Disponível em: <<http://www.pt.org.br/index.php?/governo>>. Acesso em: 1 set. 2012).

Dilma, segundo documentos oficiais e biografia disposta no site do Partido dos Trabalhadores<sup>5</sup>, presa por estar envolvida com movimentos de oposição de esquerda armada, o COLINA (Comando de Libertação Nacional), a VAR – Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária) e no VPR, no período pós-golpe. Segundo dados informados por Marcelo Ridenti (1993, p. 26), dentre os movimentos de esquerda que surgiram na década de 1960, frente às ideias pacifistas e reformistas do PCB (Partido Comunista Brasileiro) estava a POLOP (Política Operária) pregando uma luta armada em prol da Revolução Socialista. É deste movimento que a militante Dilma Vana Rousseff participou inicialmente, aos 16 anos de idade. Devido a divergências internas surgidas como decorrência dos efeitos do golpe militar de 1964, a POLOP rachou e se dividiu, dando origem, em 1968 ao que no início tomara o nome de *organização político militar* e posteriormente, com novas adesões advindas de membros dissidentes do MNR (Movimento Nacional Revolucionário), outro movimento de esquerda armado e anti-golpe, tornou-se o COLINA (Comando de Libertação Nacional), frente na qual Dilma se engajou. Originado em Minas Gerais no ano de 1967.

O COLINA, segundo Jacob Gorender (1990 p. 36), se caracterizava por seu programa socialista com um militarismo de esquerda acentuado, vendo a alternativa revolucionária no foco guerrilheiro e por ser um dos poucos movimentos anti – golpe a fazer uma pregação explícita do uso da violência. Posteriormente este movimento teve vários de seus integrantes presos e fundiu-se com a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) que possuía objetivos muito parecidos com os do COLINA. Dilma seguiu com este movimento e três meses depois, após uma nova dissidência entre os membros, o movimento se dissolveu e surgiu então a VAR - Palmares, que Dilma aderiu. É como membro deste movimento que acabou presa, acusada de subversão, e assim permaneceu, no presídio Tiradentes em São Paulo - SP, entre os anos de 1970 e 1972, sendo torturada por agentes da OBAN (Operação Bandeirante)<sup>6</sup> e posteriormente pelo DOPS (Departamento de Ordem Política e Social)<sup>7</sup>. Livre da prisão engajou-se na campanha pela anistia e foi um dos fundadores do PDT (Partido Democrático Trabalhista) do Rio Grande do Sul, engajando assim na política sistêmica e ocupando cargos político – administrativos. Filia-se ao PT em 2000, participando da equipe do governo Lula, também do PT (2003 – 2010).

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://www.pt.org.br/index.php?governo>>. Acesso em: 1 set. 2012.

<sup>6</sup> Centro de inteligência e investigação fundado em 1969 pelo governo brasileiro e coordenado pelo exército, estabeleciam a integração entre os órgãos de combate às organizações de esquerda armadas e anti-regime.

<sup>7</sup> Criado em 1924 e utilizado de forma irrestrita pelos regimes do Estado Novo e Militar, tinha o objetivo de controlar e reprimir qualquer movimento que possuísse cunho de negação do regime vigente. Possuía também o dever de censurar, através de uma de suas divisões, os órgãos midiáticos. O DOPS existe ainda hoje com o objetivo de proteger a constituição federal de 1988 de qualquer infração penal contra a ordem política e social estabelecida por esta.

José Serra, segundo sua autobiografia, *Cinquenta anos esta noite* (2014), e biografia disposta em seu blog oficial<sup>8</sup>, militante do movimento estudantil, foi um dos fundadores da organização AP (Ação Popular) e presidente eleito da União Nacional dos Estudantes (UNE)<sup>9</sup> entre os anos de 1963 e 1964, que se opôs de prontidão ao golpe de 1964, e um dos fundadores da AP (Ação Popular), movimento este que, segundo Marcelo Ridenti (1993 p. 26), tinha por corrente ideológica o chamado socialismo humanista, defendia a criação de uma alternativa política que não fosse nem capitalista nem comunista. Perseguido pelos militares após o golpe em 64, Serra exilou-se do país, vivendo no Chile e nos EUA e retornou ao Brasil 14 anos depois, com a Anistia cedida pelo governo Geisel. De volta ao seu país de origem, foi professor da UNICAMP<sup>10</sup> e pesquisador da CEBRAP<sup>11</sup>, engajou-se na política sistêmica em 1983 quando fora nomeado Secretário de Economia e Planejamento do governo Franco Montoro, em São Paulo, ocupando desde então diversos cargos eletivos e político-administrativos. Foi um dos fundadores do PSDB em 1988 e se configura como um dos quadros políticos de maior expressão deste partido.

O Grupo Folha é dono do jornal com uma das maiores circulações atualmente (segundo a Associação Nacional de Jornais – ANJ), a *Folha de São Paulo*, e apresenta um passado de apoio ao golpe e ao regime militar brasileiro, participando, inclusive, segundo o site <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/>, com apoio logístico da chamada Operação Bandeirante (OBAN), cujo intuito era combater opositores do regime.

Além da *Folha de S. Paulo*, praticamente toda a grande imprensa do Brasil se moderniza e atinge uma estabilidade financeira na segunda metade do século XX, um período em que o empresariado demandava investimentos públicos e, para tanto, muitos se atrelaram aos valores do Estado autoritário para atingirem seus objetivos, sendo cúmplices e porta-vozes da ditadura no país (DIAS, 2014). Podemos ver nos seguintes fragmentos alguns indícios da posição da *Folha de S. Paulo*:

Nessa direção, o início da década de 1960 foi o grande palco das mudanças internas do grupo. Por um lado, alterações de forma: os três jornais são reunidos em um, que recebe o nome de *Folha de São Paulo*; de outro, as de estrutura, com a nova direção da empresa. Com a substituição de Nebantino Ramos por Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho, em 1962, a linha editorial, a partir de então, tornou-se

<sup>8</sup> Disponível em: <<http://www.joseserra.com.br/biografia-serra>>. Acesso em: 10 set. 2012.

<sup>9</sup> Fundada em 1937 e com sede em São Paulo – SP, a UNE é uma entidade que representa os estudantes do ensino superior do Brasil.

<sup>10</sup> Universidade Estadual de Campinas, localizada no Estado de São Paulo, foi fundada em 1966 e é uma das universidades públicas que figuram entre as maiores instituições de ensino superior do Brasil.

<sup>11</sup> Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, sediado em São Paulo – SP, é uma instituição acadêmica que possui como objetivo realizar pesquisas nas áreas de Ciências Sociais, Economia, Filosofia e Demografia com o intuito de compreender melhor o Brasil.

francamente antijanguista. Como outros jornais, os do grupo também apoiaram as mobilizações e os acontecimentos que culminaram na ação de 31 de março/1º de abril de 1964. (KUSHNIR, 2004, p.220).

Demasia retórica? Erro crasso de visão histórica? Poderia até ser, tudo isto e muito mais. Porém, nem tanto. Pelo menos a julgar pelo ultimo lapso, ou melhor, tropeço deliberado, mal disfarçado recado a quem interessar possa: refiro-me ao editorial da *Folha de São Paulo*, de 17 de fevereiro de 2009, o tal da “ditabranda”. Não é tão simples assim atinar com as razões daquele escorregão com cara de pronunciamento preventivo, sobretudo por ser mais do que previsível que o incidente despertaria a curiosidade pelo passado colaboracionista do jornal, tão incontrolavelmente documentado que as pessoas esqueceram, até mesmo da composição *civil e militar* daquele bloco histórico da crueldade social que se abateu sobre o país em 1964. (TELES; SAFATLE, 2010, p.205).

A família Frias é uma das maiores responsáveis pela direção e editoração do jornal *Folha de S. Paulo*, e dona de grande parte da empresa *Folha da Manhã S.A.*, que é responsável pelo jornal e integra o Grupo Folha, tanto no período autoritário como no ano de 2010. A empresa foi por muito tempo de responsabilidade de Octávio Frias de Oliveira, e atualmente quem preside a empresa *Folha da manhã S.A.* e o Grupo Folha é Luiz Frias e o diretor de redação do jornal *Folha de S. Paulo* é Octávio Frias Filho.

Foi a partir desse quarto momento, no início da década de 1960, que a sociedade Octávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho assumiu o controle acionário da empresa *Folha da Manhã*, que surgiu com esse nome em 1º/7/ 1925. Iniciou-se, a partir de então, o que Mota e Capelato definiram como “autonomia financeira à busca de um projeto político-cultural (1962 – 1981)”. Os empresários, contudo, já haviam estabelecido sua parceria um ano antes, quando em 1961, empreenderam a construção da Estação Rodoviária de São Paulo.

Dividido em três edições diárias, o conglomerado, possuía a *Folha da Manhã*, a *Folha da Tarde* e a *Folha da Noite* até fins dos anos 1950. As transformações realizadas de 1962 até o fim daquela década instituíram para a empresa os seguintes periódicos: *Folha de S. Paulo* (o *Folhã*, a reunião das três antigas *Folhas*), *Última Hora*, de São Paulo (em 1965), *Notícias Populares* (também em 1965), *Cidade de Santos* (a partir de julho de 1967) e *Folha da Tarde* ( a partir de outubro de 1967). Essa estrutura perdurou até 1992, quando a família Frias assumiu o controle total do conglomerado. No fim da década de 1990, a *Folha da Tarde* foi extinta, surgindo em seu lugar o jornal *Agora São Paulo*, da mesma tendência popularesca que marcou trinta dos 32 anos da *Folha*. (KUSHNIR, 2004, p.218-219).

No ano de 2010, como podemos comprovar empiricamente nos exemplares disponíveis<sup>12</sup>, o jornal *Folha de S. Paulo* tem como presidente Luiz Frias e como diretor editorial Octávio Frias Filho.

Esse jornal é um dos meios de comunicação mais influentes do Brasil a cobrir as eleições nacionais, como nos informa a obra: *A mídia nas eleições de 2006*, organizada por

<sup>12</sup> Disponível em: <<http://edicaodigital.folha.com.br/login.aspx>> e <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 20 set. 2012.

Venício A. de Lima (2007), e a campanha eleitoral dos presidencialistas, sendo eles, em 2010: Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores – PT); José Serra (Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB); Plínio de Arruda Sampaio (Partido Socialismo e Liberdade – PSOL); Marina Silva (Partido Verde – PV); José Maria Eymael (Partido Social Democrata Cristão – PSDC); Zé Maria (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados – PSTU); Levy Fidelix (Partido Renovador Trabalhista Brasileiro – PRTB); Ruy Costa Pimenta (Partido da Causa Operária – PCO); Ivan Martins Pinheiro (Partido Comunista Brasileiro – PCB) e principalmente dos dois principais, Dilma e Serra.

Sendo assim, muitas vezes, o jornal terá de se remeter ao regime militar ao tratar das eleições, construindo uma imagem dos candidatos perante uma memória representada dia a dia, em suas coberturas acerca do assunto, do que foi o regime e o que ele significou, uma vez que a imprensa parece se comprometer com o discurso sobre o passado para se situar no presente, utilizando-se do passado para gerar inteligibilidade às suas narrativas atuais. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória (POLLAK, 1992, p.4). A mídia em geral caracteriza-se como um lugar de memória, um palco de disputas simbólicas de legitimação e (re)significação, pois ajuda a cristalizá-la e a propagá-la no coletivo, influenciando na lembrança e no esquecimento dos acontecimentos, selecionando e enquadrando aquilo que é visto e lembrado e assim construindo uma narrativa particular imbuída de sentidos e valores. A memória está intimamente ligada à produção dos fatos, sendo um processo social seletivo, e é utilizada com objetivos particulares, dando inteligibilidade às conjunturas históricas e sociais em uma inscrição temporal. A memória seria, portanto, algo inerente ao processo de formação da identidade do discurso jornalístico, identidade esta, que se delineia a partir dos conflitos entre o que é lembrado e o que é esquecido, seja por manipulação ou omissão, pois ao selecionar o que é ou não lembrado, a mídia enquadra os acontecimentos a partir de uma perspectiva particular, produzindo memórias múltiplas que se articulam na dinâmica social e, como a mídia possui um papel fundamental na sociedade, constantemente evocando um passado carregado de valores, o ato de lembrar é um ato político (DIAS, 2014).

O jornal mostra-se muitas vezes ambíguo, chegando mesmo, em meio a representações das infâmias da ditadura civil-militar, a atenuar a violência da ditadura ou justificá-la de alguma forma como consequência de algo pior ou caótico que ameaçava a ordem e o progresso do Brasil, vendendo uma imagem branda do regime perante a sociedade e considerando o autoritarismo truculento e repressor como uma questão de grau e não de método, como deveria de fato considerar. Prova disso foi o episódio de grande repercussão



nacional, ocorrido no início de 2009, quando, em editorial, o jornal (17/02/2009) afirmou que não houve, no Brasil, uma ditadura de fato ao chamar a ditadura civil-militar iniciada em 1964 de *ditabranda*, pois segundo o jornal os números mostram que morreram muito menos opositores em nossa experiência de regime militar do que nas outras ditaduras do cone sul, como Chile, Argentina e Uruguai, afirmação que surpreendeu a opinião pública e provocou nosso interesse científico em investigar as posições políticas do jornal, uma vez que temos a convicção de que regimes totalitários e/ou autoritários são uma questão de método, de organização burocrática, de práxis política e institucional e não podem ser considerados apenas partir do número de mortos e vítimas que produzem mas sim da banalização da violência que incrusta no cotidiano. Há de se levar primordialmente em consideração a ameaça que as políticas de Estado materializam contra os opositores dos executores do poder público refletindo diretamente na sociedade e influenciando nas relações entre indivíduos, instituições e grupos e instaurando o medo da repressão no cotidiano social.

Conhecer o passado e a forma como ele é representado e lembrado na opinião pública é importante pelo fato de que, se ele não é elaborado de forma clara e incisiva, ou seja, apontando os ressentimentos, os erros e incitando o debate entre as partes e a sociedade, corre-se o risco de ele não ser superado. Isso significa que, mesmo que o fato em si não exista mais, suas estruturas e heranças diretas e indiretas podem continuar infiltradas na sociedade, e assim os mesmos atos que foram cometidos outrora incorrem no presente, porém massacrados por uma representação tendenciosa e omissa da história, afinal, a construção de uma memória a partir de representações jornalísticas impõe uma maneira específica de recordar, a partir de pontos de vistas plurais, porém restritos e singulares, que possuem e representam interesses da instituição empresarial jornalística em que trabalham e de seus patrocinadores e consumidores, o que na verdade significa um impedimento de memória e da elaboração de um passado. Afinal é através do entendimento histórico que o homem pode construir uma sociabilidade livre de autoritarismos, negações do outro, por suas ideias, escolhas, condições e genéticas, e de violência legitimada, exercida pelos órgãos repressivos institucionalizados através do aparato policial e militar, e exercida pela mídia através da imposição cultural e ideológica produzida por seu conteúdo manipulado, por interesses envolvidos, e tendencioso, rechaçando o diferente, ou seja, rechaçando àqueles que fogem à ordem preestabelecida por ela, alocando em si o poder, ao transmitir informações (entendemos, por informação, dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato), de direcionar o pensamento social, político e cultural do seu público, consequentemente, da sociedade.

O presente estudo é importante pelo fato de a mídia ser a mais poderosa instituição privada de hegemonia, principalmente pelo fato de, no Brasil, ela ser pouco regulamentada, sem limites de concentração e sem garantias de um espaço de representação para minorias e grupos plurais, concentrada em grandes e poucos conglomerados, tendo em vista que o proprietário de uma emissora de televisão pode ser também proprietário de emissoras de rádio, de revistas, jornais e sites (LIMA, 2007), funcionando como um setor da sociedade civil fiscalizador do poder, portanto, como um poder em si, porém sem um contrapoder que a fiscalize, ao menos institucionalmente, o que suscita um debate fundamental para o desenvolvimento e fortalecimento da democracia brasileira no que tange compreender e tornar claros os mecanismos de representação memorial histórica de um grande e expressivo órgão midiático nacional, acerca de um assunto que interessa à sociedade brasileira como um todo, elucidando a posição do jornal *Folha de S. Paulo* e suas tendências opinativas e jornalísticas perante o período ditatorial, ao exibir conteúdos que tratam como pelo menos um dos temas principais o período do regime militar e do passado de oposição ao regime dos dois principais candidatos à presidência da República durante o curso das eleições de 2010.

Para pensarmos a questão da memória histórica e a posição da *Folha de S. Paulo* ao tratar o ocorrido no período ditatorial, devemos nos apoiar teoricamente em Theodor W. Adorno, segundo o qual:

[...] o gesto de tudo esquecer e perdoar, privativo de quem sofreu a injustiça, acaba advindo dos partidários daqueles que praticaram a injustiça [...] o desejo de libertar-se do passado é justificado na medida em que não é possível viver à sua sombra e o terror não se justifica porque o passado de que se quer escapar ainda permanece muito vivo (ADORNO, 1995, p.29).

[...] a consciência consola-se argumentando que fatos dessa gravidade só poderiam ter ocorrido porque as vítimas deram motivos quaisquer para tanto, e este vago “motivos quaisquer” pode assumir qualquer dimensão possível (ADORNO, 1995, p.31).

Essa passagem de Adorno se refere a um período pós-nazismo na Alemanha, porém pode ser trazida para o período contemporâneo, pós-ditadura civil-militar no Brasil, para pensar a questão de um órgão midiático que apoiou um regime autoritário, pragmático e violento no país, e que agora, num período posterior, irá se referir ao regime de uma forma delicada, construindo, ou tentando construir perante seus leitores uma imagem acerca do regime que amenize seus traços a que deram apoio e derrotem no dia a dia o ressentimento



histórico dos adversários, encapsulando a ditadura e suas infâmias no passado sem pensar nas suas continuidades.

Partimos da interpretação de que existem legados da ditadura que ainda permanecem enraizados na sociedade. Afinal a estrutura democrática pós-85 e constitucional de 1988 fora forjada sob a tutela do regime militar interessado em resguardar os interesses dos militares e das oligarquias da época, o que queremos dizer é que da ditadura fez-se a democracia, uma democracia que não deu condições para que reformas de base fossem feitas no seio do Estado, algo que o golpe veio impedir e a ditadura garantir que não acontecesse criando mecanismos institucionais e econômicos para se garantir que aqueles que mantinham seus interesses representados no Estado ditatorial assim continuassem na democracia. Características históricas do Brasil se acentuaram durante o regime militar, como por exemplo o autoritarismo e o elitismo. Os 21 anos de ditadura civil-militar impactaram em várias gerações de brasileiros e, segundo o projeto Brasil nunca mais de 1985 da Arquidiocese de São Paulo, milhares de pessoas foram perseguidas, entre camponeses, sindicalistas, artistas, indígenas, estudantes secundaristas e universitários, militantes políticos e membros do clero católico; milhares de brasileiros seguiram para o exílio, foram acusados judicialmente, opositores políticos foram banidos, cidadãos que divergiram do regime tiveram cassados seus mandatos e direitos políticos, militares que não concordaram com o golpe foram punidos. Segundo a Comissão Nacional da Verdade, que apurou, entre os anos de 2012 e 2014, os crimes do Estado brasileiro (com especial atenção para o período da ditadura civil-militar, 1964 – 1985) entre 1946 a 1988, 423 opositores políticos foram mortos ou são considerados desaparecidos políticos – grande parte sob a custódia do Estado. Estes crimes foram a consequência de uma política de Estado, com diretrizes definidas pelos Presidentes militares e suas equipes de governo, materializando-se através dos agentes públicos. Isso sem contar que o Brasil herdou quadros na política e no empresariado que carregam o gene do regime, herdou um ensino público deteriorado, uma saúde pública defasada, sistemas bancários e midiáticos oligopolistas e influentes e uma institucionalização de uma violência banalizada, realizada pelas forças policiais contra os seus próprios cidadãos na busca de impedir que algum suposto inimigo interno subverta os valores burgueses defendidos com o uso do aparelho de Estado. A falta de punição para os crimes da ditadura civil-militar contribuiu para que outras crueldades e injustiças continuassem sendo praticadas até hoje pelas polícias, com uma jurisprudência que baseada em nossa cultura de impunidade. As práticas de violência antidemocrática da ditadura brasileira constituem um problema que mesmo após a eliminação do regime

ditatorial e seu estado de exceção, continuam presentes nas relações políticas de nossa sociedade (TELES; SAFATLE, 2010).

O presente trabalho é um diálogo com a nossa hipótese segundo a qual o jornal *Folha de S. Paulo*, no decorrer do processo eleitoral para a presidência brasileira, influenciou na construção da memória e da significação social do golpe e do regime que se seguiram após março de 1964, através de uma cobertura jornalística ambígua, que retoma um período histórico conturbado e com suas feridas não totalmente curadas, rememorando o que ele foi e o que representou, porém, mostrando os fatos e as ideologias de formas mais amenas, ou quando não, justificando-as, e muitas vezes, omissa em relação ao que foram de fato, exemplificando como a memória do passado em questão é mal resolvida na sociedade brasileira, inclusive (ou principalmente) no noticiário de um grande órgão de comunicação de massa. Uma vez que a representação desta memória acontece no presente para dialogar com questões do presente.

A *Folha de S. Paulo* tem, como órgão midiático que é, o papel de suscitar o debate na esfera pública, sendo um dos componentes da formação da opinião pública brasileira, com uma das maiores tiragens diárias nacionais<sup>13</sup>. Porém, como é uma instituição privada que visa o mercado, ou seja, a mercantilização e comercialização da notícia e preza pelo interesse de seus anunciantes, proprietários e editores, o que essa entidade tentará fazer, em nossa opinião, é levantar debates delicados sem se posicionar de forma clara para não comprometer sua imagem pública, criando polêmicas com o intuito de vender seus exemplares e se eximir de qualquer culpa que se possa, porventura, se atribuir a ela, sem debater de fato o passado e sem levar o leitor a refletir acerca das permanências culturais, políticas, econômicas e sociais do regime militar. Fato que nos causa grande preocupação, pois, as informações circuladas na mídia em geral são superficiais e é nos jornais impressos que muitas vezes as pessoas buscam confirmá-las e interpretá-las, como argumenta Sodré (1998). Os jornais têm, assim como a televisão, o papel de fonte de difusão da verdade dos fatos. Ler jornal é assimilar conhecimentos e acontecimentos, mesmo que distorcidamente, uma vez que as ideias estão apoiadas em valores e muitas vezes voltadas para o domínio. Trabalhamos também com a hipótese que, pelo fato de José Serra ter se exilado e, portanto, não ter combatido incisivamente o governo militar, e Dilma ter sido uma guerrilheira, representando exatamente aquilo que a *Folha de S. Paulo* combateu incansavelmente no período ditatorial, os

<sup>13</sup> Dados disponíveis em: <<http://www.ajorb.com.br/aj-tiragem.htm>>. Acesso em: 15 out. 2011 e em <<http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/maiores-jornais-do-brasil>>. Acesso em: 15 mai. 2014.

movimentos guerrilheiros de esquerda que objetivavam destruir a ordem política e econômica instaurada em 1964 e arraigada em 1968 (KUSHNIR, 2004), o referido jornal tentará elaborar um debate na esfera pública que ligue o passado de Dilma a uma conotação negativa, aproveitando-se do nicho mercadológico, as eleições 2010, para contrastá-la a José Serra, ao mesmo tempo em que elabora como pano de fundo um período ditatorial justificável, e quando rígido, por culpa dos opositores.

Entender a construção representativa da memória do período ditatorial brasileiro (1964-1985) nos dá margem para que a partir de então se alargue na esfera pública o debate real do que foi e do que é a sociedade em questão, para, dessa forma, emancipá-la, livrando-a de seus fantasmas.

Para tratar do conceito de esfera pública e de qual a função da mídia em sua estrutura, nos reportamos a J. Habermas, para quem o sujeito dessa esfera pública é o público enquanto portador da opinião pública, incluindo-se entre os órgãos da esfera pública as mídias, pois servem para que o público se comunique. No âmbito das mídias o caráter público tornou-se um atributo de quem desperta a opinião pública (HABERMAS, 1984, p.14-15). Dialogamos, a partir de então, para entendermos um pouco mais a importância da pesquisa e a relevância do espaço público, com as proposições de Sérgio Costa (1997), presentes em seu artigo “Contextos da construção do espaço público no Brasil”, em que ele reconhece a habilidade das mídias em transformar sua influência social em poder político, uma prática que é mais palpável em períodos eleitorais, quando as mídias contemplam de forma desigual os diferentes candidatos, e aponta um espaço assenhoreado por conglomerados de comunicação associados a novas estratégias de manipulação das preferências das massas, refletindo os interesses e aspirações de poder daqueles que controlam os meios de comunicação. Assim, segundo Sérgio Costa, a esfera pública parece apresentar uma ambiguidade constitutiva, pois amplia os espaços para negociação política ao mesmo tempo em que transforma o processo de legitimação democrática em uma questão de manipulação eficiente da política simbólica.

A imprensa é um canal difusor de verdades racionalmente concebidas e voltadas para a forja de um mundo humanizado. Foi historicamente fundamental para a consolidação do mundo moderno, sendo imprescindível na constituição do mercado, o que exigiu uma ressignificação do valor de uso das mercadorias em valor de troca, o que se deu através de um sistema de troca de informações que integrou as expectativas da sociedade definindo as variações dos preços. E os jornalistas, exercendo uma função política de dissipar ideias e valores, que se espalham pela vida coletiva, criam percepções novas das potencialidades que as técnicas desenvolvidas pelo homem inventivo poderiam construir dentro do mundo, como

a reconciliação entre os povos e a construção da felicidade, entretanto, ideias estão apoiadas em valores, princípios e interesses que, em sua imensa maioria possuem materialidade e estão voltados para o domínio da realidade. Na Gazeta Renana, Karl Marx (1980) refletiu sobre a liberdade de imprensa e sobre a censura, enaltecendo a importância da imprensa na formação cultural do indivíduo e da pessoa, do sujeito e do cidadão, do povo e da nação. Para ele a imprensa são os olhos do povo, é a crença encarnada de um povo nele mesmo, o vínculo entre o particular, o Estado e o mundo. Ela seria uma materialização da cultura iluminando as lutas materiais e idealizando o aspecto terreno, podendo ser a redenção de um povo que se confessa diante de si mesmo, pois ela funcionaria como um espelho da sociedade em que esta se contempla e, assim, adquire sabedoria. A imprensa, para o autor citado, é universal, onipotente e onisciente, é o mundo ideal que surge do real (MARX, 1980). Nesta reflexão, a figura do jornalista se contrapõe à figura de detentores do monopólio da verdade e da formação das consciências, pois fatos, acontecimentos e dados analisados racionalmente na imprensa e voltados para a construção de uma nova dimensão da realidade social são opostos aos ensinamentos de visões religiosas, místicas e supersticiosas. A imprensa é essencial na construção do mundo tal qual conhecemos, uma vez que ela pode se tornar criadora da própria realidade, afinal ela é uma força social capaz de realizar a comunicação (que consiste, concomitantemente, em transmitir uma informação e influenciar na formação das pessoas e da coletividade) e criticar os poderes hegemônicos, sendo decisiva na formação da esfera pública, e, mesmo quando a comunicação deforma a realidade, ela informa a proximidade entre a imprensa e o poder e denuncia as necessidades que os poderes têm de usarem a comunicação e a mídia para proteger e consolidar o status-quo. O indivíduo assimila muitos acontecimentos através da mídia (por isto ela ajuda a constituir os sujeitos), mesmo que distorcidamente, e se inteira de seu contexto. Isto fomenta a capacidade da mídia de produzir efeitos na sociabilidade. Efeitos que evidenciam a ambiguidade da mídia, uma vez que ela pode ser uma ferramenta de dominação ou um fator de emancipação e orientação.

No encalço deste debate acerca da esfera pública, em *Mídia. Crise política e poder no Brasil*, de Venício A. de Lima, o autor estabelece teses acerca da relação entre mídia e política, argumentando que o papel mais importante que a mídia desempenha decorre do poder de longo prazo que ela tem na construção da realidade através da representação que faz dos diferentes aspectos da vida humana, em particular, da política e dos políticos, mostrando que o que realmente está em jogo quando se trata da relação entre mídia e política é o processo democrático.

A imprensa faz parte desse processo democrático, no entanto a democracia política do país é sustentada e sustentáculo de um sistema econômico injusto e desigual permeado por privilégios aos detentores do capital financeiro, revelando que as reformas de base, impedidas pelo golpe de 1964, ainda são necessárias para a construção paulatina de uma justiça social que desmanche privilégios e crie condições iguais a todos de exercer sua cidadania e decidir em conjunto por seus direitos e deveres. A partir de 1964, com o impedimento das políticas janguistas, o sistema econômico brasileiro foi reestruturado produtivamente para atender demandas e interesses de burguesias internacionais e nacionais aliadas, e para tal acreditamos que politicamente o sistema ditatorial se fez necessário e economicamente políticas liberais foram estrategicamente implantadas garantindo-se uma livre exploração das forças produtivas com garantias de lucros das empresas. Toda essa situação tinha de ser legitimada de alguma forma, o governo encontrou o caminho na censura e na aliança com conglomerados midiáticos que o apoiavam. O que não era tão raro, pois, como já apontamos no primeiro capítulo com a obra de Nelson Werneck Sodré (1998), *História da Imprensa no Brasil*, a imprensa surgiu com o mercado e, no Brasil, acompanhou o desenvolvimento do sistema econômico em sua organização capitalista. Sendo assim, o processo de oligopolização, característico do sistema capitalista liberal, ocorrido na economia surtiu efeitos oligopolizantes também na área da imprensa, principalmente no Brasil (devido as suas condições históricas), causando uma inversão de valores na mídia em geral, pois esta vivia da opinião de seu público e buscava servi-la, mas o relacionamento estreito mantido com o setor econômico, principalmente pelo fato de a imprensa passar, como instituição privada que é, a funcionar como uma empresa, levou-a a dispensar a opinião do público e a passar a servir aos seus anunciantes, transformando a informação em mercadoria. A mídia tornou-se, portanto, uma comerciante de informações. Como agravante, temos o fator de que a mídia brasileira é constituída de oligopólios, ou seja, o poder de controlar o que é ou não divulgado passa pelo crivo particular de poucos conglomerados e entidades privadas, em outras palavras o poder é exercido monopolisticamente e a mídia é nada menos do que o nexo que concentra este monopólio funcionando como uma engrenagem mantenedora do *status quo* de um sistema que beneficia poucos (os proprietários de meios de comunicações e seus aliados econômicos e políticos) em detrimento de muitos, através de uma dominação que se utiliza da propaganda e do convencimento para influenciar e condicionar as massas a aceitar as justificativas das políticas e decisões do governo militar, beneficiando-o e beneficiando-se da sociabilidade que ele produz. Como nos aponta *Cães de Guarda: Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988* de Beatriz Kushnir (2004), em que a autora traça um diagnóstico da censura



jornalística imposta pela ditadura militar, mapeando a experiência de colaboracionismo de uma fração da imprensa com órgãos de repressão no pós-AI-5, fazendo uma importante análise da posição dos próprios jornais, jornalistas e editores, em especial os do *Grupo Folha*, mostrando que, muitas vezes, os próprios jornais e jornalistas censuravam a seus próprios colegas e/ou subordinados, trabalhando como verdadeiros Cães de Guarda do regime dentro das instituições midiáticas, ou seja, muitas vezes não era o governo que mandava censurar algo que seria publicado, e sim os próprios editores ou donos do jornal de acordo com seus interesses particulares ou de seus aliados, utilizando-se, em benefício de interesses particulares, da estrutura censora do Estado. Pois como havia uma censura instaurada no regime militar, o que parecia para muitos jornalistas era que eles e seus superiores tinham o mesmo problema em comum, a censura.

A mídia é ambivalente em sua essência, uma vez que, frente a todos os problemas que ela pode representar ao defender interesses egocêntricos e mercadológicos, ela pode ser também uma ferramenta libertadora e conduzir a população, através da construção da fé em valores e ideias, à construção de um mundo mais justo. Gustave Le Bon (1980) em seu livro *Psicologia das multidões* reflete sobre o problema da emergência das massas na política moderna e constrói um diagnóstico da necessidade de novos tutores capazes de conduzir as massas, com a tarefa de fazer nascer a fé e a crença em valores. A sociedade de massas é o termo que designa uma sociedade para além da sociedade de classes, uma vez que as classes são potencialidades que podem ou não aflorar. Muitos trabalhadores não têm identificação *a priori* com suas supostas classes, pois muitas vezes não se enquadram como proletariados, campesinato ou burguesia, pois muitos são trabalhadores rurais, que com a mecanização do campo, migraram para as cidades e tornaram-se exércitos de mão-de-obra, prestadores de serviço ou subempregados e não cultivam a unidade de interesses que polariza a sociedade de classes, formando assim uma grande massa, com potencialidades, mas sem uma forma definida, e é a partir dessa concepção que entendemos que os grandes meios de comunicação são na verdade meios de comunicação de massa, é a massa o seu receptor e com certeza esta massa adquire certos contornos através desta relação.

Criar fé, seja fé religiosa, política ou social, fé numa obra, numa pessoa ou numa ideia, esse é o papel dos grandes condutores. De todos os poderes de que a humanidade dispõe, a fé é um dos mais consideráveis, e com razão o Evangelho lhe atribui a força de mover montanhas. Dar ao homem uma fé é multiplicar por dez as suas forças. Muitos dos grandes acontecimentos da história foram realizados por crentes obscuros que nada tinham senão a fé. Não foi com intelectuais e filósofos, muito menos com cépticos, que se edificaram as religiões que governaram o mundo e os vastos impérios de um hemisfério ao outro. (LE BON, 1980, p. 119)



Podemos dizer que os meios de comunicação de massa tornaram-se uma figuração dos “condutores das massas” que o autor tratou acima. Não são forças carismáticas e heroicas, mas expõem diariamente e incessantemente mensagens que povoam e colonizam o imaginário e a consciência dos indivíduos e suas inevitáveis escolhas, das pessoas em seus princípios e vínculos morais e legais, dos sujeitos em sua intersubjetividade e dos cidadãos em suas consciências de poder, economia e cultura. Adquirindo assim, um papel fundamental na legitimação e fixação de algumas memórias no imaginário social, porém sempre a partir de um enquadramento próprio, um dos muitos possíveis. Estes enquadramentos não são atos involuntários, pois a construção da memória na mídia se dá a partir do estabelecimento de fatos, da construção de sentidos para estes fatos e do aproveitamento destes sentidos, condicionando a mídia a utilizar discursos que podem sufocar, legitimar, apagar ou reforçar um passado a partir de interesses particulares, sendo os discursos no presente, um aproveitamento do passado. Portanto o passado se faz presente a partir do olhar interpretativo, tornando as visões sobre determinados períodos em fragmentos de um passado, e através de uma rememoração do passado e dos usos desta no presente, a mídia acaba por intervir na fabricação de opinião sobre determinado tema. A opinião acaba por se apropriar da memória, transformando opinião em verdade, e o que era uma narrativa torna-se a história oficial deste passado. O problema é que a grande imprensa, como empresa que é, configura-se como porta-voz dos grupos hegemônicos (DIAS, 2014).

### 3. DESCRIÇÃO METODOLÓGICA E ANÁLISE QUANTITATIVA E QUALITATIVA DO OBJETO DE ESTUDO

No decorrer de nossos estudos, primeiramente foi feita uma análise detalhada de todos os exemplares diários das datas preestabelecidas dos exemplares impressos da *Folha de S. Paulo*, em especial no primeiro caderno, no seu caderno Especial: Eleições 2010 e nos editoriais (os editoriais são de extrema relevância, pois expressam a opinião da entidade jornalística), em que recolhemos todos os textos que se reportem de alguma forma, subjetiva ou objetivamente, direta ou indiretamente, ao período do regime militar ou que tratem acerca da atuação opositora dos então candidatos José Serra e Dilma Rousseff perante o Estado autoritário governado pelos militares brasileiros com legitimação de setores sociais.

Para amarrarmos nosso objeto de estudo a uma metodologia, recorreremos à Isabel Ferin Cunha (2012) e a sua obra *Análise dos Média*, em que a autora faz um percurso acerca das teorias e metodologias de análise midiática, apresentando paradigmas analíticos e apontando que um dos principais métodos utilizados é a análise de conteúdo. Portanto, a autora usa esta análise para realizar uma análise de mídia, com o objetivo de esclarecer e exemplificar o processo científico necessário para realizar tal pesquisa, expressando que seus objetivos devem ser a compreensão e interpretação de mecanismos que levam à elaboração de previsões e antecipações, através da construção de cenários e tendências nas mídias. Entende que para se proceder metodologicamente uma análise das mídias precisamos, como método, observar os conteúdos veiculados pelos meios e situá-los no contexto das empresas de mídia (suas posições e história institucional) que os divulgam, de forma a interpretá-los em função dos cenários em que estão inseridos.

Durante a análise, utilizamos uma técnica de separação de conteúdo, baseada em instrumentos da “Análise de conteúdo” já colocados em prática por Venício A. de Lima (2007) em *A mídia nas eleições de 2006*, recolhendo, observando, separando e dividindo o material recolhido em editoriais; colunas; notícias/reportagens/entrevistas, capa, tendências e debates; e opinião do leitor (textos enviados por leitores, mas selecionados pelo jornal para a impressão). Uma vez assim divididos, os textos recolhidos serão subdivididos nos seguintes critérios de classificação:

- Material de conotação histórica - em que não há referências aos candidatos, mas apenas conteúdo ou menção ao período ditatorial, de forma a representar a sua memória.

- Material de conotação positiva - em que há referências positivas dos candidatos no que tange seu passado opositor ao regime militar; reproduza declarações positivas dos candidatos acerca de sua atuação política contra o regime militar; relatos de fatos que demonstrem positivamente a trajetória dos candidatos; declarações de pessoas que afirmem preferências pela sua postura de outrora, defendendo suas ações e posicionamentos (LIMA, 2007). O material aqui enquadrado será subdividido em “Serra-Positivo” e “Dilma-Positivo” ao referir-se aos respectivos candidatos.
- Material de conotação negativa - em que há referências negativas dos candidatos no que tange a seu passado opositor ao regime militar; exposição crítica de suas ações; reprodução de críticas de terceiros (incluindo adversários políticos) à sua ação política; relatos de fatos que demonstrem negativamente a trajetória dos candidatos; comentários de ordem política, moral ou pessoal, desfavoráveis a seus passados opositores (LIMA, 2007). O material aqui enquadrado será subdividido em “Serra-Negativo” e “Dilma-Negativo” ao referir-se aos respectivos candidatos.

Posteriormente à organização deste material, fizemos uma leitura analítica destes, em que destacamos aqueles que fundamentassem ou desconstruíssem as hipóteses desta análise, de forma a exemplificar claramente os resultados obtidos. Nossa análise será descrita nesta pesquisa de mestrado no decorrer deste capítulo. Em seguida analisamos quantitativamente os dados, para buscar indícios que revelassem as principais tendências da cobertura jornalística da *Folha de São Paulo*.

Primeiro descreveremos a análise quantitativa e depois nos aprofundaremos na análise qualitativa do conteúdo para demonstrar como a *Folha de S. Paulo* representa a memória da ditadura civil-militar brasileira e assim construirmos um corpus empírico do nosso objeto de estudos que nos permita comprovar nossas inferências científicas.

### 3.1. Análise quantitativa do objeto de estudo

Para a realização deste trabalho, foi analisado um total de 307 matérias publicadas na *Folha* entre 01/03/2010 e 06/11/2010, com conteúdos que tratassem a ditadura militar como um dos seus principais temas, distribuídas no decorrer do ano. Fizemos uma leitura detalhada de todas as edições do jornal que correspondessem ao período estipulado, e para garantirmos

que nada passasse despercebido por nossa pesquisa entramos em contato com o Banco de dados da *Folha de S. Paulo* e, mediante pagamento, o banco nos forneceu tudo que foi publicado nas páginas do jornal em 2010 e que tivesse como um de seus principais temas a ditadura militar. A princípio havíamos recolhido 206 matérias publicadas e quando cruzamos o material levantado na pesquisa com o material que nos foi enviado, encontramos 101 matérias que tínhamos deixado passar numa primeira análise e, a partir de então, pudemos considerar a fase de levantamento de dados por encerrada.

Segue a distribuição do material coletado ao longo dos meses do ano:

Março: 19

Abril: 61

Maio: 49

Junho: 20

Julho: 14

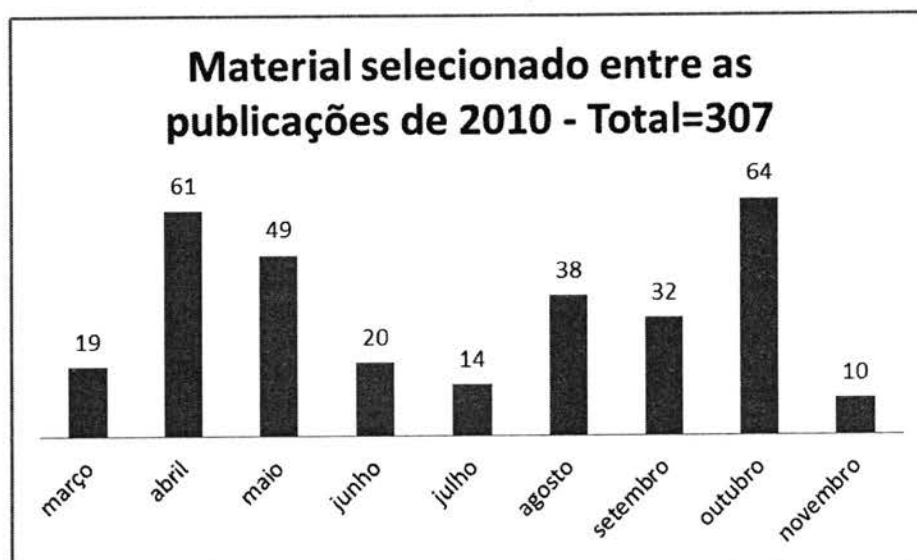
Agosto: 38

Setembro: 32

Outubro: 64

Novembro: 10

**Gráfico 1** – Material selecionado nas publicações do ano de 2010

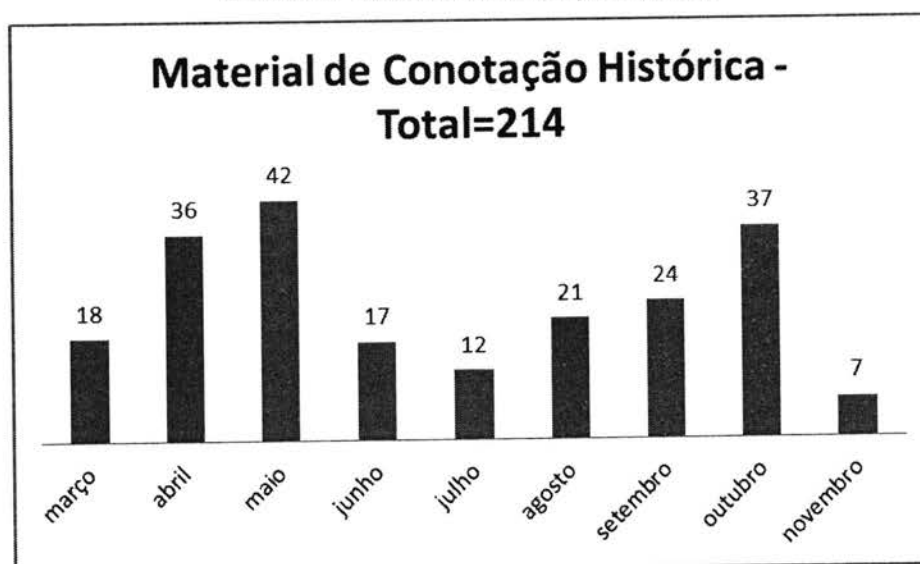


Fonte: Elaboração própria.

Mediante análise dos conteúdos presentes nas matérias, encontramos um total de 214 materiais que classificamos como de conotação histórica, distribuídos no decorrer do ano da seguinte forma:

Março: 18  
 Abril: 36  
 Maio: 42  
 Junho: 17  
 Julho: 12  
 Agosto: 21  
 Setembro: 24  
 Outubro: 37  
 Novembro: 7

**Gráfico 2 – Material de conotação histórica**



**Fonte:** Elaboração própria.

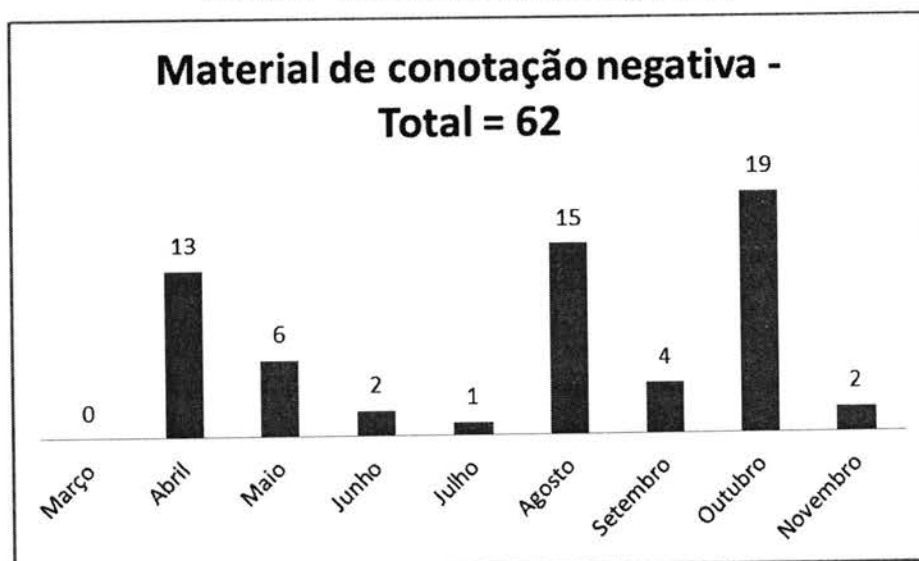
Um total de 62 dois materiais foi classificado como material de conotação negativa, subdividido em: com conotação negativa à imagem de José Serra, que contabilizamos apenas 1, publicado no mês de outubro; e com conotação negativa à imagem de Dilma Rousseff que somam 61. Distribuídos como segue:

Abril: 13  
 Maio: 6  
 Junho: 2  
 Julho: 1  
 Agosto: 15  
 Setembro: 4

Outubro: 18

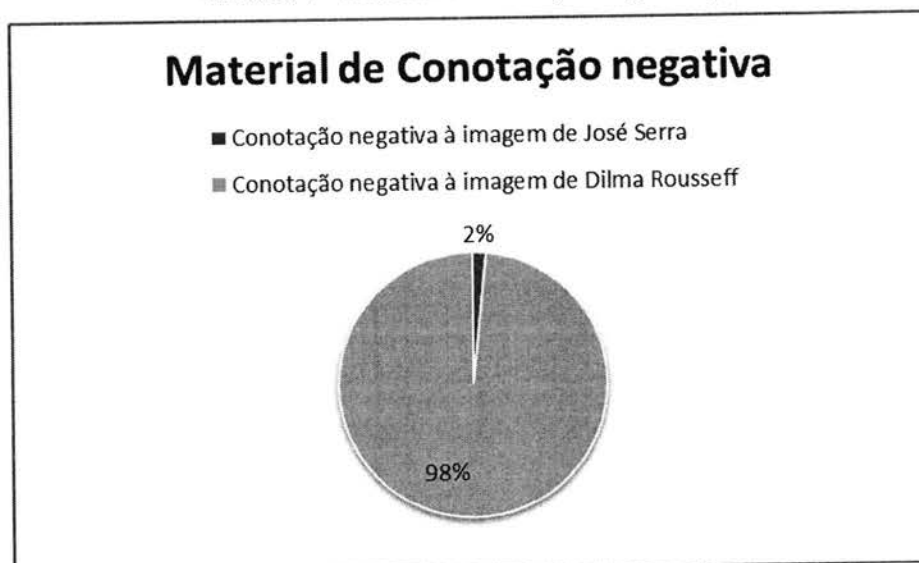
Novembro: 2

**Gráfico 3 – Material de conotação negativa (1)**



Fonte: Elaboração própria.

**Gráfico 4 – Material de conotação negativa (2)**



Fonte: Elaboração própria.

Classificamos como material de conotação positiva um total de 26 materiais, subdivididos em: 6 com conotação positiva à imagem de José Serra:

Abril: 5

Junho: 1



E 20 com conotação positiva à imagem de Dilma Rousseff, assim distribuídos:

Março: 1

Abril: 5

Maio: 1

Julho: 1

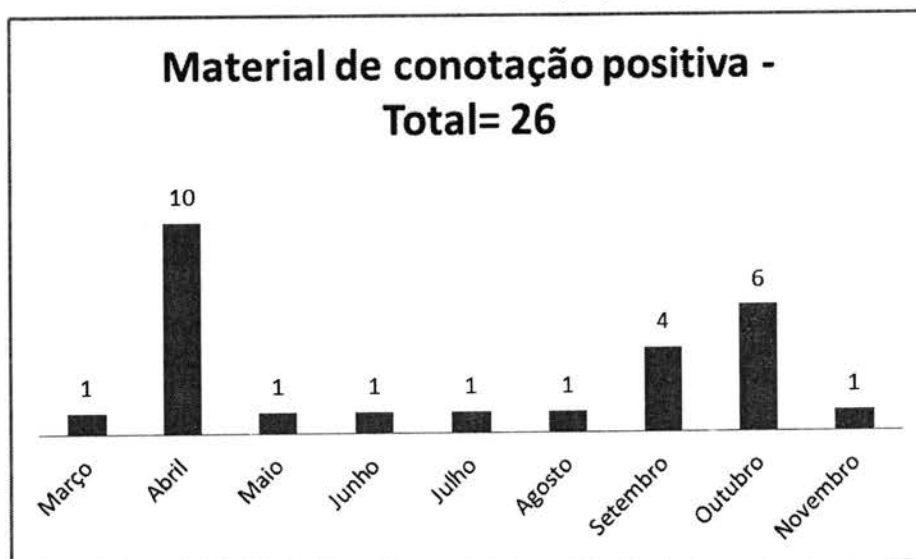
Agosto: 1

Setembro: 4

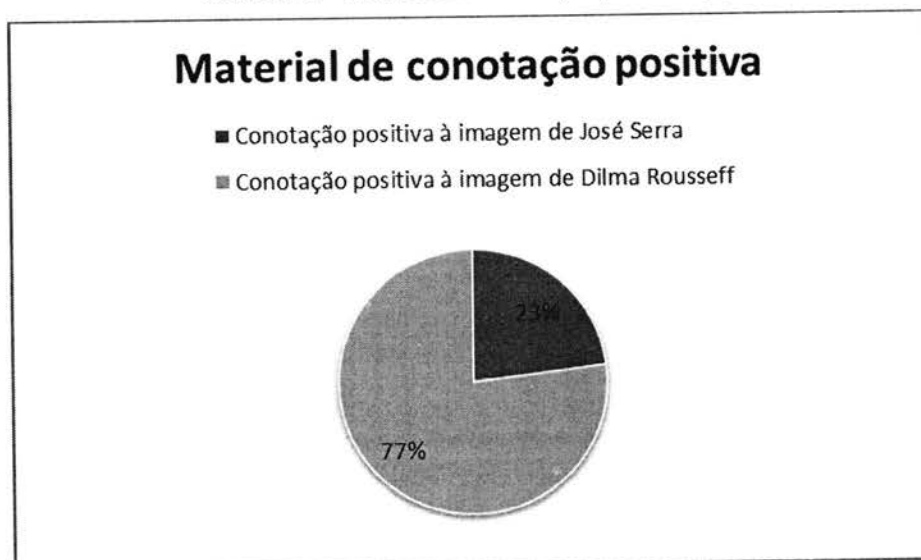
Outubro: 6

Novembro: 1

**Gráfico 5 – Material de conotação positiva (1)**



**Fonte:** Elaboração própria.

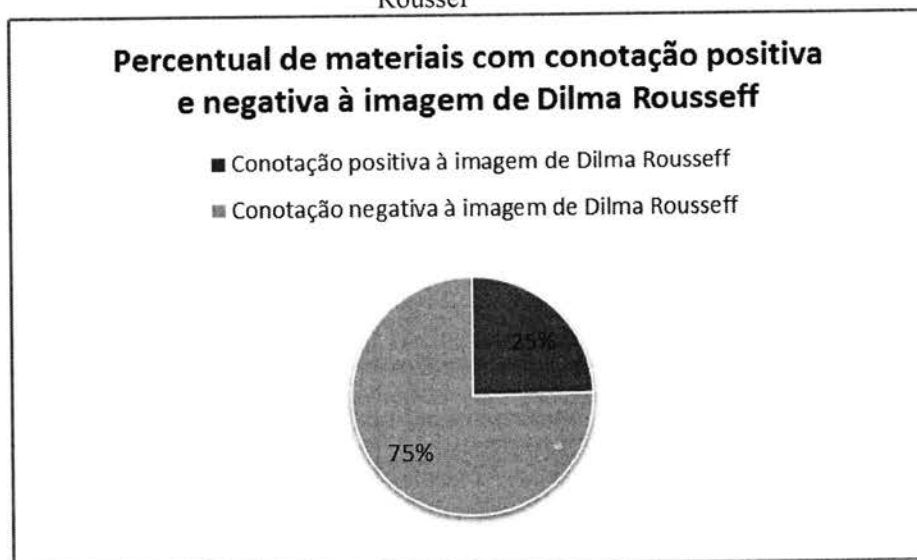
**Gráfico 6 – Material de conotação positiva (2)**

Fonte: Elaboração própria.

**Gráfico 7 – Percentual de materiais com conotação positiva e negativa à imagem de José Serra**

Fonte: Elaboração própria.

**Gráfico 8** – Percentual de materiais com conotação positiva e negativa à imagem de Dilma Rousseff



Fonte: Elaboração própria.

Podemos notar, já com esses dados, a tendência da Folha de S. Paulo em publicar referências negativas ao passado de Dilma, e à sua imagem, em seus conteúdos. São esmagadoramente maiores as referências negativas à imagem de Dilma do que as referências negativas ao passado de Serra, principalmente se levarmos em conta que estes materiais que atacam Dilma aumentam no segundo semestre, quando as eleições se aproximam. É muito maior a porcentagem de materiais com conotação positiva à imagem de José Serra do que a porcentagem de materiais de conotação negativa publicados: 86% - 14%. Enquanto que se fizermos a mesma análise com os materiais referentes à Dilma Rousseff, teremos um resultado quase que inversamente proporcional. Pois os materiais com conotação negativa à imagem de Dilma são percentualmente muito maiores do que os materiais publicados com conotação positiva: 75% - 25%.

Os dados que trazemos aqui apontam numericamente para a confirmação de nossa hipótese de que o jornal se empenhara em construir uma imagem negativa da imagem de Dilma em relação ao seu passado e exaltar a imagem de Serra e suas ações e escolhas no passado, pois a primeira combateu nas fileiras das esquerdas armadas, cujos projetos e práxis a *Folha de S. Paulo* tende a colocar como um dos motivos pelo endurecimento da repressão (veremos isso na análise qualitativa), enquanto o segundo se autoexilou por conta de perseguições.

Durante a realização da análise, encontramos a necessidade de criar categorias específicas de classificação para dar conta de materiais que se inserem em mais de uma

entrada de nossas classificações. Encontramos 2 materiais, 1 coluna de opinião em abril e 1 matéria jornalística em agosto, que se enquadram como materiais de conotação positiva à imagem de José Serra e negativa à imagem de Dilma Rousseff; 1 coluna de opinião em abril que se enquadra como de conotação negativa à imagem de José Serra e de conotação positiva à imagem de Dilma; 1 coluna de opinião, em outubro, que atribui uma conotação positiva e negativa à imagem de José Serra e uma conotação positiva e negativa à imagem de Dilma Rousseff; e, por fim, 1 coluna de opinião em outubro, que pode ter seu conteúdo classificado como de conotação positiva às imagens de Serra e Dilma.

Compõem o material analisado 6 capas diárias do jornal Folha de S. Paulo, 1 de conotação histórica, publicada em abril; 3 que fazem conotação negativa à imagem de Dilma:

Agosto: 1

Outubro: 1

Novembro: 1

E 2 que fazem conotação positiva à imagem de Dilma:

Abril: 1

Agosto: 1

Dentre as capas, não foram encontrados materiais que se referissem, a partir de nossos paradigmas, a José Serra, nem positivamente, nem negativamente.

Além disso, recolhemos 15 editoriais:

Maio: 1

Junho: 2

Agosto: 5

Setembro: 2

Outubro: 5

Sendo 13 de conotação histórica:

Maio: 1

Junho: 2

Agosto: 4

Setembro: 2

Outubro: 4

e 2 com conotação negativa à imagem de Dilma:

Agosto: 1

Outubro: 1

Não foi encontrado nenhum conteúdo publicado nos editoriais que se referisse ao passado de Dilma com conotações positivas nem ao passado de Serra com conotações positivas ou negativas. Algo que mais uma vez vem apontar numericamente a comprovação de nossas hipóteses.

Recolhemos um total de 94 colunas de opinião assinadas pelos respectivos autores que escrevem semanalmente à *Folha* incitando debates e discussões de forma a influenciar a formação das opiniões dos leitores.

Março: 5

Abril: 17

Maio: 10

Junho: 6

Julho: 4

Agosto: 12

Setembro: 16

Outubro: 23

Novembro: 1

4 colunas compõem o quadro de materiais excepcionalmente classificados como explicamos acima. 73 colunas foram classificadas como de conotação histórica:

Março: 5

Abril: 9

Maio: 8

Junho: 5

Julho: 4

Agosto: 9

Setembro: 16

Outubro: 16

Novembro: 1

14 colunas apresentam uma conotação negativa à imagem de Dilma, no que tange seu passado:

Abril: 6

Maio: 1

Junho: 1

Agosto: 3

Outubro: 3.

Somente 2 colunas de opinião fazem uma conotação positiva da imagem de Dilma:

Maio: 1

Outubro: 1

Em contraste a Folha de S. Paulo publicou apenas 1 coluna de opinião, em outubro, que faz uma conotação negativa à imagem de José Serra. Não foi encontrada nenhuma coluna que se referisse ao passado de Serra com conotações positivas.

Encontramos, selecionamos, analisamos e classificamos 16 artigos assinados na página A3 do jornal, seção de Tendências e Debates, onde o jornal traz opiniões que ele ressalta não serem necessariamente as suas e que seria um espaço aberto e plural para que diversos indivíduos de diversas áreas façam suas digressões e reflexões de temas que permeiam o cotidiano e a sociabilidade da sociedade brasileira. No entanto vale lembrar que, mesmo que seja um espaço aberto, cabe ao jornal publicar ou não os textos enviados. Esses artigos foram publicados cronologicamente da seguinte maneira:

Março: 1

Abril: 2

Maio: 1

Julho: 1

Agosto: 3

Setembro: 3

Outubro: 5

Classificamos 10 deles como de conotação histórica:

Março: 1

Abril: 2

Maio: 1

Agosto: 1

Setembro: 2

Outubro: 3

3 deles enquadram-se como de conotação negativa à imagem de Dilma:

Agosto: 2

Julho: 1

E 3 deles se enquadram como de conotação positiva à imagem de Dilma:

Setembro: 1

Outubro: 2



Não foram encontrados artigos que se referissem positivamente ou negativamente à imagem de Serra, no que tange seu passado opositor do regime autoritário civil-militar brasileiro. Aqui notamos mais dados numéricos que endossam nossa hipótese.

A partir de nossos paradigmas temáticos e metodológicos, encontramos 12 cartas de opinião do leitor, que são selecionadas e publicadas pela redação do jornal. Selecionamos:

Abril: 4

Maio: 1

Junho: 1

Julho: 1

Agosto: 2

Outubro: 2

Novembro: 1

Desses materiais, 4 foram classificados como de conotação histórica:

Abril: 1

Maio: 1

Junho: 1

Julho: 1

4 enquadraram-se como materiais que fazem conotação negativa à imagem de Dilma:

Abril: 1

Agosto: 2

Outubro: 1

4 compuseram o pequeno corpus do material que se refere positivamente à imagem de Dilma:

Abril: 2

Outubro: 1

Novembro: 1

Não foram encontradas cartas que se referissem positivamente ou negativamente à imagem de Serra. Outra vez a pesquisa aponta dados numéricos que endossam a nossa hipótese.

Por fim, dentre os materiais selecionados, estão os conteúdos referentes a notícias, reportagem e entrevistas, que totalizam 165 materiais:

Março: 13

Abril: 37

Maio: 36

Junho: 11

Julho: 8

Agosto: 14

Setembro: 11

Outubro: 28

Novembro: 7

1 deles foi publicado em agosto e compõe o escopo classificatório excepcional que já delimitamos.

Dentre todos, 112 foram classificados como materiais de conotação histórica:

Março: 12

Abril: 22

Maio: 31

Junho: 9

Julho: 7

Agosto: 7

Setembro: 4

Outubro: 14

Novembro: 6

Dos 165, classificamos 35 como materiais que fazem conotação negativa à imagem de Dilma:

Abril: 6

Maio: 5

Junho: 1

Agosto: 6

Setembro: 4

Outubro: 12

Novembro: 1

11 foram classificados como materiais que representam uma conotação positiva à imagem de Dilma Rousseff:

Março: 1

Abril: 4

Julho: 1

Setembro: 3

Outubro: 2

6 materiais foram classificados como de conotação positiva à imagem de Serra:

Abril: 5

Junho: 1

Não foram encontrados materiais que, dentro de nossos paradigmas metodológicos, se referissem negativamente à imagem de José Serra.

Os dados quantitativos são importantes para esta pesquisa porque demonstram como as representações negativas da imagem de Dilma, no que tange seu passado nas ações armadas contra o Estado gerido pela ditadura, são maioria em todas as seções do periódico em relação às representações positivas da imagem de Dilma, exceto na seção tendências e debates, em que há empate de três matérias pra cada categoria. São maioria também em todas as seções do jornal, agora sem exceções, em relação às publicações que representam negativamente a imagem de Serra. O que denuncia uma cobertura jornalística desigual em relação a ambos, em detrimento de Dilma Rousseff e da elaboração do que foi e do que significou o seu passado e consequentemente o passado dos movimentos esquerdistas que se radicalizaram e pregaram a luta armada contra a ditadura quando as liberdades foram sufocadas pela força a partir de políticas supostamente legalistas que foram legitimadas no espaço público a partir de propagandas ufanistas e de meios de comunicação privilegiados pelo contexto.

### **3.2. Análise qualitativa do objeto de estudo**

No processo de análise, percebemos a formação do que categorizamos como eixos temáticos, estes, na verdade, são uma formulação que usamos para categorizar aqueles assuntos, acontecimentos e temas específicos que foram recorrentemente detectados no decorrer das publicações do jornal durante o período analisado, se forjando como referências de representação da memória na medida em que tinham espaço nos textos publicados na *Folha de S. Paulo* e ganhavam atenção nas mídias. Consideramos eixos temáticos aqueles temas que estiveram presentes em diversas e variadas datas e em diversos e variados setores do jornal no raio traçado para a pesquisa. É um nó que aglutina conteúdos jornalísticos temáticos que representam e rememoram a memória do período histórico estudado a partir de um assunto ou tema específico abordado. A imprensa é uma força social que expõe, filtra, ressalta valores, desvaloriza, revela e oculta às ações sociais dos atores na sociedade moderna. Portanto através dos eixos temáticos têm-se a fabricação de paulatina e recorrente de ideias, de fatos, de crenças, de valores, de verdades e de mentiras.

Cabe ressaltar que mesmo que os conteúdos sejam assinados por terceiros, a linha editorial da *Folha de S. Paulo* é responsável por aquilo que é publicado, podendo dar mais ou menos espaços nas edições do jornal a determinadas posições ou determinados assuntos,

variando de acordo com as posições da própria direção editorial do jornal. Os gráficos que apresentamos anteriormente já nos apontam certa tendência editorial e agora tentaremos dar ao leitor a possibilidade de ter uma experiência empírica com os conteúdos que sistematizamos e analisamos.

Em nossa análise do material encontramos pelo menos nove eixos temáticos. Nesta dissertação de mestrado nós iremos descrever analiticamente estes eixos temáticos. No presente texto colocaremos apenas aqueles materiais que de alguma forma enquadrados como eixos temáticos e dentre estes aqueles que consideramos mais pertinentes à exposição e mais importantes para a pesquisa, porém este trabalho considera toda a análise de todo o material tratado que não enquadrados como eixos temáticos, pois as nossas conclusões pautar-se-ão no estudo de todo o material e não somente dos eixos, mesmo que estes sejam o *carro-chefe* para o entendimento da problemática estudada.

Seguiremos agora na exposição dos conteúdos e apresentaremos aqui, portanto, daquilo que enquadrados como eixos temáticos e que e que estavam presentes nas datas de publicações feitas entre março e novembro.

### **3.2.1. EIXO TEMÁTICO 1: APRESENTAÇÃO DAS ESQUERDAS ARMADAS COMO GRUPOS TERRORISTAS INCONSEQUENTES E EQUIVOCADOS**

No decorrer da descrição do objeto notaremos que se destacaram representações de uma memória da ditadura em que as esquerdas armadas são apresentadas como grupos terroristas inconsequentes e equivocados que não, necessariamente, tinham respeito por valores democráticos. Esta abordagem do jornal acerca dos movimentos de esquerda que se lançaram na luta armada ou que radicalizaram seu discurso forjou-se, para nós, como um eixo temático da memória do regime militar, uma vez que cria uma memória jornalística e opinativa do que foram os movimentos de esquerda que enfrentaram a ditadura. Esse eixo pôde ser identificado no decorrer do ano todo, é possível notar uma presença significativa de conteúdos que se enquadram neste eixo.

Nós pesquisamos todos os cadernos existentes na *Folha de S. Paulo* em 2010: 'Primeiro Caderno', 'Ilustrada', 'Cotidiano', 'Esporte', 'Dinheiro', 'Informática', 'Ribeirão' e 'Cadernos Especiais' (o mais notório deles o 'Caderno Especial Eleições: Presidente 40'). Aquelas matérias localizadas nas páginas identificadas como 'A' são parte do 'Primeiro Caderno', onde temos as seções 'brasil' (tornou-se 'poder' no decorrer do ano), 'mundo' e 'Ciência', os outros cadernos nós ressaltamos no texto.

A seguir estão conteúdos que materializam para o leitor aquilo que estamos dizendo:

No dia 24/03/2010, Marcelo Coelho assinou uma coluna no caderno 'Ilustrada', página E12, com o título de 'Paixão, esquecimento, impunidade', em que elogia o filme argentino 'O segredo dos seus olhos' e a partir dele tece uma reflexão em que considera a ditadura como um trauma que o Brasil vive, pois aponta que criminosos a serviço do Estado continuam impunes. Afirma que o filme infere não ser possível esquecer o passado e levar uma vida como se nada tivesse acontecido, afirmando que não se esquece do que não se foi vingado. Portanto, o autor se mostra espantado com a convivência entre vítimas e algozes no país, mas, para ele, talvez isso se deu pelo fato de as vítimas (opositores do regime em sua maioria) reconhecerem que estavam erradas também e que chegar ao poder pode ter valido o preço de não buscar retaliação. Nesse ponto cabe a interpretação de que se trata de uma alusão à Dilma, uma vez que esta lutou contra a ditadura, foi seviciada e naquele momento disputava a presidência da República. O texto denuncia as torturas que a ditadura impunha aos seus adversários e o autor mostra não acreditar que seja possível reavivar a memória histórica da ditadura sem dar o passo seguinte de punir quem torturou e matou, pois, segundo ele, anistias resultam de acomodação política, portanto estariam sujeitas às mudanças das circunstâncias em que foram produzidas. É clara a sugestão do autor de que deva ser feita uma revisão da Lei da Anistia de 1979, no entanto é clara também sua crítica aos resistentes que se radicalizaram contra o Estado, que são qualificados como reconhecedores de seus supostos 'erros'. No dia 05/04/2010, no caderno 'Ilustrada', página E6, Luiz Felipe Pondé assina artigo chamado 'De 1984 a 2010'. Nele, em analogia à distopia vislumbrada por George Orwell em '1984', Pondé afirma que na China o governo altera livros didáticos para ocultar das gerações futuras o que fora a "Revolução Cultural" chinesa (que fizera milhões de vítimas civis na China durante o governo do Partido Comunista Chinês, sob a batuta de Mao Tsé Tung), segundo Pondé, uma das maiores monstruosidades da história. A partir dessa questão, o texto associa o passado de Dilma, na luta armada pela esquerda, a uma convivência com a 'revolução cultural' chinesa, no ponto em que o texto diz: "Vale lembrar que muitas das pessoas que entre nós se preparam para assumir o governo concordavam com aquelas atrocidades: matar, saquear, sequestrar gente inocente". O conteúdo atrela a luta armada de esquerda contra a ditadura, uma postura que se aproxima da chinesa de Mao Tsé Tung, que em nome de ideais mata, saqueia e sequestra. Esses crimes, se descontextualizados dos acontecimentos políticos e sociais do Brasil das décadas de 1960 e 1970, são moralmente reprovados e considerados hediondos. Afinal o texto oculta do leitor que a postura pela luta armada no Brasil por parte das esquerdas

se deu porque essas não viam alternativas senão radicalizar-se após o golpe de 1964, a censura e a política terrorista do Estado contra seus adversários.

Em 09/04/2010, o jornal publicou na página A9 uma notícia, da sucursal de Brasília, onde, ao abordar a luta de Dilma contra a ditadura, dá destaque à crítica à postura de enfrentamento que Dilma assumira, feita pelo então senador do PSDB Arthur Virgílio. O jornal cede espaço ao discurso do senador, que disse que a candidata do PT não é bandida, mas não deveria ter apoiado a luta armada contra o regime, pois esta teria sido a maneira errada, visto que, segundo Virgílio, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) era o partido contrário à ditadura e, portanto, a opção correta (O MDB, partido de oposição à ditadura, era um dos partidos do sistema bipartidário institucionalizado pelo regime militar com o Ato institucional Nº 2, o partido situacionista era o ARENA – Aliança Renovadora Nacional). Frente a esses argumentos trazidos à tona pela *Folha de S. Paulo*, mesmo que no decorrer do texto haja conteúdos que exemplifiquem o caráter repressivo do regime, não há qualquer reflexão acerca do fato de o MDB ser uma oposição consentida, nem sobre as cassações arbitrárias que se abatiam sobre os parlamentares opositores e nem acerca dos atos institucionais do governo, que por sinal eram os mecanismos que configuravam o regime enquanto uma ditadura, uma vez que acabavam por ampliar os limites de poder e de ação do Presidente da República. A notícia diz que a postura de Virgílio, a qual deu destaque, fora uma resposta à postura do Ministro Paulo Vannuchi (Secretaria Especial dos Direitos Humanos), que teria defendido que as ações armadas fizeram parte de um processo amplo e que ele tem orgulho de ter feito parte de uma juventude atuante. Dia 10/04/2010 na seção ‘Painel’ da página A4, assinada por Renata Lo Prete, Silvio Navarro e Letícia Sander, foi publicado que o presidente do PSDB, o então senador Sérgio Guerra, compararia em seu discurso os passados de José Serra e de Dilma Rousseff. É afirmado que Guerra diria que Serra teve coragem e não se rendeu ao autoritarismo militar e Dilma recorreu à insensatez da luta armada e do terrorismo. O conteúdo qualifica as organizações de esquerda que recorreram à luta armada como terroristas e insensatas sem debater as suas ações e o contexto que se deram, repudiando a ditadura, mas repudiando igualmente a luta armada de esquerda. Em 23/04/10, na página A12, meia página da parte de cima é ocupada por três matérias acerca do mesmo tema, a Guerrilha do Araguaia, todas sob a manchete: ‘Sobrevivente do Araguaia vai orientar buscas’. Duas delas são do enviado especial da *Folha de S. Paulo* a Grossos – RN, Sérgio Torres. A primeira delas é a principal e trata de aprofundar o conteúdo da manchete. A matéria fala sobre as buscas de ossadas no Araguaia, destacando que um sobrevivente abandonado pelo PCdoB (partido clandestino de esquerda – dissidência do PCB



– que organizou a guerrilha do Araguaia) na floresta, ajudará nas buscas. Mostra o caráter repressivo da ditadura aos seus opositores, dizendo que houve torturas e assaltos. Aponta que o sobrevivente, de nome João Carlos Campos Wisnesky, é um crítico da guerrilha, por dizer ter tido de contestar ordens absurdas por afirmar que o movimento pretendeu criar um exército popular sem comunicação com o povo.

Na área designada para publicações selecionadas de opiniões de leitores na página A3 da *Folha de S. Paulo* do dia 05/08/10 fora publicada o texto de um leitor de São Paulo – SP sob o slogan ‘Dilma’, em que ele aponta que as organizações armadas revolucionárias de esquerda brasileiras, em que ressalta a participação Dilma, em nada contribuíram para a democracia ou com o desenvolvimento do país.

Na capa da *Folha de S. Paulo* do dia 17/08/10 foi publicada uma manchete que dizia: ‘Dillma vai falar na TV da prisão nos anos 70’, na descrição textual da informação o jornal parte do pressuposto de que a campanha da candidata do PT ameniza seu passado. Na página A8, do caderno ‘poder’ de terça-feira, 17/08/10, Ana Flor assina reportagem cujo slogan é: ‘Na TV, Dilma usa ‘vacina’ e fala da prisão’. Em análise sobre a campanha eleitoral de TV de Dilma, a *Folha de S. Paulo* destaca que na estreia da propaganda eleitoral, a candidata usara ‘vacina’ e falara da prisão. Mais uma vez a *Folha de S. Paulo* considerou como ‘vacina’ o fato de Dilma falar de seu passado opositor à ditadura e sobre sua prisão no período. Pois como veremos em outro eixo temático em outras oportunidades o jornal também considerou como ‘vacina’ o fato de Dilma fazer relações acerca de seu passado, algo que o jornal considera como um tema-tabu. Ainda nesta matéria, o jornal informa que apurou o que Dilma conta sobre como ela entrou no movimento estudantil e diz que ela tenta mostrar que na época o engajamento era comum entre os jovens, e diz que ela procurou falar em tom leve acerca da sua prisão. A análise entende que a forma amena no trato do passado serve como vacina contra ataques da oposição sobre sua ação na clandestinidade de combate à ditadura. O jornal, também conota à este passado da candidata a o tom de obscuro, como se Dilma tivesse algo a esconder e, sua luta na guerrilha, fosse um dos pontos fracos dela.

Detectamos outro texto com opinião de leitor de São Paulo – SP novamente em 18/08/10 na página A3 sob o slogan ‘Eleições’. Nele o leitor escreve que Dilma tratou de forma ‘amena’ seu passado (período em que lutou contra a ditadura e foi presa), usando a propaganda como ‘vacina’ contra ataques que possam vir acerca deste assunto. O texto questiona o real compromisso de Dilma com a democracia, pois ele argumenta que ela foi militante da luta armada, cujos objetivos, segundo o autor do texto, era substituir uma ditadura de direita por uma ditadura de esquerda. O conteúdo referido acaba por fazer uma



generalização dos grupos de esquerda armados e uma deturpação teórica dos projetos socialistas das esquerdas radicalizadas. Uma vez que o que direcionava muitas delas era a ideia marxista de que o Estado é a ditadura da classe dominante, logo qualquer Estado é uma ditadura e, no caso de países como o Brasil, o Estado seria uma ditadura das elites burguesas agrárias e industriais. Portanto o que aqueles movimentos armados das décadas de 60 e 70 pregava era a construção da ditadura do proletariado, ou seja, os trabalhadores, o povo no poder e não uma elite. Isto não pode ser simplesmente taxado com a simples pecha de ditadura, pois este conceito 'ditadura do proletariado' significa que o poder estaria com classes trabalhadoras para construírem uma sociedade sem classes e assim o Estado tal qual é estruturado como uma ferramenta de dominação deixaria de existir para dar lugar à uma sociedade nova. Portanto, como podemos ver, não é correto dizer que as organizações armadas de esquerda queriam simplesmente substituir uma ditadura por outra, pois a ditadura militar tinha o objetivo de garantir o Estado tal como estava, sob o domínio burguês das elites, enquanto muitos movimentos à esquerda objetivavam o fim deste Estado e a construção de uma sociedade sem classes, portanto sem dominadores e dominados, ao menos em teoria, afinal até mesmo os grupos de esquerda diferiam entre si acerca da forma em que esta nova sociedade seria construída, e alguns até mesmo tinham uma perspectiva de que este percurso poderia demandar autoritarismos por parte do Estado revolucionário, e é sobre este ponto que muitas críticas são tecidas a estes movimentos, porém sem contextualizá-los na realidade do período e no seu escopo teórico-político, o que acaba por gerar uma imagem denegrida do que foi a luta armada no Brasil e quais eram suas pretensões.

Em 24/08/10 a *Folha de S. Paulo* publicou uma análise interpretativa das campanhas de Dilma e Serra com o slogan 'Está na cara: Sorrisos de Dilma e Serra são sociais'. Nela o jornal diz que Dilma, ao falar da prisão, faz uma expressão bastante assustadora e que tenta ser simpática, neutra ou agradável. Cola à imagem da candidata uma espécie de falsidade ao dizer que ela supostamente trata em tom 'leve' o período em que esteve presa. Mais uma vez percebemos que sempre que o jornal toca neste tema, ele parece sugerir que Dilma tem algo a esconder.

No dia 26/08/10, fora publicada uma sabatina com Fernando Gabeira (ex-guerrilheiro), em que ele critica o discurso de que Dilma lutou por democracia, pois para o entrevistado os grupos armados contra a ditadura tinham como programa a ditadura do proletariado. Ele usa o termo ditadura do proletariado e o jornal dá destaque à esta postura de que as esquerdas armadas lutavam por uma ditadura sem explicar o conceito, e como neste há a presença da palavra ditadura, cria-se em torno dele uma pecha negativa com uma conotação autoritária. O

jornal ressalta a afirmação de Gabeira de que os grupos armados, dos quais Dilma participava, eram inimigos da democracia. No conteúdo da entrevista ainda há a afirmação de Gabeira de que havia muita gente lutando pela democracia, mas não os grupos armados.

No caderno 'especial eleições presidente 40' do dia 05/09/10, uma reportagem de Vaguinaldo Marinho sob o título 'a Bulgária dos Rousseff' trazia informações sobre as origens da família de Dilma na Bulgária e sobre seus parentes que ainda viviam por lá. A reportagem trata da ditadura comunista/stalinista (uma deturpação violenta na prática das proposições marxistas que discutimos a pouco) que assolou o país. O texto relaciona a pobreza com o comunismo e aponta que Dilma lutava para implantação de uma ditadura de esquerda tal qual a que perseguia seu irmão na Bulgária, dizendo que o irmão da candidata queria fugir do comunismo. O texto homogeneiza os movimentos de esquerda e os governos que viveram a experiência do chamado socialismo real, sem debater as diferenças do marxismo teórico com o que foram as aberrações stalinistas do século XX que ao invés de desenvolverem sociedades justas acabaram por gerar um Estado totalitário à esquerda, e criando novamente uma imagem negativa das propostas e objetivos das esquerdas.

Em 12/09/10, na página 11 do caderno 'especial eleições presidente 40', a *Folha de S. Paulo* publicou uma entrevista do ex-agente da ditadura militar Silvio Ribeiro (que espionou Dilma Rousseff durante a participação dela na luta armada) para o repórter Plínio Fraga. Nela, o ex-agente aponta os excessos da repressão e tortura da ditadura fala superficialmente das guerrilhas e seus objetivos, tratando-as como simples organizações criminosas. Destaca a personalidade autoritária de Dilma, dizendo que esta característica é uma herança de sua militância na luta armada, afirmando que ela finge ser algo que não é, e associando-a a assassinatos e roubos. Outra vez aparece no jornal a caracterização das ações dos grupos de esquerdas radicalizados como crimes comuns sem discussão conjuntural da situação.

Domingo, 03/10/10, Ferreira Gullar assinou uma coluna, na página E12 do caderno 'Ilustrada', intitulada 'Fim de Uma etapa'. O artigo segue por uma linha em que se refere à ditadura como autoritária, mas diz que por sua vez não se assumia assim e, portanto, permitia a existência de uma oposição, mas isto se tratava de uma farsa, uma vez que a oposição era impedida de ser efetiva devido aos Atos Institucionais e aos senadores biônicos indicados pelo governo para compor a base no senado e assim obter sempre a maioria das cadeiras. O artigo intui que a disputa eleitoral polarizada entre PT e PSDB é algo que começou durante o regime militar e se desenvolveu nos 25 anos de democracia. Gullar explica que esta questão se inicia com o fim do pluripartidarismo após o golpe de 1964 e o início do bipartidarismo, no qual a ARENA representava a situação e o MDB representava a oposição consentida do

regime. O autor também explica que na oposição existia um grupo que acreditava que aceitando as regras da ditadura valer-se-iam delas para ocuparem os espaços institucionais e assim conquistariam ganhos para o país e conscientizariam a população, e outro grupo pregava o voto nulo nas eleições legislativas. Os defensores do voto nulo perceberam que a ditadura se fortalecia com suas posturas e então seguiram para a luta armada e a sua derrota fortaleceu aqueles que haviam optado por um plano político. Gullar expõe que os guerrilheiros, ao aprenderem a lição, decidiram disputar o poder politicamente (trata a luta armada como um equívoco) e assim nasceria o PT, enquanto o PSDB nasceria do seio do MDB, a oposição institucionalizada ao regime. Argumenta-se no texto que os referidos partidos são essencialmente diferentes. O autor qualifica o PSDB como aquele que optara pela esquerda moderada visando apenas reformas, e que chegaria ao poder em 1995. Qualifica o PT como um partido que continuava a alimentar anseios revolucionários, mas que para chegar ao poder politicamente, teve de abrir mão do seu revolucionarismo, comprovando os equívocos da luta armada.

No dia 04/10/10, o jornal publicou na página A16 seção 'entrevista da 2ª', uma entrevista do professor Guardiola Rivera para Vaguinaldo Marinheiro. Guardiola diz que a eleição de Dilma representaria muitas coisas, por ela ser mulher, por ter o passado que tem, de luta contra a ditadura e por mostrar a maturidade da nova esquerda que abandonou o caminho revolucionário. O professor aponta que a esquerda que está no governo de alguns países atualmente é muito diferente daquela esquerda dos anos 70, pois é radical na defesa do fim da desigualdade social, mas é conservadora em outros aspectos. Mesmo exaltando a importância da luta de Dilma contra a ditadura, pontua que a esquerda armada que lutara pelo socialismo era imatura e está ultrapassada. Dilma, portanto, representaria esta evolução política dos quadros daquela militância.

Em 10/10/10, Fernanda Torres assinou a coluna 'Hamlets da Babilônia', na página A21 do caderno 'poder'. Nela, diz que existe uma missão maior que move Dilma, o projeto político de chegar ao poder, algo que dá coerência entre a jovem Dilma guerrilheira e a candidata pragmática e objetiva de hoje. O conteúdo enquadra o objetivo de chegar ao poder como missão maior da luta armada. A autora diz que se na juventude a revolução exigiu de Dilma (para tentar chegar ao poder) uma vida reclusa em aparelhos, o voto de silêncio da clandestinidade, as torturas e as prisões, naquele momento de eleição em 2010 (também para tentar chegar ao poder) abnegou-se de outras formas, através de sua exibição às massas. A autora faz um paralelo entre o comprometimento religioso e a devoção política de Dilma (aqui nota-se um autoexplicativo trocadilho de adjetivos), diz que ambas as situações exigem

entrega absoluta. O texto sugere que a história de Dilma revela que ela tem ambição pelo poder e conota isso ao seu berço político, a luta armada, que também teria esta ambição. Entretanto o texto não explora os porquês desta busca pelo poder, as reais condições e conjuntura do tempo histórico dos movimentos armados, e utiliza-se desta suposta ambição pelo poder, numa relação de poder pelo poder, para atacar Dilma.

No dia 19/10/10, Ricardo Melo figura como o autor da coluna 'Império da mentira' na página A2. A coluna é ambígua. Por, num primeiro momento, ser positiva para a imagem de José Serra e de Dilma Rousseff, dizendo que o passado deles é conhecido e que eles fizeram parte de organizações que defenderam as liberdades e que correram risco de vida, e, num segundo momento, é negativa para a imagem de ambos também, porque usa de seus passados ideologicamente à esquerda para afirmar que eles eram ateus e devem ser até hoje e que não eram contra o aborto, pois pessoas com as ideologias deles, supostamente segundo o autor, não prestam contas a dogmas obscurantistas. O texto diz que os candidatos constroem um império da mentira em busca de votos, pois tentam esconder suas convicções do passado e do presente. A ditadura é representada no texto como algo infame e a autora refere-se ao DOI-CODI como uma instituição infame.

Em 25/10/10, Ruy Castro assina a coluna 'Extensões' na página A2, na qual diz que, em 1968, um leitor de Karl Marx provavelmente estaria no partidão (PCB – Partido Comunista Brasileiro) e um leitor de *Eros e revolução*, de H. Marcuse, tinha o estereótipo mais atrevido, era meio irresponsável e em breve já estariam na metralha e sequestrando embaixadores. O texto referiu-se a luta armada de maneira estereotipada, mostrando seu radicalismo em explorar seu contexto.

Um texto de Dilma Rousseff foi publicado na seção 'Tendências e Debates' na página A3 do dia 31/10/10, com o nome de 'Um Brasil Melhor, com justiça e democracia'. Nele, a candidata defende, sem se referir ao seu passado ativo em organizações de esquerda que praticavam a luta armada, que as eleições livres no Brasil são motivo de orgulho e festa, pois o país viveu boa parte de sua história mergulhado no autoritarismo. Ela diz que é sempre oportuno lembrar que gerações de brasileiros sonharam em poder viver disputas eleitorais como esta, com liberdade para escrever e que pensam e dizer o que acham justo, convivendo sem ódio, mas com tolerância e respeito com as opiniões divergentes. Argumenta também que muitos brasileiros lutaram, sofreram e deram suas vidas para que esta realidade fosse possível, sendo a nossa democracia, fruto da luta, das lágrimas e da vida de homens e mulheres que não tiveram medo, no passado, de abrir as portas do futuro. O texto coloca a democracia como um valor fundamental. Este texto de Dilma exalta o empenho e a luta de brasileiros que

enfrentaram a ditadura, pois ela mesma fez parte deste grupo. O texto acaba por ser um contrapeso às muitas críticas feitas à luta armada, pois debate o contexto de seu surgimento e a sua importância histórica para a construção da democracia.

Segunda-feira, um dia após as eleições do 2º turno para presidente e com a confirmação da vitória de Dilma Rousseff do PT, a *Folha de S. Paulo* publica um editorial na capa do jornal, onde é anunciado que a petista havia sido eleita. O jornal revela que a nova presidente era a primeira mulher e a primeira ex-guerrilheira a chegar ao planalto e ocupar o cargo. O editorial a define como economista por formação e socialista por definição, lembrando que ela militou em organizações marxistas desde os dezesseis anos e em 1970, com vinte e dois anos, foi presa e torturada, sendo libertada em 1972 após cumprir pena. O jornal liga a imagem de Dilma com os movimentos armados e não contextualiza o momento político daquela militância e prisão, o que pode causar distorções interpretativas e pode gerar preconceitos, por parecer ser apenas uma prisão por crimes comuns. Em momento algum a militância de Dilma foi atrelada com a luta pela democracia, a não ser em um texto de autoria da própria presidente no dia anterior. Ainda em 01/11/10, também no caderno especial, nas páginas 10 e 11, Fernando Rodrigues escreve notícia com a manchete ‘Placar da vitória é o mais apertado desde 1989’. A notícia expõe que Dilma seria a primeira ex-guerrilheira a chegar à presidência, pois ela, como informa o jornal, militou em organizações de esquerda, é socialista por definição ideológica, foi presa por subversão e torturada. A *Folha de S. Paulo* ressalta que Dilma nega ter participado de ações armadas, admitindo apenas ter recebido treinamento militar. O jornal não ataca diretamente Dilma nem seu passado nesta ocasião, apenas expõe os fatos supostamente conhecidos sem refletir ou questionar os motivos pelos quais ela fora presa, fato que, se não for discutido, pode se tornar pretextos de críticas. O Texto ainda cita que o MDB foi a oposição consentida do regime militar e que o partido que dele se formou, o PMDB, comandou o processo de redemocratização do Brasil nos anos 80. No mesmo dia, na página Especial11 do caderno especial, uma notícia com o título de ‘Primeira mulher eleita tem 56% dos votos’, de autoria de Vera Magalhães, cobra que agora que Dilma chegara ao poder, ela teria de esclarecer aspectos nebulosos de sua vida, como sua participação na luta armada em resistência a ditadura militar. O texto coloca o passado de Dilma como algo a ser esclarecido por ela, pois seria seu dever se explicar, uma vez que ela, a partir daquele momento, estaria a frete do Estado brasileiro, tratando assim o passado da nova presidente como uma incógnita.

Em 04/11/10, a *Folha de S. Paulo* abre espaço no ‘painel do leitor’ da página A3 no texto intitulado ‘Eleições’ para uma postura crítica contra posições agressivas ao passado de



Dilma no enfrentamento político ao regime militar pelas armas. É importante ressaltar que ao final das eleições e depois de muita crítica ao passado de Dilma, o jornal abriu espaço para uma opinião que pode ser entendida como uma crítica à própria *Folha de S. Paulo*. Mas isto não é algo que seja tão significativo, pois o jornal deu pouco espaço para posturas como esta durante a corrida eleitoral, publicando, com muito mais peso, críticas à postura dos movimentos armados.

Pontuamos este tema, da crítica velada às esquerdas armadas, antecipadamente, primeiro porque é um tema que atravessa a grande maioria de temas representados no jornal e segundo devido à forma percebida no trato que o conteúdo presente no jornal dá às ações da luta armada, muitas vezes descontextualizando as práticas do momento político de supressão de liberdades em que se encontrava o país, utilizando-se disto para apontar determinados valores políticos como moralmente corretos em detrimento daqueles que considera imorais. Se crimes de sequestro, assalto e homicídio forem apenas citados como ação revolucionária, eles parecerão crimes comuns e moralmente reprováveis no senso comum da sociedade civil. No entanto, se esses mesmos crimes forem pensados no contexto em que reformas sociais de base foram impedidas de se realizarem democraticamente em 1964 e com elas impedidas também as manifestações políticas, culturais e de opinião que de alguma forma endossassem uma política mais próxima das diretrizes das esquerdas políticas ou atacassem privilégios de elites aristocráticas locais e especuladores financeiros internacionais, teríamos, para esses crimes, a conotação de motivação política, pois as ações fundamentaram-se na manutenção da luta por ideais e por projetos políticos, econômicos e sociais, mesmo que recorrendo à violência revolucionária, que na verdade fora uma resposta de grupos da sociedade à violência enviesada por um Estado totalitário, que se estendeu sobre os cidadãos institucionalmente. Assaltava-se pra levantar fundos para organizar-se, pois qualquer organização que discordasse do governo era proibida, e para continuarem existindo e manterem suas ideias vivas, essas organizações tornaram-se clandestinas; sequestrava-se para tentar trocar os sequestrados por militantes presos sem acusação formal, acusados por crimes de opinião ou por resistir ao terrorismo de Estado e, muitas vezes torturados até a morte sob a tutela do aparelho estatal; e o homicídio era o resultado da luta que se fazia necessária quando todas as vias institucionais se tornaram uma ameaça à liberdade de opinião e à defesa de reformas que abrissem caminhos para a busca de uma justiça social que tocasse no privilégio dos detentores monopolistas de terras, indústrias, bancos e recursos. A *Folha de S. Paulo* não debate essa questão, ela demonstra a violência do período, denuncia os excessos, dá nome a torturadores e expõe o sofrimento dos torturados e dos familiares de mortos e desaparecidos na ditadura, mas pouco

reflete acerca dos reais motivos que levaram à radicalização de grupos esquerdistas no país e das poucas alternativas viáveis que restaram a esses grupos.

Entendemos que essa representação acaba por ser um ataque indireto à imagem de Dilma Rousseff, que é frequentemente associada aos movimentos de luta armada, afinal se as ações das esquerdas armadas não são debatidas elas tornam-se pretextos para se arguir moralmente a participação de uma candidata à presidência da República em grupos que, se pensados fora do contexto, praticaram crimes comuns como sequestro, assalto e homicídio. Acreditamos que não existe terrorismo frente a um governo que faz do Estado um aparelho terrorista contra seus adversários políticos, o que existe nestas condições é resistência! Destacamos este eixo temático porque dentre outros eixos este é especialmente significativo, pois está permeando inclusive os outros eixos, como um pano de fundo daquilo que se representa.

### **3.2.2. EIXO TEMÁTICO 2: APROXIMAÇÃO DO PT E DE SEUS QUADROS POLÍTICOS À “DITADURA” CUBANA**

Um dos eixos temáticos que detectamos em nossos estudos foi a aproximação entre o partido da candidata Dilma, o PT, e de seus principais quadros políticos, como o então Presidente Lula, ao sistema político cubano, este que a *Folha de S. Paulo* qualifica como uma ditadura. Dia 11/03/2010, na página A3, seção ‘Tendências e debates’, a *Folha de S. Paulo* publicou artigo assinado por José Carlos Dias com o nome de ‘Palavras de Lula’. Nela o autor relata o caráter repressor e truculento que a ditadura tinha contra seus opositores. O autor, que é advogado criminal, relembra a trajetória de Lula (o então presidente da República Federativa do Brasil), como líder sindical preso pelo DOPS na ditadura, esta, que o texto lembra ter perseguido e prendido Frei Betto, matado Frei Tito, Vladimir Herzog e outros que são qualificados no artigo como heróis que sofreram mazelas ou morreram na época. A partir dessa argumentação, o autor considera paradoxal a solidariedade de Lula com o governo cubano, endossando supostos desrespeitos aos direitos humanos por classificar, segundo o artigo, presos políticos de Cuba como presos comuns, inclusive os que fazem greve de fome por discordar do regime castrista. O autor questiona, ironizando Lula, se nossos “heróis” também seriam criminosos comuns, lembrando que os direitos humanos devem ser preservados independentemente da ideologia de quem está no poder e de quem está na oposição, na resistência ou preso, pois a coerência deveria expressar a mesma indignação frente à violência, independente da vertente política. O texto cria um clima de acusação a



Lula, com referência irônica ao fato, que considera ser prova de contradições, de o presidente já ter sido preso político no passado.

No dia 28/03/2010 na página E12 do caderno 'Ilustrada', Ferreira Gullar escreve coluna chamada 'A cara do cara', onde aponta contradições entre as atitudes do presidente Lula à época (2010) e suas posturas de resistência à ditadura. O conteúdo diz que a trajetória que Lula percorreu como líder sindical operário é compreensível no contexto político brasileiro da ditadura militar, cuja repressão sobre os trabalhadores organizados, segundo o texto de Ferreira Gullar, alijou os sindicatos e suas lideranças pelegas ou comunistas advindas da era Vargas e do janguismo. Isso teria, segundo o texto, gerado uma nova fase nas lutas trabalhistas, cuja figura principal era Lula, e se apresentava como movimento alternativo para os descontentes com a URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e entusiastas da Revolução Cubana. O texto afirma que, enquanto durou a ditadura, Lula e seu partido, o PT – Partido dos Trabalhadores –, lutaram pela democracia e com o fim do regime e após várias derrotas sucessivas para a presidência, abriram mão de sua postura radical para chegar finalmente ao poder. O artigo aponta criticamente e com tons de indignação que a postura atual de Lula (em 2010) é paradoxal, pois ele, que segundo o texto simulara uma greve de fome, criticou um grevista que fizera o mesmo e que morreu em protesto contra o governo cubano. Lula teria comparado os presos políticos de cuba com presos comuns, mas segundo o artigo muitos presos políticos cubanos são condenados apenas por delitos de opinião, o que é muito diferente de delitos como roubo e assassinato, que seriam crimes de presos comuns segundo o artigo.

No dia 06/04/2010, na página A4, a *Folha de S. Paulo* publica texto noticioso da sucursal de Brasília com manchete: "Petista diz que cubanos têm acesso à mídia". Num contexto em que a mídia espetacularizava a morte de um militante cubano, opositor do governo castrista (que a mídia em geral, principalmente os grandes meios de comunicação, classificam como uma ditadura), por greve de fome. O jornal informa que a candidata do PT, Dilma, afirmara que os presos cubanos conseguem ter acesso à mídia, diferenciando-os dos presos políticos brasileiros durante a ditadura que ficavam totalmente isolados (aqui temos indícios do caráter censor do autoritarismo brasileiro dos anos de chumbo). O jornal afirma que Dilma seguiu a postura de Lula e não condenou o regime cubano, mas sim a greve de fome como protesto.

A *Folha de S. Paulo* não parece ser uma entusiasta do regime cubano, e os presos políticos da ilha e a greve de fome que matou o militante tornou-se um eixo, no qual

circularam críticas ao regime cubano, que uma vez execrado publicamente, é mostrado como algo endossado pelos quadros do PT, pelo presidente Lula e por sua candidata à sucessão.

Em 29/07/2010 na página A2, volta a ser publicada uma associação de quadros do PT ao regime cubano, quando Eliane Catanhêde, em 'Avacalhação', aponta uma suposta contradição da fala de Lula, que teria comparado aqueles que resistem ao regime cubano com criminosos comuns do Brasil. A contradição está no fato, segundo a colunista, de Lula ter sido perseguido por uma ditadura e ter amigos e companheiros que foram presos e desapareceram ou morreram. No dia 01/08/10 Clóvis Rossi assinou coluna de opinião denominada 'Sobre avacalhações', em que, para criticar a política externa de Lula de não interferir nas políticas internas de desrespeito aos direitos humanos em regimes autoritários através de intervenções diplomáticas por não querer atrapalhá-los, relembra a trajetória sindicalista do presidente e do que chama de valiosa contribuição para avacalhar a ditadura militar e desafiar suas leis. O texto representa negativamente o período do regime militar ao dizer que companheiros de Lula à época recorreram a governantes estrangeiros para pressionar a ditadura e tentar salvar suas vidas. Em 10/08/2010, na seção tendências e debates, Maurício Santoro cola as ideologias do que ele qualifica como ditadura cubana às ideologias daqueles que enfrentaram a ditadura radicalmente, ou seja, à Dilma indiretamente. Diz que como os principais candidatos à Presidência da República têm um passado ligado à oposição a uma ditadura, eles poderiam mudar a postura do Brasil de proteger ditadores, no entanto, restringe a os candidatos que fariam isto, uma vez que ele associou a ideia de que os guerrilheiros brasileiros simpatizavam com o regime cubano, que é descrito como ditatorial. Em 24/10/10, na seção painel, fora publicada uma nota de contraponto chamada 'Mil perdões', a qual satiriza o apoio de artistas como Chico Buarque à Dilma, expondo o episódio em que Serra teria dito que o que une os dois (Dilma e Chico, ambos opositores ao regime militar) é o amor ao Fidel. Este que foi o líder da Revolução Cubana e é símbolo romantizado da esquerda e vilanizado pela direita. A afirmação esvazia os reais motivos do apoio em questão.

### **3.2.3. EIXO TEMÁTICO 3: ASSOCIAÇÃO DO GOVERNO DO PT COM CARACTERÍSTICAS AUTORITÁRIAS E DITATORIAIS**

Para além das associações do PT com Cuba, encontramos outro eixo temático que acabou por ser recorrente no jornal e uma espécie de continuidade do eixo anterior, que foi a associação do governo petista com características autoritaristas e ditatoriais. Em 25/08/10, na seção 'Tendências e debates', o texto de Roberto Freire faz uma crítica ao regime militar por

dizer que a ditadura criou um projeto de mexicanização do país (em alusão a política do México, no qual um único partido está no poder e com maioria no congresso há décadas), mais uma vez a imagem do governo Lula é atrelada à ditadura militar quando o autor compara o projeto petista com o projeto da ditadura, ou seja, uma mexicanização do país. Além disso qualifica Dilma como uma burocrata e tecnocrata, que seria o nome mais indicado para controlar um governo verticalizado e centralizador, lembrando que ela fora militante da VAR-Palmares e que é conhecida por coordenar sua equipes com mãos de ferro. O conteúdo do texto cola nitidamente a o autoritarismo ao governo PT e à Dilma. Em um editorial da página A2 do jornal, no dia 29/08/10, identificamos mais uma associação. Nele foram apontados os prognósticos de possíveis resultados das eleições que dariam controle virtual do governo sobre o congresso aumentando sua influência sobre instituições e estimulando o que denomina de aparelhamento do Estado. O editorial se coloca combativo a esta situação e argumenta que a sociedade brasileira é complexa, diversificada e suas instituições democráticas parecem consolidadas o bastante para rechaçar um novo ciclo de autoritarismo, subentendendo que isto poderia estar em vias de acontecer de acordo com os prognósticos dos resultados eleitorais. Considera a ditadura militar brasileira um ciclo que se encerrou. Em coluna na mesma página, Eliane Catanhêde ironiza o jargão lulista “nunca antes na história desse país”, para dizer que o governo PT está cada vez mais poderoso e que há previsão de obter esmagadora maioria de aliados no congresso, algo que só aconteceu com o ARENA (situação) durante o regime militar. Aproxima os contextos sem debater suas singularidades e cola a imagem do governo petista às condições políticas da ditadura, rechaçando esta, logo, induzindo à um rechaço de qualquer situação que se assemelhe. Na página A15, Fernanda Torres assinou coluna chamada ‘Deus’, na qual ela lembra que nos anos 70, sob os governos Médici e Geisel, o brasileiro viveu o milagre econômico, com a economia a todo vapor. Na sequência, ao dizer que candidatos de esquerda à Presidência têm uma agenda econômica próxima à que tiveram os governos militares, associa a candidatura de Dilma a características da ditadura, apontada com caráter economicista e capitalizado, dizendo que as ideologias não norteiam mais as decisões políticas, e que a economia e os interesses eleitorais tomaram seu lugar.

Em 01/09/10, foi publicada uma coluna assinada por Marco Antônio Villa chamada ‘Domínio oligárquico’ no qual o autor faz uma retomada histórica das eleições de 1982 e lembra que o partido da situação do regime militar, o PDS (Partido Democrático Social), antigo ARENA, ganhou em todos os nove estados do nordeste por montar um programa de ajuda econômica contra a seca. O referido programa foi montado com o objetivo de conseguir

maioria nas eleições e dar aos militares o controle do colégio eleitoral que se reuniria em 1985 para escolher o novo Presidente. Entretanto quem acabou eleito foi o candidato da oposição Tancredo Neves e logo as oligarquias debandaram para o seu lado. Segundo o autor, o quadro político mudara, mas só na aparência, pois a aliança democrática fora vitoriosa, mas aliada com frações da antiga elite que servira e apoiara o regime militar. Ressalta o caráter civil do regime militar e a permanência das elites oligárquicas no poder político, mesmo após a redemocratização. Classifica como triste exemplo desta elite perversa o político José Sarney, que usou e abusou do regime e por acaso do destino chegou à presidência. O texto aponta a aproximação do governo PT com estas oligarquias que apoiaram a ditadura, principalmente pelo fato de Sarney ser um importante aliado da base da situação do governo no senado, dizendo que os grandes partidos consideraram ser necessária uma aliança com elas para vencer as eleições, um engano, segundo Villa, pois a eleição poderia servir para setores modernos da política entrarem em contato com os subjugados e oprimidos por estas oligarquias que, historicamente, tiveram o Estado a seu serviço.

No dia 08/09/10, novamente foi publicado um texto de Marco Antônio Villa com nome de 'Despertar da oposição', no qual em crítica a Lula, o autor diz que o então presidente agia como o regime militar agia, por considerar seus adversários como inimigos e sonhar com o poder absoluto, diz o texto que assim como o governo militar, o governo Lula tem medo de enfrentar os oposicionistas e ridiculariza a política. Representa uma memória negativa da ditadura e associa o governo do PT a características autoritárias. No caderno especial, página 3 do dia 15/09/10, novamente Marco Antônio Vila protagonizou uma aproximação de Lula e do PT ao regime militar. Na coluna 'O verde –amarelismo voltou', ele diz que o Estado Novo (era Vargas) e o regime militar foram dois momentos de supressão das liberdades e expansão econômica à sombra da repressão policial militar. Como nos anos 70, no clima de crescimento econômico, expansão do consumo e do crédito em contraste com uma máquina repressiva. Compara Lula a Médici, dizendo que Lula se parece com o ditador por asfixiar a oposição e diluir as diferenças ideológicas e morais da sociedade em meio ao "milagre econômico" de seu governo, segundo o autor, Lula teria criado seu próprio "ame-o ou deixe-o". Marco Antônio Villa mais uma vez aproxima o governo petista de Lula à ditadura militar em 22/09/10, na coluna 'A cara do cara' da página especial eleições 13. O texto diz que nunca antes na história presidencialista brasileira um presidente foi tão agressivo com seus adversários, e afirma que quando um presidente não tem freios como Lula, a democracia corre risco. Diz que o presidente Lula tem dificuldades de conviver com a democracia e sabe que a cultura política autoritária é predominante no Brasil e que, assim como era na ditadura militar,

seu governo conta com apoio popular em meio a uma boa situação econômica. Se refere negativamente à ditadura ao dizer que o Supremo Tribunal Federal (STF) não tem uma história de defesa da cidadania frente ao despotismo do Estado, pois, nos momentos mais difíceis do país, a suprema corte silenciou-se, tendo convivência com o Estado Novo de Getúlio Vargas e com ditadura militar. No dia 30/09/10 a *Folha* divulgou a fala do Senador Demóstenes Torres do partido Democratas – GO em uma nota denominada ‘tiroteio’. A fala compara a figura do presidente Lula à de outro presidente, Garrastazu Médici, um ditador que foi um dos responsáveis pelos anos de chumbo do regime militar.

Uma entrevista com o ex-presidente da República Itamar Franco fora publicada em 10/10/10 na página A18 do caderno ‘Poder’. A entrevista destaca que, segundo Itamar, Lula agrediu princípios democráticos e nem presidente militar fez o que ele fez com o Senado (não explica a acusação). A opinião de Itamar Franco aproxima o Lula e seu governo ao regime militar, criando uma conotação de autoritarismo, o que acaba por ser o carro-chefe desta posição crítica, acusando o governo petista de usar o aparelho do Estado a seu favor. O entrevistado estabelece um paralelo entre o governo Lula e a ditadura militar, dizendo que após 20 anos a ditadura se fragilizou e caiu e que agora o PT acha que sabe o que é bom para o país que é preciso reagir, sugerindo que assim como o regime militar, o governo do PT precisa ser enfrentado e derrubado.

No dia 28/10/10, Carlos Heitor Cony assinou coluna na página A2 chamada ‘Tá chegando a hora’, em que seu texto aproxima a figura de Lula a do ex-presidente militar João B. Figueiredo, dizendo que ambos deixaram seus mandatos falando de suas obras e realizações, mas ao contrário de Figueiredo, Lula pedira para ser eleito de novo enquanto Figueiredo pediu para ser esquecido.

#### **3.2.4. EIXO TEMÁTICO 4: POLÊMICA COM A FOTO DA ATRIZ NORMA BENGELL**

Quando uma foto da atriz Norma Bengell, foi ao ar no site de campanha de Dilma como se fosse a própria candidata na passeata dos cem mil em 1968, gerou uma polêmica que tornou-se o próximo eixo temático que apresentaremos. Em 27/04/2010, Fernando de Barros e Silva assinou uma coluna de opinião na página A2 chamada ‘Norma Rousseff’. Nela, ele ataca erro no blog oficial de Dilma Rousseff ([dilmanaweb.com.br](http://dilmanaweb.com.br)) por ter colocado a foto da atriz Norma Bengell como se fosse de Dilma, numa passeata, a passeata dos cem mil em 1968, que questionou a ditadura militar. O texto acusa o blog de farsante por usar o pretexto



de querer mostrar a luta de Dilma contra a ditadura e por isso mostrar Bengell na passeata, por engano. Pois, afirma ser uma ilusão essa situação enganosa, afinal, como destacado pelo autor da coluna e segundo o próprio blog, Dilma participara de dois grupos adeptos da luta armada, o COLINA e o VAR-Palmares, e, diz o autor, isso era muito diferente de passeatas. Mesmo que não seja feito um juízo de valor explícito no texto, ele acusa o blog de Dilma de fazer teatro, levantando a hipótese de a campanha estar confundindo o eleitor acerca do passado da petista. Na página A6, Janio de Freitas escreveu a coluna 'A candidata Bengell', em que estende a polêmica da utilização da foto da atriz Norma Bengell, como se fosse de Dilma na juventude, numa passeata de 1968 (passeata dos cem mil) contra a ditadura. O texto acusa a campanha de Dilma de dar um golpe sórdido, pois, segundo o autor, não houve confusão fotográfica, mas sim um propósito de baixeza que ele diz estar evidente na forma como as fotos foram escolhidas. O texto não explica o porquê da suposta baixeza, mas exemplifica uma tentativa de fraude, pois, a foto fora retirada do ar por ordem da justiça após denúncias contra o blog. O autor deixa subentendido que a foto de Norma tem a intenção de representar o passado de Dilma, contra a ditadura, atrelado com envolvimento em passeatas, mostrando-a como uma manifestante. O texto, ressaltando o passado da petista no enfrentamento ao regime militar, acaba por fazer uma crítica subjetiva ao suposto fato de se tentar criar uma imagem de Dilma ligada às manifestações e menos próxima da luta armada, que, segundo o autor, foi onde ela fora mais participativa. Na página A7, Audrey Furlaneto assina matéria com a manchete 'Dilma não precisa se desculpar por foto em blog, diz Bengell'. Onde destaca que Norma Bengell declarou que Dilma não precisaria pedir desculpas por usar foto da atriz em sua página oficial na internet. A matéria relembra que o blog da petista usou imagem da atriz em passeata contra a ditadura em meio a sequência de fotos pessoais de Dilma, permitindo, assim, uma interpretação de que a pré-candidata estava na passeata. A notícia traz a publicação de nota oficial do blog, que lamentou a interpretação equivocada e disse que a intenção era ressaltar o momento da vida do país, momento que Dilma participou ativamente. No final da matéria, o texto fez questão de diferenciar os movimentos armados – de que Dilma participara – das passeatas. Começa destacando que a foto utilizada é da passeata dos cem mil no Rio de Janeiro de 1968, em protesto contra a violência policial a estudantes (neste ponto é denunciado o caráter repressivo do regime), ressaltando que foi um movimento plural que reivindicava o reestabelecimento das liberdades democráticas, a suspensão da censura e mais verba para educação. Diante da familiarização da passeata dos cem mil ao leitor desavisado, o texto contrapõe essas informações ao fato de que Dilma morava em Belo Horizonte – MG durante a passeata dos cem mil e militava em uma organização que pregava a luta armada



contra a ditadura e que defendia a instalação de um governo popular revolucionário. Portanto, a luta de Dilma, segundo o conteúdo do jornal, seria diferente das passeatas contrárias ao regime, e ela não teria participado da passeata do cem mil, pois estava morando em Minas Gerais em 1968, ano em que a matéria lembra que foi editado o AI-5, iniciando a radicalização do regime e desencadeando a prisão de Dilma até 1972. O AI-5 surgiu como uma resposta às inflexões contra o regime que eclodiram na sociedade, no entanto o principal alvo do AI-5 era a luta armada. Por isso, a *Folha de S. Paulo* diferencia a luta armada das manifestações em passeatas e dá a entender que os radicalismos da esquerda clandestina foram responsáveis pelo endurecimento do regime e seu consequente fechamento de espaços para lutas sociais e participações democráticas da sociedade nas decisões políticas tomadas pelo governo do Estado.

Em 28/04/2010, Ruy Castro escreveu a coluna ‘Penetra na passeata’, publicada na página A2, em que fala nostalgicamente da passeata dos cem mil e das fotos marcantes do acontecimento de 1968 e diz que só era obrigatório uma coisa para ter saído nas fotos, ter estado lá. Em seguida constrói um argumento crítico a Dilma, dizendo que ela, em 26 de junho de 1968 (dia da passeata), estava em Belo Horizonte – MG, portanto não estava na passeata dos cem mil, como sua página oficial na internet insinuou ao colocar a foto de Norma Bengell entre duas fotos da então pré-candidata sob o título de ‘minha vida’. O conteúdo do texto configura-se numa acusação à campanha de Dilma de má-fé e ignorância, por confundir intencionalmente internautas sobre, segundo Ruy Castro, o real passado e a real ação de Dilma contra a ditadura. O autor faz questão de qualificar a esquerda radicalizada, ressaltando que Dilma compunha este grupo, como cascuda e lembra propositalmente que muitos desses grupos consideraram a passeata dos cem mil como um passeio consentido e sem risco. O texto denigre a imagem e os motivos reais da radicalização de grupos esquerdistas brasileiros que seguiram pela luta armada contra a ditadura. O texto ainda refere-se comicamente aos ideais e *práxis* de Dilma ao dizer que, durante a passeata de 1968, ela poderia estar confiscando rolhas num armazém para atirar sob as patas de cavalos da Polícia Militar – PM numa manifestação, que o autor chama ironicamente de “pra valer”, ironizando os caminhos pelos quais Dilma seguira.

### 3.2.5. EIXO TEMÁTICO 5: POLÊMICA ENTRE DILMA E OS EXILADOS

Em meados de abril de 2010, uma declaração da então candidata Dilma, que fora interpretada como crítica aos exilados políticos do Brasil, gerou uma polêmica que se

desenvolveu como um eixo temático ao abordar diretamente posturas políticas distintas entre opositores do regime militar. Em 11/04/2010 em uma matéria de Ana Flor publicada na página A8 da *Folha de S. Paulo* com um slogan dizendo que ‘no ABC, Lula e Dilma rebatem fala de tucano’, foi exposto subjetivamente nas entrelinhas que Dilma havia criticado Serra, por ter se exilado no Chile em 1964 quando dado o golpe pelo militares, enquanto ela foi para a clandestinidade e para a luta armada. Na página A14, a *Folha* publicou uma entrevista cedida por José Serra à Vera Magalhães e Catia Seabra, em que Serra se afasta da alcunha de direita e esquerda, mesmo reconhecendo ter estado à esquerda em 1964. O conteúdo da entrevista e as imagens do candidato em palanques de congressos e comícios associa a imagem de Serra a movimentos sociais pacíficos e com ideais democráticos como o movimento *Diretas já*, descolando-o de qualquer imagem atrelada a movimentos armados radicalizados, que já foram qualificados nos conteúdos da própria *Folha de S. Paulo* como insensatos.

No dia 12/04/2010, na página A3, seção ‘Painel do Leitor’, o jornal publicou carta selecionada de Thomas Hohl, que afirma que a frase dita por Dilma: “Eu não fujo da luta quando a situação fica difícil. Não tenho medo da luta (...) nunca abandonei o barco”, fora uma ofensa a todos os exilados do Brasil que deixaram suas vidas para trás para se protegerem dos excessos da ditadura. Segundo a carta, a frase de Dilma teria qualificado os exilados como meros fugitivos e subentende que somente os guerrilheiros lutaram pelo Brasil. Dentre as cartas selecionadas não foi encontrada nenhuma que se contrapusesse a esta. Na página A6, texto da sucursal de Brasília e da reportagem local qualificou discurso de Dilma como crítica aos exilados, assumindo a interpretação dos que a interpretaram como crítica. Segue trecho do discurso publicado no texto: “Eu não fujo da luta quando a situação fica difícil. Não tenho medo da luta”. Podemos perceber que a fala de Dilma é passível de interpretação. No entanto a *Folha de S. Paulo*, nesta publicação, fez da interpretação que assumiu da fala de Dilma uma verdade consumada, um fato. O jornal a interpreta previamente e publica a sua perspectiva editorial do assunto. Uma vez assumindo como fato que Dilma fez provocação aos exilados, a *Folha de S. Paulo* endossa sua interpretação com a notícia de que a (suposta) crítica aos exilados causou mobilização de opositores, que a condenaram. Estes entenderam que a fala foi direcionada a Serra (ex-exilado). O jornal afirma que, na tentativa de atingir Serra, Dilma atingiu militantes que optaram pelo exílio. O jornal enquadrou a frase: “Não tenho medo da luta” como referência à ação direta pela luta armada que Dilma optou, e a candidata estaria considerando José Serra como um acovardado que saiu do país na ditadura. A notícia traz uma gama de nomes de exilados importantes para a história do país, para assim

repudiar a suposta postura de Dilma. O conteúdo da notícia traz à tona críticas de diversas personalidades políticas à Dilma. O jornal traz argumento de senador que compara a fala de Dilma com o episódio em que um general do DOI-CODI classificou os exilados como fugitivos. A *Folha de S. Paulo* não apresentou o discurso completo da candidata, mas apenas fragmentos, e não contextualizou a fala dela, nem apresentou posturas e opiniões em defesa de Dilma até aquele momento.

Na capa da edição da *Folha de S. Paulo* de 13/04/2010 foi publicado pequeno texto com a manchete: ‘Dilma nega ter criticado exilados e aponta má-fé’. O texto aponta argumento de Dilma de que grandes amigos seus foram exilados e que ela teria sido vítima de má-fé na interpretação de que trecho de seu discurso: “Eu não fujo da situação quando ela fica difícil, eu não tenho medo da luta”, teria sido uma crítica à José Serra, seu adversário nas eleições presidenciais de 2010 e que se exilou durante a ditadura, portanto uma crítica a todos os exilados. Aqui o jornal dá espaço para réplica de Dilma às acusações feitas contra ela e ainda destaca a autodefesa da candidata na primeira página. Entretanto, na página A2, a *Folha de S. Paulo* publicou uma coluna de Eliane Cantanhêde chamada ‘Esquerda contra esquerda’ em que o conteúdo do texto associa a frase dita por Dilma em palanque: “Eu não fujo da situação quando ela fica difícil, eu não tenho medo da luta”, com as posturas de enfrentamento de José Serra e Dilma Rousseff ao regime militar. O texto pontua que Dilma fora para a luta armada e Serra para o exílio. O conteúdo da coluna incendeia a polêmica gerada pela afirmação de que a candidata do PT teria dado indireta a Serra e o chamado subjetivamente de fujão/covarde, o que teria sido encarado como uma agressão a todos os exilados do país. Eliane Cantanhêde utilizou-se dessa polêmica para denegrir a imagem de Dilma em público, pois o texto contrasta a suposta acusação dela aos exilados com figuras conhecidas e do gosto de grande parte da população como João Goulart, Miguel Arraes, Leonel Brizola e Luiz Carlos Prestes, todos ex-exilados, assim como Serra. A polêmica acerca de Dilma e os exilados começou com militâncias na internet mas a *Folha de S. Paulo* a trouxe para a imprensa e a debateu como um fato, tornando-a um eixo temático de representação do passado de Dilma e de Serra, uma vez que o jornal passou a rememorar o passado de ambos para explicar os acontecimentos. O conteúdo da coluna de Cantanhêde configurou-se como uma defesa dos exilados à época da ditadura, defendendo a tese de que dentre os motivos para exilar-se estava a avaliação de que pegar em armas provocaria maior radicalização do regime ditatorial e consequentemente uma guerra desigual (aqui se enquadra Serra). Contudo, a coluna propõe que a radicalização do regime só aconteceu porque surgiram grupos armados de esquerda (aqui se enquadra Dilma), que foram responsáveis, devido às suas posturas, pelo

endurecimento do regime. A coluna em questão inverte perigosamente os processos históricos, pois a disseminação de grupos esquerdistas armados pelo país só se deu por não existirem alternativas políticas frente à opressão de liberdades que se iniciou no país após 1964. Antes do golpe de 1964 já existiam movimentos políticos/sociais armados, no entanto apenas depois do AI-5, em 1968, e suas consequentes cassações de direitos políticos e suspensão do *habeas corpus* (a máxima supressão institucional do cidadão no regime militar) é que as organizações clandestinas armadas eclodiram como alternativa por todo o território nacional. Na página A8 o jornal publicou notícia proveniente da reportagem local em que diz que Serra entendeu a fala de Dilma como escorregão (trata-se da suposta crítica dela a Serra (que exilou-se), mas que atingiu todos os exilados). O texto informa que Serra afirmou ter sido condenado por crimes de opinião e cita aliados de Dilma que também se exilaram, soando defensivo ao passado de Serra e dos exilados. Na página A8 o jornal publicou notícia assinada por Ana Flor, Noeli Menezes e Maria Clara Cabral, com a manchete: ‘Dilma nega que tenha criticado exilados’, em que foi informado que Dilma respondeu às críticas de que seu discurso teria sido um ataque aos exilados e caracterizou como má-fé a interpretação dada ao ele. Os aliados políticos da candidata teriam afirmado, segundo a *Folha de S. Paulo*, que a interpretação da fala de Dilma como ataque aos exilados foi equivocada, errônea e maldosa por parte da imprensa. Ao abrir espaço ao direito de resposta de Dilma, que afirmou não ter se referido aos exilados em momento algum, a edição do jornal dividiu a página em que publicou a matéria com resposta de Dilma num quadro com fotos de vários exilados de carisma da população, como J. Kubitschek, Jango e Brizola. Dessa atitude da *Folha de S. Paulo* depreende-se que o jornal, mesmo dando espaço à resposta de Dilma, apela para o lado passional dos leitores, como se dissesse a eles para pensarem bem na situação e relembrem quem foram os exilados supostamente criticados pela candidata ao planalto. O conteúdo da matéria defende que quem saiu do país para se defender não era fujão, inclusive os exilados são exaltados nas entrelinhas em detrimento das esquerdas armadas. Mais uma vez o conteúdo publicado pelo jornal, em dois trechos da matéria em questão, traz argumentação de quadros políticos que classificaram a luta armada contra o autoritarismo como insensata e irresponsável. Também na página A8 foi publicada reportagem de Bernardo Mello Franco com a manchete: ‘Quem saiu defendeu a própria vida e não é fujão, diz Marina’. Nela, o texto apresenta a opinião da candidata à presidência pelo PV, Marina Silva, que teria saído em defesa dos exilados dizendo que quem defendeu a própria vida não é fujão, em referência à polêmica acerca da interpretação de que Dilma, supostamente, criticou os exilados por terem fugido enquanto ela foi pro enfrentamento direto e radical contra a ditadura. A *Folha de S.*

*Paulo* expõe que Dilma teria dito que não abandonou o barco e que não tem medo da luta. Note-se que o trecho destacado é diferente daquele destacado em 12/04/2010. O conteúdo informa que a frase foi interpretada como recado a José Serra, porém não assume que a própria edição do jornal reproduziu como fato consumado a intenção da fala, sem dar muito espaço para divergências nos diversos argumentos expostos e relacionados em falas de terceiros. Nessa matéria em específico, a *Folha de S. Paulo* reconhece que o fato foi interpretado (o próprio jornal foi um dos que interpretou a fala da candidata), mas em outros momentos percebemos que fora tratado como fato consumado, sem que se expusesse que era apenas uma das possíveis interpretações.

No dia 14/04/2010, na página A2, Fernando Rodrigues assina coluna de opinião chamada 'Erros e explicações'. Nela, criticou o suposto ataque de Dilma aos exilados, dizendo que ela derrapou na campanha e nem ao menos pediu desculpas, entretanto ela qualificou como má-fé a atribuição de sua fala: "eu não fujo da luta", aos exilados. No artigo, o autor lembrou que os primeiros a interpretar a fala dela como crítica a um exilado foram os blogs aliados da candidata, supondo que houve má-fé na declaração de Dilma e que provavelmente ela referiu-se aos exilados, que foram taxados de fujões e covardes por partidários de Dilma, pois chamaram Serra de fujão, e dizer isto de um exilado apenas por ele ter ido para o exílio é chamar todos os exilados de fujões, e o contexto do exílio não foi simples assim, uma vez que muitos foram expulsos e outros deixaram o país por terem condições de levarem uma vida digna pois eram perseguidos pelos órgãos repressores do Estado. Na página A4, seção 'Painel', assinada por Renata Lo Prete, Silvio Navarro e Andreza Matais, a *Folha de S. Paulo* traz o argumento de que petistas saíram em defesa de Dilma dizendo que ela não se referiu aos exilados, no entanto, aliados de Dilma se manifestaram exatamente desta forma. O conteúdo da coluna traz fala do sociólogo ligado ao PT, Emir Sader, que escreveu: "Serra saiu do Brasil no primeiro grupo de pessoas que abandonaram o país". Notamos que, nesse texto, tenta-se atrelar de qualquer maneira a crítica aos exilados à figura de Dilma, mesmo que para isso tenha que expor ataques de terceiros (ligados à candidata) ao passado de Serra e, assim, legitimar o repúdio à suposta ofensa de Dilma aos exilados. Na página A6, Elio Gaspari assina artigo intitulado: 'Lula, dono do Brasil. Qual Brasil?'. Nele, o autor retoma a polêmica entre Dilma e os exilados para tecer críticas à candidata, dizendo que ela não quis pagar o preço da insinuação e dobrou a aposta, insultando quem a cobrou. Na página A10, o jornal publicou uma matéria cuja origem é a de colaboração para a agência *Folha de S. Paulo* em Fortaleza (como informa o jornal) com a manchete: "Não me referi jamais ao exílio", afirma petista', nele informa-se que a pré-



candidata Dilma disse que sua declaração de que “não foge da luta quando a situação fica difícil” não era crítica aos exilados e sim uma referência às imensas adversidades que ela enfrentou no governo Lula, afirmando ainda que não considera exílio como fuga. Dilma teria dito ainda que interpretar a fala como crítica a quem se exilou é uma tentativa de manipulação. Logo abaixo da matéria, fora publicado um quadro expositivo apontando que Dilma, ao expor diferenças entre ela e seus adversários, disse que não foge da luta quando a situação fica difícil e não tem medo da luta. No texto, diz-se que essa afirmação foi interpretada pela oposição como referência à tortura que Dilma recebeu dos militares e como crítica aos que se exilaram. Mais uma vez a *Folha de S. Paulo* não considera que sua linha editorial fora um dos quadros que assim interpretaram a fala da petista.

Em 15/04/2010, fora publicada, na página A2, uma coluna de opinião de Carlos Heitor Cony com o nome de ‘O equívoco do general’. O texto retoma a polêmica dos exilados, mas sem polemizar mais e sem citar os nomes de Dilma e Serra, pois realiza uma reflexão histórica e explicativa da ditadura civil-militar e dos exilados. Afirma que não se pode considerar como fujões os exilados, porque mesmo que a maioria estivesse auto exilada, não era por vontade própria, mas sim porque não havia condições para uma vida digna no Brasil. Lembra que houve exilados que foram expulsos do país quando foram trocados por reféns de grupos de resistência armada. O texto refere-se o tempo todo à ditadura como regime militar, porém, mesmo assim constrói uma crítica direcionada ao regime, apontando seu caráter que ultrapassa os limites da vida privada (espionagem) e sua integração com ditaduras de outros países do cone sul, sugerindo que houve perseguições aos exilados e exemplificando os dramas que estes viviam no exílio (como, por exemplo, as condições financeiras e de trabalho degradantes a que se submetiam no exterior). O autor termina o texto justificando o exílio dos adversários do regime através de mais uma crítica ao regime autoritário brasileiro, dizendo, em tom de acusação, que os adversários do regime que viviam no Brasil eram presos, torturados e assassinados, tendo de responder a inquéritos policiais e sendo tolhidos muitas vezes de exercer suas profissões. Na página A3, a *Folha de S. Paulo* selecionou e publicou na seção ‘Painel do Leitor’ uma carta de Oswaldo Buarim Júnior, que era assessor de imprensa de Dilma Rousseff à época. Nela, ele afirma que Dilma nunca disse a frase atribuída a ela em partes dos exemplares da *Folha*, segundo a qual teria dito: “Eu não fugi da luta e não deixei o Brasil”. A carta salienta a necessidade de correção do que qualifica como informação errada que dá margens a interpretações maliciosas do discurso de Dilma. O jornal contribuiu na fomentação de uma polêmica acerca do assunto, que se estendeu para um debate reflexivo em suas páginas, porém cerceado pelos formadores de opinião que escrevem artigos para o jornal



e pela linha editorial que decide o que será ou não publicado, das supostas posições de Dilma. Muitos aproveitaram a situação para exaltar os exilados e construir uma crítica à luta armada de forma comparativa, inclusive, pelo que podemos perceber nas edições anteriores, a própria *Folha de S. Paulo*. Na carta, Oswaldo afirma que Dilma não se referiu em nenhum momento aos exilados em qualquer circunstância. Segundo ele, a frase exata que ela teria dito fora: “... nunca fugi da luta ou me submeti. E, sobretudo, nunca abandonei o barco”. Ele lamenta que a partir de um erro da própria *Folha de S. Paulo*, o jornal tenha prosseguido no que considera uma manipulação política das edições seguintes. Na carta, Oswaldo destaca o link com imagens do discurso de Dilma<sup>14</sup>. Abaixo da carta fora publicada uma nota da redação que dizia: ‘Leia abaixo a seção erramos’. Na página A3, na seção ‘Erramos’, o jornal publicou uma errata em que confirma a veracidade do erro na transcrição e publicação da frase de Dilma em partes dos exemplares que foram para circulação. Na nota informa-se que o erro consta na edição de 11 de abril na página A7 e que em parte dos exemplares foi publicado “Eu não fugi da luta e não deixei o Brasil”, porém a declaração correta, que o jornal afirma que foi a publicada na maior parte dos exemplares, seria: “Eu nunca fugi da luta ou me submeti. E, sobretudo, nunca abandonei o barco”. A *Folha de S. Paulo* reconhece erro de publicação, porém não toca no assunto da interpretação das palavras da petista, nesse momento. A frase de Dilma surtiu efeitos na sociedade e na mídia, tornando-se uma possibilidade interpretativa dada como fato e que abriu espaço para críticas de adversários sobre sua postura de outrora e de agora, contrastando-a com célebres exilados brasileiros.

No dia 16/04/2010, na página A8, texto da redação de São Paulo com colaboração da Agência *Folha* em Porto Alegre foi publicado com a seguinte manchete: ‘Serra compara o apoio de Lula a Dilma ao caso Maluf-Pita’. Dentro da matéria há uma coluna textual com o subtítulo em negrito: ‘Exilados’. Nela, o jornal transcreve uma entrevista de Dilma a uma rádio, em que ela teria comentado a correção do erro de uma frase atribuída a ela pela *Folha de S. Paulo* (trata-se da nota publicada no dia anterior na seção erramos). Na entrevista, como consta na notícia, ela agradece o jornal por reconhecer o erro e diz que o mérito está em reconhecer que errou. Porém, ao fim do texto, a edição da *Folha de S. Paulo*, mesmo reconhecendo o seu erro textual, mantém sua interpretação de que Dilma comparou sua biografia com a de Serra no que tange suas trajetórias de luta, configurando-se numa crítica velada ao fato de ele ter se exilado. Diz o texto: “Mas a interpretação de que Dilma comparava, em seu discurso, sua trajetória durante a ditadura militar à do adversário, José

<sup>14</sup> Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=KpkBQ4GHPjI&feature=player-embedde>>. Acesso em: 20 mai. 2014.

Serra, está correta”. Aqui, temos a comprovação empírica de que o jornal transformou algo interpretável em fato consumado e utilizou isso contra a imagem de Dilma Rousseff num grande escopo de matérias sobre o assunto, que se configurou como um eixo temático de representação da memória da ditadura civil-militar, representação que fora feita nos conteúdos do jornal, a nosso ver, de maneira tendenciosa, exaltando uma representação de memória em que os exilados são classificados como heroicos em detrimento daqueles que seguiram pela luta armada, que, em alguns momentos deste recorte representativo da memória do período da ditadura, foram representados como equivocados e inconsequentes.

No dia 26/04/2010, uma vinheta é publicada no jornal, na página A4. Nela é citado o exílio de José Serra no Chile ao lado de uma importante economista, também exilada, Maria da Conceição Tavares. A vinheta diz que, assim como Serra, uma importante intelectual brasileira se exilou também.

### **3.2.6. EIXO TEMÁTICO 6: COMPARAÇÃO DE DILMA COM NELSON MANDELA**

A *Folha de S. Paulo* divulga no dia 14/05/2010, na página A4 do primeiro caderno ‘brasil’, uma notícia, assinada por Ranier Bragon, que destaca: ‘Na TV, Lula atribui ‘sucesso’ a Dilma e a compara a Mandela’. Era o início de uma polêmica que identificamos como um eixo temático em nosso estudo, trata-se de especulações sobre os motivos pelos quais Lula comparara Dilma a Nelson Mandela, líder popular sul-africano que lutou contra o regime do Apartheid, ficou preso por décadas por crimes políticos de teor violento e, ao sair da prisão, se tornou o presidente eleito da África do Sul. A matéria em questão afirmava que Lula, numa tentativa de alavancar a candidatura de Dilma, a comparou a Mandela, trazendo à tona a primeira estratégia de marketing do PT para tratar o envolvimento de Dilma em grupos que defendiam a luta armada no Brasil contra a ditadura militar. Na comparação da candidata a Mandela, Lula lembra que o sul-africano só foi para o confronto porque não lhe deram outra saída. O conteúdo da notícia informa que a comparação entre Dilma e Mandela veio após a petista declarar que não fugiu da luta e usou os meios e concepções da época para resistir, segundo as palavras dela: “Eu lutei sim, lutei pela liberdade e pela democracia. Lutei contra a ditadura do primeiro ao último dia”. O Jornal suscita um entendimento de que a comparação tinha o objetivo de suavizar a imagem da candidata e mudar o foco da declaração de Dilma, que foi considerada, pela *Folha de S. Paulo*, como crítica aos exilados, e assim disseminada na esfera pública. No dia seguinte, dia 15/05/10, a *Folha de S. Paulo* reforçou sua posição com duas matérias no primeiro caderno ‘brasil’, página A4. Uma notícia e uma análise. A

notícia foi intitulada como ‘Comparação com sul-africano foi ‘vacina’’, assinada por Valdo Cruz e Sofia Fernandez, da sucursal de Brasília. O conteúdo da notícia dá destaque à ideia de que a comparação da candidata petista a Mandela foi ‘vacina’ contra eventuais ataques da oposição sobre a participação de Dilma na luta armada. Conota que Dilma foi blindada com uma declaração preventiva contra críticas e referências que porventura pudessem surgir atrelando sua imagem algo supostamente e relativamente errado que ela pode ter feito no passado, por estar envolvida em grupos que se utilizavam da violência como estratégia de luta. A notícia diz que esta ‘vacina’ foi uma forma que a equipe da candidata buscou para mostrar que um político pode ter um passado em movimentos que faziam o uso da violência e pregavam a luta armada e mesmo assim se transformar num grande líder capaz de unir e conduzir um país. O texto ainda lembra que Dilma integrou o VAR – Palmares e que ela já admitiu ter participado de treinamento militar, mas que nega ter atuado em ações armadas contra o regime militar, diz também que citações sobre este período da vida de Dilma circulam na internet, por isto a equipe dela criou esta ‘vacina’. O jornal trata superficialmente o passado de Dilma nesta matéria e não debate os movimentos que ela participou e nem o contexto da luta armada.

A análise publicada também na página A4, assinada por Fábio Zanini, tem um conteúdo destacando que é velha a estratégia, dos políticos, de pegarem carona na imagem de pacifista de Nelson Mandela. Afirma que chegara a vez de Dilma de pegar carona, uma vez que tentam encaixar, de forma meio torta, a biografia da petista à trajetória de Mandela. A notícia diz que Mandela é pacifista, mas já foi guerrilheiro antes, organizou cursos de guerrilha e planos militares e plantou bombas em instalações do governo. Cita a luta de Lula contra a ditadura e sua prisão. Afirma ser difícil para Dilma mandelizar-se, pois não há paralelos entre sua biografia e a do Mandela de paz, mas há entre sua biografia e a do Mandela da guerra. Neste ponto o conteúdo conota uma imagem de Dilma como uma pessoa violenta. Mais uma vez o conteúdo presente no jornal tece uma crítica à postura de Dilma na luta armada e à própria luta armada sem debatê-la e sem discutir seu contexto e sua importância. A análise termina ironizando que a única semelhança entre Mandela e Dilma, é a de que o grupo por ele organizado não foi uma ameaça concreta ao governo, assim como as organizações de Dilma, que foram neutralizadas pelo regime, o que, segundo o analista, a campanha esconde. Para o analista esta seria a comparação honesta a ser feita. O conteúdo desta análise denigre a imagem de Dilma e conota a ela a imagem de violenta, criminaliza e desdenha da luta armada, sem debater seu contexto, utilizando-se do desdém aos chamados radicais para desdenhar da biografia de Dilma.

No dia 16/05/2010, a *Folha de S. Paulo* publicou o editorial 'Volta ao passado', na página A2. Nele, o jornal tece uma crítica à comparação entre Dilma e Mandela, feita por Lula no programa eleitoral de Dilma Rousseff, considerando que há um oceano de diferença entre os dois. O jornal critica setores da oposição que tentaram explorar o passado político de Dilma, pois para a linha editorial, invocou-se uma pecha de terrorista contra ela, algo que na democracia, segundo o editorial, era análogo, durante a ditadura, aos significados de subversivo e comunista, termos cuja conotação era culturalmente negativa e que eram atribuídos, naquela época, a José Serra, também perseguido pelo regime e candidato da oposição nas eleições 2010. O editorial posiciona-se dizendo que os candidatos não devem ser julgados pela postura que tinham em 1964 e sim pelos compromissos que teria na atualidade com os direitos humanos, liberdade de expressão e sistema de mercado. Pontua que setores da direita e da esquerda têm tentado recuperar o clima de *caça às bruxas* que a sociedade brasileira lutou tanto para superar, e diz ser curioso que isto se dê num momento em que as discussões acerca da revisão da anistia estão superadas. Podemos perceber que a *Folha de S. Paulo* considera a questão da anistia ampla geral e irrestrita como um assunto superado, uma vez que sua instabilidade pode manter um clima de tensão entre setores da direita e da esquerda. Tensão esta que, ao nosso entendimento, poderia atingir a *Folha de S. Paulo*, pois esta colaborou com a direita no poder durante a ditadura. O texto aponta para o caráter ambíguo do jornal, pois mesmo criticando que se use o passado de luta dos candidatos contra eles, o próprio jornal faz, constantemente, como podemos perceber nos eixos temáticos destacados, alusões negativas à luta armada e ao passado de Dilma como participante destes grupos. A tentativa do editorial em descolar a postura dos candidatos no passado, das suas posturas em 2010, e criticar quem alimenta críticas às posturas passadas deles, é algo que interessa à instituição jornalística, pois como ela apoiara, inclusive logisticamente, a ditadura, não quer ser, na atualidade, ligada à memória daquele momento que foi rechaçado publicamente por grande parte da sociedade brasileira, pois até mesmo nos próprios conteúdos do jornal é possível perceber que é impossível esconder as infâmias da ditadura, sua violência e repressão, afinal as denúncias, fontes e indícios são diversos, portanto, cabe legitimar a ideia de que o presente esteja deslocado e distante daquele passado.

Em 21/06/10, na página A9, Catia Seabra assinou a matéria: 'Campanhas preparam antídotos contra rivais'. Nela, é dito que campanhas preparam antídotos contra rivais nas eleições 2010, uma série de 'vacinas' para evitar os ataques dos adversários. Ressalta que comitês eleitorais buscam amenizar pontos fracos de seus candidatos. Classifica a comparação de Dilma a Mandela como uma destas 'vacinas' contra a exploração da participação de Dilma

em grupos que defendiam a luta armada entre as décadas de 60 e 70. Enquadra também como ‘vacina’ a este quesito o fato de Dilma ter atribuído sua posição política no passado ao radicalismo característico da juventude. O texto não discute a luta armada e faz uma interpretação com juízos de valor ao considerar o passado de Dilma em movimentos de esquerda que pregavam a luta armada como um ponto fraco da candidata.

No dia 29/06/10, fora publicada fala do Deputado federal José Carlos Aleluia (DEM – BA) em nota intitulada ‘tiroteio’. A fala ironiza a comparação de Dilma a Mandela, dizendo que ela iria acabar santificada pelo PT. No dia 05/09/10 temos o último material componente do eixo temático de representação correspondente à polêmica acerca da comparação entre Dilma e Mandela. Assinada por Fernanda Odilla, Sérgio Lima e Ana Flor, da sucursal de Brasília, a notícia ‘Lula deve ir ao Rio para abafar festa de Serra’, retrata a comparação feita por Lula entre Dilma e Mandela e seu argumento de que Dilma não tem ressentimentos, apesar de ter sido presa e torturada, tal como Mandela.

### **3.2.7. EIXO TEMÁTICO 7: ACUSAÇÕES DE MARTA SUPLCY À FERNANDO GABEIRA**

Em meio a especulações e acusações à candidata petista ao planalto, no que tange seu passado ligado à luta armada, *A Folha de S. Paulo* publicou no dia 17/05/10 uma reportagem que inicia outro eixo temático de representação da memória da ditadura civil-militar brasileira, agora envolvendo uma polêmica com Fernando Gabeira, que participara da luta armada e fizera parte do grupo que sequestrou um embaixador dos EUA e trocou-o por presos políticos. A reportagem em questão atenta para afirmação de um quadro petista, Marta Suplicy, de que Gabeira foi sequestrador e diz que Marta teria dito que a mídia tem dois pesos e duas medidas ao tratar do passado guerrilheiro de Dilma. A matéria afirma que, para Marta, Gabeira teve participação mais efetiva contra a ditadura, mas não é cobrado por isso, supostamente por estar aliado ao PSDB. Marta teria dito: “Esse sim sequestrou”. O texto abre espaço para réplica de Gabeira, que disse que iria ignorar a acusação por ignorar o que Marta diz já há muito tempo. Ele contradiz a afirmação da petista dizendo não ter sido escalado para matar o embaixador se fosse necessário. Destaca a posição de Gabeira de condenação do sequestro como forma de luta, argumento que se não for debatido e contextualizado acaba por ser um desdém da luta armada e acaba também por estereotipar os movimentos que seguiram por estas vias. Ao fim, dá voz à Dilma, que diz que o discurso de Marta foi feito para mostrar a diferença do tratamento da mídia sobre dois jovens que lutaram contra a ditadura. Em



18/05/10, esta questão tem continuidade nas páginas do jornal, na página A2, em uma nota o jornal destaca as falas de acusação (de Marta dizendo que “de Gabeira ninguém fala porque ele se aliou ao PSDB no Rio, mas que este sim Sequestrou”) e de defesa (de Gabeira dizendo que iria ignorar essa acusação porque já fazia tempo que ele ignorava o que Marta diz) acerca da polêmica em que se envolveram. Na página A4 uma reportagem intitulada ‘Gabeira diz que Marta ainda lhe pedirá desculpas’ traz um texto que explica polêmica noticiada um dia antes e destaca a posição de Gabeira em dizer que ignora o que Marta diz há algum tempo e que ela ainda lhe pedirá desculpas e ele aceitará, o jornal diz que o político afirmou ser mentira a acusação de que ele havia sido escalado para matar o embaixador e que hoje condena o sequestro como forma de luta (o jornal já havia destacado esta opinião de Gabeira no dia anterior). O texto relata que as declarações de Marta foram criticadas por um dos envolvidos no sequestro, Daniel Aarão Reis Filho, que disse que Gabeira não participou do sequestro e nem ia matar o embaixador, ele apenas teria alugado a casa para onde ele foi levado. Traz também a declaração de um dos presos soltos em troca do embaixador sequestrado, Vladimir Palmeira, que disse que Gabeira era apenas simpatizante e não tinha atividades armadas naquela época. A matéria acaba por desconstruir a acusação de Marta, através de argumentos de pessoas envolvidas no sequestro do embaixador dos EUA.

Em 19/05/10, Fernando de Barros e Silva escreveu coluna publicada na página A2 denominada ‘O que é isso companheira?’, nela, sai em defesa de Fernando Gabeira frente à acusação de Marta. Faz uma retomada explicativa da participação de Gabeira no sequestro do embaixador dos EUA em 1969, o destacando como figura secundária e não como articulador ou executor. Em seguida atribui a ideia do sequestro a outras pessoas, como Franklin Martins e fez questão de destacar que este era um dos atuais ministros de Lula e do PT. Ressaltando que Dilma participou de pelo menos duas organizações de luta armada, o COLINA e o VAR-Palmares. O autor pontua que o problema não é o passado, mas a maneira de lidar com ele no presente, exaltando Gabeira como alguém que já virou a página e que hoje condena sequestros como forma de luta. Neste texto, se constrói uma crítica a Dilma, ressaltando que ela afirma ainda hoje que lutou contra a ditadura do primeiro ao último dia com os meios e concepções que ela tinha, dadas as circunstâncias, o que dá a entender que Gabeira refletiu sobre seus equívocos e Dilma não. O conteúdo não debate a luta armada nem as circunstâncias que levaram parte das esquerdas a radicalizarem-se, reforçando mais uma vez o estereótipo de uma esquerda armada violenta e equivocada.



### 3.2.8. EIXO TEMÁTICO 8: QUESTÃO DA REVISÃO DA ANISTIA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

No ano de 2010, o Supremo Tribunal Federal julgou uma ação da Ordem dos Advogados do Brasil, na qual se pedia a revisão da Lei da Anistia. A cobertura desta questão tornou-se um dos principais eixos temáticos de representação do período da ditadura militar, pois o debate em torno desta polêmica suscitou uma discussão acerca do contexto de implantação desta lei e seus desdobramentos para a sociedade brasileira.

Em 13/4/10 na página A8, a *Folha de S. Paulo* publicou uma notícia chamada ‘STF deve manter Lei da Anistia inalterada’, assinada por Lucas Ferraz e Felipe Seligman. Nela o conteúdo mostra o lado repressivo e desumano do regime e explica o caso polêmico em que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) moveu, junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), uma ação que indaga a extensão da Lei da Anistia (elaborada no governo J. B. Figueiredo em 1979) para agentes públicos que cometeram crimes contra a humanidade, como por exemplo, tortura e assassinato e propõe revisá-la frente à constituição de 1988, que a assegura. O texto expõe como a questão dividiu internamente o governo, colocando os então Ministros da Defesa, Nelson Jobim (contrário à revisão) e o da Secretaria Especial de Direitos Humanos Paulo Vannuchi (a favor da revisão) em posições destoantes. No texto foi dado mais espaço para argumentações contrárias à revisão. Foi mostrada a opinião do ministro Vannuchi e em seguida sua argumentação fora desconstruída com a exposição de que o relator do caso no STF, o Ministro Eros Grau, foi torturado, mas considera inconstitucional a revisão da lei por entender que isso causaria uma insegurança jurídica. O texto engrossa o argumento dos contrários à revisão com exposição da opinião do Ministro do STF Marco Aurélio Mello, de que a questão da anistia é página virada. No conteúdo dessa matéria nós percebemos que o jornal deu pouco espaço para aqueles que defendem a revisão da lei aprofundarem seus argumentos. Ao lado da notícia, foi publicado um quadro informativo acerca da lei e do que será decidido no tribunal, mostrando a divisão interna no governo Lula entre seus ministros.

No dia 14/04/2010 na página A11, foi publicada uma nota informativa que diz que o STF adia julgamento sobre a Lei da Anistia, em ação na qual a OAB questiona a abrangência da lei, uma vez que considera os crimes de tortura, assassinato e estupro como crimes comuns, e não políticos como considera a lei de 1979.

Sábado, dia 17/04/2010, na página A3, seção ‘Tendências e debates’, foram publicados dois artigos de opiniões divergentes dividindo a página acerca da seguinte questão levantada pela *Folha de S. Paulo*: “O Supremo Tribunal Federal deve rever a Lei da

Anistia?'. Um dos artigos defende que sim e se chama: 'Lei não vale para todos os crimes'. É assinado por Dalmo de Abreu Dallari, Pierpaolo Cruz Bottini e Igor Tamasauskas. O artigo defende a revisão da Anistia por considerar que crimes políticos, segundo o próprio STF, são delitos praticados contra a ordem estabelecida com finalidade ideológica, portanto o caráter político do crime se dá na tentativa de lesionar a organização vigente do Estado, sendo assim, fica evidente, segundo o artigo defende, que estão excluídos dessa definição os agentes públicos que praticaram delitos para manter a ordem. Os autores defendem que os referidos agentes também não cometeram crimes com conexão com crimes políticos, pois não houve simultaneidade entre ações políticas e atos de tortura, afinal, a tortura não se dava no calor do combate e foram sistemáticas, planejadas, regulares e realizadas sobre vítimas já detidas e sob custódia dos agressores (Estado). Os autores afirmam que a OAB e a Associação Juízes para a Democracia buscam apenas o reconhecimento histórico de que a sociedade não compactua com práticas de um regime que limitou criminosamente a oposição e a liberdade de expressão. O outro artigo, que defende o não, chama-se: 'Decisão pode causar insegurança jurídica' e é assinado por Luis Flávio Borges D'Urso. Ele se coloca contra a revisão da Lei da Anistia por entender que as teorias modernas do direito estruturam-se em garantias jurídicas. Para o autor, a arguição da OAB, que propõe a revisão da lei acerca da punição a torturadores e assassinos no exercício do cargo público, pode gerar, se aprovada, insegurança jurídica por assumir variada interpretação jurídica e produzir efeitos retroativos na lei. Para o autor, a Lei da Anistia ajudou a apaziguar e ordenar um país conturbado e dividido entre a violência dos agentes públicos (civis e militares) que cometeram tortura, estupro e assassinato e dos militantes de esquerda que cometeram terrorismo, assalto e sequestro. O conteúdo publicado enquadra ambos os lados como praticantes de crimes comuns, porém defende que o contexto da época transfigurara esses crimes em políticos. Assim, o autor assegura que a Anistia foi algo que virou a página da história, dizendo que o Brasil agora anseia andar para a frente. Entretanto o texto também legitima os anseios da sociedade em jogar luz sobre o passado autoritário e dar satisfação às famílias de mortos e desaparecidos políticos do regime.

Em 22/04/2010, na página A14, matéria informa a condenação de um ministro da ditadura uruguaia por crimes contra a humanidade, devido ao desaparecimento de uma militante. Mostra também que um ditador daquele país foi condenado também por responsabilidade no homicídio de 10 pessoas desaparecidas durante seu governo. Esse conteúdo vem à tona num momento em que a sociedade civil brasileira discute a punição para torturadores, e a abrangência da Lei da Anistia está em questão de análise no STF. A matéria traz um exemplo de país sul-americano que puniu seus agentes da ditadura pela morte de um

número relativamente pequeno de pessoas. Entretanto a matéria não faz nenhum paralelo com o caso brasileiro, reproduzindo a querela uruguaia apenas como um dado, sem refletir, sem debater e sem opinar sobre a questão brasileira

Em 28/4/2010, na página A4 uma notícia da sucursal de Brasília – DF, assinada por Lucas Ferraz, Matheus Leitão e Felipe Seligman, retoma a polêmica acerca da questão da revisão da Lei da Anistia. A matéria traz a público que os três principais pré-candidatos à Presidência da República avaliaram que uma mudança na Lei da Anistia de 1979 e uma consequente punição dos torturadores traria mais tensão política ao debate. *A Folha de S. Paulo* infere que a tendência do STF é manter a atual lei, pois para a maioria dos ministros a lei beneficiou os dois lados e uma mudança traria insegurança jurídica. Ao fim do texto, é lembrado que Serra e Dilma foram perseguidos pela ditadura, ele na presidência da UNE, exilado, e ela em organizações de esquerda armada, presa e torturada. O conteúdo do texto deixa claro que houve excessos, torturas e repressão na ditadura e que a anistia livrou militares de serem punidos. Mas ressalta, a partir dos argumentos dos ministros do STF e dos presidentiáveis, que a anistia fora um pacto político necessário à redemocratização, beneficiando os dois lados.

No dia 29/04/2010, Felipe Seligman e Lucas Ferraz assinam matéria da página A4 com a manchete: ‘Relator é contra rever a Lei de Anistia para punir torturador’, sob uma foto em destaque que traz cartazes de rostos de desaparecidos políticos do Brasil, o que mostra que o passado repressivo ainda é uma ferida latente na memória da sociedade. Já no anúncio, a matéria aponta o relator da revisão da anistia como contrário à revisão, destacando no subtítulo a defesa de que o pacto político foi bilateral e possibilitou a redemocratização (argumento do ministro e relator do caso no STF, Eros Grau). Outra vez esse argumento aparece com ênfase nos conteúdos publicados no jornal. Sempre vem atrás da imagem de algum quadro político ou jurídico que pense assim, o que nos leva a inferir que talvez o jornal exponha a sua opinião escondendo-se na argumentação de terceiros para não deixá-la clara. O texto destaca a frase de Eros Grau de que caberia ao congresso e não ao STF reescrever a Lei da Anistia. Essa posição é uma das posições no STF e é destacada para engrossar os argumentos contrários à revisão da lei. Percebemos que não é feito o mesmo com posições favoráveis partindo de ministros do mesmo STF, agora levantamos a dúvida: por quê? Nessa toada, o texto destaca que Eros Grau, o relator, foi torturado pela ditadura e mesmo assim é contra a revisão da lei, por entender que ela foi bilateral e só não foi mais ampla porque não foi dada aos já condenados por terrorismo. (Os não condenados ao mesmo crime foram anistiados, eram poucos, pois já estavam presos ou mortos). A matéria traz um gráfico

explicativo que explica a polêmica, contrapondo resumidamente o que quer a OAB e o que querem os conservadores, e contrasta a anistia brasileira com a de outras ditaduras da América do Sul. Lembra que essa polêmica causou um racha no interior dos ministérios do governo Lula e cita que a Organização dos Estados Americanos – OEA – está analisando-a para os agentes públicos que cometeram crimes políticos contra guerrilheiros na região do Araguaia – PA. O texto destaca ainda a postura de Eros Grau, que diz que não rever a anistia não exclui o repúdio ao ato de tortura de civis e de militares. Aqui a posição destacada do ministro do STF conota o mesmo patamar dos crimes de estado cometidos no regime aos atos de resistência cometidos pelos opositores da ditadura. Naquele julgamento (dia anterior) Eros Grau votou pela manutenção da lei e o julgamento foi interrompido, porém indicando que a decisão penderia pela manutenção. Na mesma página também foi publicado um texto de análise do tema assinado por André Ramos Tavares, especial para a *Folha*, com o título: ‘Discussão extrapola as barras dos tribunais’. Trata-se de uma análise feita por professor da Universidade de São Paulo – USP –, acerca da decisão do STF sobre a manutenção da anistia geral e irrestrita (plena). Ele analisa que a tese que prevaleceu no julgamento foi a de que a nossa nova ordem constitucional foi iniciada com a incorporação expressa e inquestionável da anistia, entretanto, o professor defende que caberia uma discussão mais profunda acerca de se aquela emenda foi mesmo o início da ruptura com o sistema anterior, pois essa discussão não está encerrada, afinal o seu tema extrapola, nas palavras do professor, o campo jurídico e a capacidade pacificadora do STF, sendo inevitável que ultrapasse os campos dos tribunais. A análise apresentada pela *Folha de S. Paulo* suscita uma reflexão acerca da anistia e um questionamento acerca das instituições e suas reais representações de anseios sociais. Esses questionamentos subentendem que é a sociedade civil que deve decidir de fato a revisão da Lei da Anistia e não apenas um tribunal institucionalizado.

No último dia de Abril, 30/04/2010, o jornal publica em sua capa uma manchete chamada ‘Lei da Anistia fica como está, diz STF’, nela, indica que a matéria completa estaria na página A4. O conteúdo da capa diz que a anistia foi resultado de um amplo debate. Levantamos aqui o questionamento: até que ponto a Lei da Anistia foi resultado de um amplo debate? Uma vez que movimentos pela anistia atravessaram todo o período do regime, desde 1964, e a lei só foi promulgada em 1979 após muitos anos dos militares no poder e depois de muita perseguição política e repressão cultural. O texto de capa anuncia a decisão pela manutenção da Lei da Anistia, tomada pelo STF, e informa que os agentes do Estado que praticaram crimes de tortura não serão punidos. Ainda traz os argumentos de que a tortura é um crime comum e imprescritível, no entanto destaca que a lei foi bilateral (foi mesmo?) e

teria beneficiado os agentes do Estado e os membros de guerrilhas. Na página A4, a matéria anunciada na capa aprofunda as informações. Vem com a manchete: 'Por 7 votos a 2, STF mantém Lei da Anistia sem alteração'. A notícia é assinada por Felipe Seligman e Lucas Ferraz. O texto diz que o STF mantém Lei da Anistia sem alteração por 7 votos a 2. Expõe um quadro explicativo sobre a proposta da OAB e a decisão do STF, expondo os dois pontos de vista. Destaca os argumentos de 4 ministros do STF, 2 favoráveis e 2 contrários à revisão. O texto ainda compara a anistia brasileira com a de outros países que puniram seus criminosos a serviço do Estado. O referido quadro é democrático e disponibiliza espaço para ambos os lados argumentarem. O conteúdo do material jornalístico destaca que o STF considerou que o perdão foi consensual. Diz que o tribunal decidiu que a anistia foi um acordo político bilateral que beneficiou as partes envolvidas no processo. No decorrer das explanações informativas os autores fazem questão de dizer que um dos ministros favoráveis à revisão da lei ficou nervoso ao ser inquirido sobre seu voto. Entendemos que nesse ponto criou-se um certo descrédito em torno das análises que se dizem favoráveis à revisão. O texto ainda cita que a polêmica rachou internamente o governo Lula. Aponta ainda que os ministros fizeram questão de dizer que a decisão não se estende a documentos da época da ditadura que são sigilosos. Portanto legítima que ainda se discuta a abertura dos arquivos da ditadura. Na página A6, um texto da sucursal de Brasília – DF sob a manchete 'Corte 'perdeu bonde da história', diz a OAB', destaca já no subtítulo a afirmação de que o STF tem o mesmo discurso do passado, criando uma imagem anacrônica em torno do tribunal, prova disso é dizer que a Corte perdeu o bonde da história. Fundamenta essa interpretação destacando, mesmo que superficialmente, posições contrárias à manutenção da Lei da Anistia. Toda a notícia é construída em torno da crítica da OAB à decisão do STF sobre a não revisão da anistia. No corpo do texto são destacadas as posições da OAB e daqueles que são favoráveis à revisão da anistia contra a decisão do tribunal, referindo-se a sua anacronia. Destaca a divisão interna do governo e de órgãos estatais perante a polêmica, noticia que alguns deputados que foram torturados são contra a revisão, pois entendem que seria revanchismo frente a um pacto político. O jornal faz questão de mostrar, na notícia, opiniões que dizem que mesmo sem punições o Brasil tem o dever de pôr os fatos às vistas para que vítimas tenham seus destinos esclarecidos. Termina mostrando a postura de José Genuíno, que diz que a democracia tem o direito à memória, e com um evasivo argumento de Marina Silva que cita que a revisão causaria problemas e portanto não deveria estar sendo discutida. Também na página A6, o jornal publicou uma análise de Fernando Rodrigues, da sucursal de Brasília – DF, com o título de 'O Brasil repudia, mas não condena'. Trata-se de uma análise acerca da decisão tomada pelo STF pela manutenção da Lei da



Anistia. Diz que a decisão do tribunal mantém o Brasil na categoria de países que preferem a conciliação ao confronto. Segundo a análise, prevaleceu o medo de enfrentar as vergonhas e esse legado de não agressão política teve como consequência, no passado, uma transição lenta e gradual, uma vez que o regime estava falido mas queria um último favor da sociedade, o perdão para quem havia cometido toda ordem de desmandos. A análise considera que a anistia fora um perdão e que este, por sua vez, fora um favor da sociedade aos quadros do regime. Diz que a anistia fora aprovada num congresso composto por MDB e ARENA, onde a oposição era consentida, conotando ideia de que o congresso que aprovou a anistia estava subjugado pela ditadura. A análise expõe que a decisão do STF mostrou que a anistia foi uma lei possível naquela circunstância, foi um pacto que teve como saldo a democracia e com a manutenção da lei o país optou pelo caminho da conciliação e não do confronto. Ressalta ainda a posição dos ministros que defendem que os torturadores, mesmo que não forem condenados, serão repudiados. Destacando que o Brasil repudia, mas não condena, enfatizando o repúdio à tortura.

Eliane Catanhêde assinou notícia na página A12 do dia 01/05/10, em que destaca o alívio dos militares com a decisão do STF pela manutenção da anistia (afinal, muitos militares poderiam ser condenados se ela fosse suspensa). No subtítulo o jornal enfatiza as opiniões de Aldo Rebelo e Nelson Jobim (ministros do governo à época) que defenderam a manutenção da lei da anistia considerando que alterá-la seria reabrir feridas sem ganhar nada em troca. Destaca a opinião contrastante do ministro dos direitos humanos, que entende a decisão como lamentável, argumentando que o país tem de aprender a punir a tortura. No corpo do texto, além de destacar as opiniões já mostradas, ressaltando a nova redação da comissão da verdade que prevê a investigação (mas não a punição) dos torturadores e das organizações de esquerda, a *Folha de S. Paulo* demonstra que a avaliação militar e a opinião de ministro da defesa entendem que rever a anistia seria reabrir velhas feridas e que ainda, segundo o ministro Nelson Jobim (defesa), a anistia foi um acordo que interessa tanto ao Estado e aos agentes torturadores, quanto às organizações de esquerda que, como aparece no texto, sequestraram e usaram bombas para reagir ao regime (ações da luta armadas citadas porém não contextualizadas). No fim do texto, coloca as opiniões contrastantes novamente sobre a revisão da anistia e faz um gancho para noticiar a postura da, então, pré-candidata Dilma. Mostrando que ela, que teria dito que os crimes de tortura são imprescritíveis ao ser questionada sobre as divergências entre os ministérios, se posicionou dizendo que a posição do governo foi a posição da AGU (Advocacia Geral da União) e que não é a favor de revanchismo mas que é importante que o Brasil lembre o que foi a ditadura e nunca mais volte



a passar por isto. Em nota o texto traz a notícia de que o Brasil pode ser punido por crimes da ditadura pela Organização dos Estados Americanos (OEA), referente aos assassinatos de militantes da guerrilha do Araguaia.

Janio de Freitas assinou a coluna de opinião do dia 02/05/10, na página A6 do caderno 'brasil', denominada de 'A falta da história'. Nela ele considera como garantia de impunidade e desprezo histórico a decisão, tomada pelo STF, pela não revisão da Lei da Anistia. Seu texto aponta que a anistia deixou impunes torturadores, assassinos, estupradores e responsáveis pelo desaparecimento de presos na ditadura, período que o colunista qualifica como perverso e infame. Também afirma que a cultura nacional em relação ao crime social ou politicamente forte tem tradição de impunidades, considerando que o regime militar fora autor de crimes sociais. Para Janio, o STF tratou a história com desprezo e os crimes cometidos pelo Estado são crimes comuns e não políticos, pois são de lesa humanidade e, portanto, não há prescrições de anistias para estes casos, nem mesmo no texto da Lei da Anistia de 1979 os menciona em sentido algum. O artigo acabou por ser uma crítica à interpretação majoritária do STF de que a Lei da Anistia foi amplamente negociada entre civis e militares, pois, segundo Janio, a reivindicação de anistia começou no ano do golpe e de suas primeiras formas de repressão política, inclusive a tortura, dispersas pelo país todo, no entanto a anistia só veio a acontecer quinze anos depois que os militares estavam no poder. Este fator evidencia que a chamada negociação ampla se deu, de um lado, com o poder discricionário, armado, sem condicionamentos institucionais e sem vergonha ou pudor no uso das características estruturais do regime. Do outro lado, os oponentes, sob sujeição, procurando pequenas brechas a altos riscos para estabelecer a resistência. A coluna de Janio denuncia que o parlamento fazia uma oposição consentida e limitada institucionalmente. O clímax argumentativo do texto é a defesa de que a anistia foi discutida sob desigualdade extrema de condições entre as partes negociantes, e que os opositores do regime não possuíam nenhum meio para fazer exigências na implementação da Lei da Anistia. Mesmo que muitas denúncias se fizessem presentes, como se fizeram, elas eram limitadas. A anistia, parcial ao inimigo, e ampla, geral e irrestrita ao restante, tratou de assegurar a impunidade de agentes públicos sem risco às suas carreiras e liberdades, feita por um Estado autoritário e para agentes a serviço deste estado, num momento de esgotamento da ditadura e para evitar riscos às continuidades conjunturais perpetuadas do regime.

'Buraco negro' é o nome da coluna de Carlos Heitor Cony na página A2 de terça-feira, dia 04/05/10. Nela o autor analisa como positiva a decisão do STF em não revogar a Lei da Anistia de 79, ponderando sobre dois pontos para se justificar, primeiro: ele entende que não

compete ao STF alterar ou revogar a constituição, isto seria função do legislativo, e segundo: ele defende que a anistia foi o resultado de um pacto entre a sociedade que se opunha ao regime militar e o próprio governo dos militares, fazendo, ambos os lados, concessões que tornaram possível o retorno da democracia plena. Entretanto, o autor mesmo sendo contrário à revisão da lei e consequente punição aos torturadores, defende a importância da abertura dos arquivos secretos dos militares para que possamos responsabilizar torturadores e esclarecer um passado obscuro do país. O jornal foi plural neste assunto da não revisão da Lei da Anistia pelo STF, trazendo diversas opiniões divergentes e dando espaço para uma gama de interpretações. Prova disso é outra coluna na pá A2 do mesmo dia, mas assinada por Marcos Nobre e intitulada de 'Suicídio Institucional'. O artigo segue uma linha de tecer críticas à postura do STF de não rever a Lei da Anistia de 79. Segundo o colunista, o fato de o STF decidir que a anistia é uma questão do legislativo é uma decisão política de não tomar decisões políticas e entende que isso comum e recorrente na história do STF. Afirma que a suprema corte teria mantido em vigência uma lei, sem analisar se ela compatível. Marcos Nobre considera como atitude paradoxal a do STF sob o argumento de que a Lei da Anistia é o sustentáculo histórico da constituição cidadã (1988) e dessa forma o tribunal fez de uma lei, aprovada sob a ditadura militar, a fonte originária da ordem originária vigente, o que o colunista qualifica como suicídio institucional. O artigo acabou por ser uma crítica sagaz ao STF e sua postura pela manutenção da anistia ampla, geral e irrestrita, lei que também é alvo de críticas por aqueles que entendem que ela é fruto dos interesses dos grupos que estavam no poder durante o regime militar. Ainda no dia 04/05/10, foi publicada uma vinheta na *Folha de S. Paulo* com a notícia que informava que o ex-ministro da justiça, Tarso Genro, criticou a decisão do STF em não revisar a anistia, qualificando a decisão como falsidade histórica. Pois, segundo ele, os torturadores não participaram do pacto entre governo e oposição para pôr fim ao regime, ao contrário, tentaram bombardeá-lo. A notícia diz que Tarso Genro considera que não houve perdão da sociedade aos torturadores, afinal, para ele, a anistia foi forjada para poder haver a transição e em nenhum momento se falou em perdão. Esta notícia mostra a ditadura negativamente, dando espaço a um discurso que considera justo punir agentes do Estado, por estes terem cometido atos de barbárie.

Já no dia 05/05/10 a Seção 'Tendências/Debates' da página A3 trouxe a coluna de opinião de Paulo Sérgio Pinheiro (Foi secretário de Estado de Direitos Humanos no governo de Fernando Henrique Cardoso). Trata-se de uma crítica ao argumento de que a anistia foi um acordo. Para Paulo Sérgio não houve negociação alguma, pois a referida lei não correspondia ao projeto que a sociedade, o movimento pela anistia, a Ordem dos Advogados do Brasil

(OAB) e a oposição ao regime militar haviam lutado pra defender, tanto é que o projeto do governo para a lei foi alvo de críticas e diversos protestos à época, sendo aprovado com a pequena e expressiva diferença de 206 votos da ARENA contra 201 do MDB, fato que contradiz, segundo o texto, a interpretação do STF de que a anistia foi saldo de negociações, afinal fora aprovada num congresso em que a oposição votou em peso contra, em meio a cassações e a blindagem do governo através dos Senadores biônicos que garantiriam a aprovação da anistia tal qual foi aprovada como queria o governo e sua base. O autor entende que a consagração, pelo STF, da impunidade dos agentes do Estado, faz ainda mais urgente o estabelecimento de uma comissão da verdade para que a sociedade, mesmo tendo tido negado seu direito à justiça, possa ao menos conhecer a verdade, uma vez que, para ele, o STF negou a justiça à sociedade civil. Também no dia 05/05/10, uma notícia assinada por Gustavo Fioratti na página E10 do caderno 'Ilustrada', chamada 'Espetáculo resgata obra de Guarnieri', informa o anuncio do espetáculo dirigido por Heron Coelho da Obra de G. F. Guarnieri. O diretor decidiu modificar a apresentação e deixar o espetáculo mais dramático e abrasivo, como resposta à decisão do STF em não revisar a anistia para punir torturadores.

No dia 09/05/10, a coluna de Clóvis Rossi na página A2, chamada de 'A confissão que falta', faz um paralelo entre a postura do atual presidente russo, que condenou os crimes contra seu próprio povo na URSS com a questão da anistia no Brasil, observando que, em matéria de direitos humanos, a ocultação de verdades e liberdades públicas não pode ser medida por grau, pois se houveram violações e ocultações, cabe ao Estado prestar contas, expor a verdade e fazer *mea culpa*.

No dia 11/05/10, um texto informativo da redação do jornal informa que haveria um debate público acerca da anistia promovido pela *Folha de S. Paulo* com convidados que analisariam a não revisão da anistia e o impacto disto no julgamento do Brasil acerca dos crimes do Estado contra a guerrilha do Araguaia, pela corte interamericana de direitos humanos.

Em 12/05/10 a *Folha de S. Paulo* divulga informações sobre um debate acerca da Lei da Anistia, organizado pelo Jornal. A matéria vem sob o título de 'Para especialistas, o Brasil deverá ser condenado na OEA', e já no subtítulo revela que o debate girou em torno da decisão do STF em manter a Lei da Anistia inalterada. Destaca a opinião de quatro debatedores. A de Beatriz Afonso, que disse que não há nenhuma decisão em que a anistia para opressores tenha sido considerada legítima. Para Hélio Bicudo a anistia não foi um acordo popular, mas um acordo entre políticos e militares comprometidos. Segundo o texto, ele aponta que dizer que a anistia é um acordo popular, de lutas populares, é falsear a história

e o STF teria se equivocado por entender que perdendo as vítimas e os algozes nós conquistamos a democracia, isso fora um lamentável engano. Já Roberto Delmanto, segundo o texto, teria defendido no debate que não podemos voltar atrás na Lei da Anistia sem ferir princípios também conquistados a duras penas e permitir a punição de torturadores passaria por cima de dispositivos assegurados na constituição e a lei penal não pode retroagir para prejudicar o réu e o que o STF produziu foi uma decisão preso a uma cilada histórico-jurídica, uma vez que a anistia beneficiou os dois lados. O texto termina expondo a posição que Guilherme Guimarães Feliciano tomou no debate. Ele defendeu que a abertura de arquivos da ditadura é importante para o presente, pois através deles é possível conhecer a verdade e reparar os que foram vitimados sem ferir cláusulas constitucionais.

Já em 15/05/10 um texto noticiaisco de Clóvis Rossi (naquele momento como enviado especial a Madri), na página A19 intitulado ‘Espanha suspende juiz por mirar franquismo’, cita que o caso Gárzon/Franquismo (em que um juiz espanhol foi alvo de perseguição por abrir investigação sobre crimes contra a humanidade durante o regime fascista de Francisco Franco) tem parentesco com a polêmica brasileira em torno da comissão da verdade e da Lei da Anistia, dizendo que em ambos os países o que está em jogo é se a anistia cobre ou não crimes contra a humanidade.

A questão da não revisão da anistia só voltaria a aparecer nas páginas da *Folha de S. Paulo* em 25/05/10, quando o jornal publicou na página A16 do caderno ‘mundo’ uma reportagem com uma análise do sociólogo da UBA (Universidade de Buenos Aires) Luis Fanlo acerca da ditadura argentina (1976 – 1983) que matou cerca de trinta mil e traçou um perfil de confronto e de pouca autocritica na sociedade, gerando um valor cultural de que é preciso aniquilar o que pensa diferente. Após apresentar a reflexão sobre a realidade argentina, o jornal compara o fato de a Argentina, que teve uma das ditaduras mais violentas da história do continente, colocar em curso centenas de processos contra membros do regime militar, enquanto o Brasil aposta na anistia e no esquecimento. A postura do jornal denota uma crítica à manutenção, pelo STF, da Lei da Anistia inalterável para torturadores. A *Folha de S. Paulo* esboça tendência em apoiar a revisão da anistia para punir agentes que cometeram tortura. Essa tendência é bem equilibrada, pois o jornal abre espaço para muitas opiniões, porém em textos da redação acabam por indicar que a linha editorial tende à esta opinião. Entretanto o jornal não coloca em questão punir os responsáveis indiretos da tortura, afinal, ela não foi um ato personalizado e sim uma política de Estado, realizada por agentes, mas organizada pelos militares e financiadas por instituições e indivíduos civis em troca de favorecimentos. Aqui a *Folha de S. Paulo* não elabora o passado, pois atribui a

responsabilidade dos excessos do regime militar ao militares e aos agentes do Estado, eximindo, por ocultação, os colaboradores da ditadura e da Operação Bandeirantes (que resultou em muitas mortes e torturas contra adversário da ditadura) de responsabilidade. Aqui notamos uma coerência entre interesses e tendências do jornal, uma vez que a *Folha de S. Paulo* apoiara ideologicamente, ao menos num primeiro momento, o golpe e a ditadura, e logisticamente a repressão, portanto atribuir as responsabilidades das infâmias do regime a sujeitos diretamente envolvidos na tortura exime a instituição/empresa e aqueles que estavam ao seu lado das dívidas que possuem com a sociedade brasileira.

No dia 28/05/10, na página A2, a coluna de Fernando de Barros e Silva chamada 'Direitos fora de moda' afirma que o Brasil, em relação aos direitos humanos, ainda é um devedor costumaz, pois vítimas de tortura e assassinato não foram justicadas no país, segundo o julgamento em que o STF decidiu por 7 votos a 2 que não alteraria a Lei da Anistia a fim de possibilitar o julgamento dos que torturaram na ditadura. O autor considera que o Brasil tem condescendência com os torturadores da ditadura.

A *Folha de S. Paulo* publicou no dia 07/06/10 uma reportagem acerca de uma pesquisa do Datafolha (instituição que realiza pesquisas públicas e pertence ao grupo Folha) sobre a opinião dos cidadãos em relação à punição de torturadores. A Matéria, assinada por Bernardo Mello Franco, foi impressa na página A8 do caderno 'poder'. O título: 'Punição a tortura na ditadura divide opiniões no país' aponta que o tema divide a sociedade brasileira e que a decisão do STF que foi contrária a julgar crimes anistiados, representa leve maioria da opinião pública. Traz um infográfico detalhado que é explicado no decorrer da matéria. Nele mostra que 45% dos entrevistados eram contra a punição de torturadores contra 40% que eram a favor, já 49% eram contra a punição dos que a *Folha de S. Paulo* classificou como terroristas, contra 37% a favor da punição. O texto se refere aos agentes do Estado como torturadores e àqueles que enfrentaram a ditadura (principalmente os grupos de esquerda armada) de terroristas. Termo este que é pejorativo, uma vez que no imaginário midiático do pós-11 de Setembro terrorista é aquele cujo alvo inclui o inocente e com uma violência desproporcional. Logo a classificação daqueles que cometeram crimes políticos como terroristas, é um juízo de valor propagado pelo jornal, principalmente se considerarmos que terrorista é aquele que causa medo e terror nos outros, pois se assim for o Estado ditatorial e seus agentes podem também ser considerados terroristas, mas não é assim que eles são classificados pelo jornal, mas apenas como torturadores. O texto ainda afirma que o resultado da pesquisa foi equilibrado e que os brasileiros se dividem sobre a punição de agentes do Estado brasileiro que torturaram presos políticos. Afirma que o Datafolha também ouviu os



brasileiros sobre o tratamento a pessoas que praticavam atos terroristas contra o regime militar, neste caso o perdão é maior. O conteúdo da matéria revela equilíbrio nas opiniões de eleitores de Dilma e Serra, argumentando que esta questão não deve influenciar na corrida eleitoral. Informa também que Dilma foi presa e torturada durante ditadura e que Serra presidiu a UNE, foi perseguido e se exilou. Enfim, esta reportagem demonstra a atualidade da ditadura e como ela é uma ferida aberta ainda hoje em dia na sociedade brasileira.

Sexta-feira, dia 06/08/10, a *Folha de S. Paulo* publicou na seção 'Tendências/Debates', página A3, um artigo de opinião chamado 'O direito de conhecer a verdade' de Navi Pillay (a então comissária das Nações Unidas para os direitos humanos). Trata-se de uma crítica direcionada à Lei da Anistia de 1979 e à decisão do STF em mantê-la inalterada. Nele, ela afirma que a sentença da corte interamericana de direitos humanos exigindo que o Brasil revisasse sua anistia é um marco crucial na luta contra a impunidade numa região que necessita entender melhor e confrontar as atrocidades cometidas nas últimas décadas. Compara países do cone sul (que passaram por ditaduras militares e puniu responsáveis por crimes durante o regime) ao Brasil (que não puniu responsáveis por crimes de Estado na ditadura), argumentando que não responsabilizar os autores de crimes nas ditaduras, além de negar justiça às vítimas, pode gerar novos conflitos ao invés de criar uma reconciliação nacional como entende o STF, que negou a possibilidade de se alterar a Lei da Anistia no Brasil para punir torturadores por qualificar seus crimes como políticos. Navi Pillay defende no texto que todas as sociedades tem o direito de saber quem violou seus direitos, porque, quando, onde e como os crimes foram cometidos e de saber os destinos das vítimas. Defende ainda que anistias como a nossa sepultam a verdade e isentam responsáveis, se tornando uma lei suscetível a prejudicar a perspectiva de construção de sociedades justas e seguras, criando um contexto de impunidade que fomenta o ressentimento e a desconfiança nas instituições, encorajando os autores a cometer novos crimes e a outros a se juntarem aos criminosos. Para ela não é aceitável que as anistias sirvam para acobertar crimes e genocídios.

No dia 14/10/10, na página A14, sob o título "“Para virar a página é preciso lê-la”, afirma juiz sobre anistia", a *Folha de S. Paulo* apresenta entrevista do juiz Baltasar Garzón, famoso por pedir a prisão do ditador chileno Augusto Pinochet. A entrevista é sintetizada pela colunista do jornal Eliane Catanhêde, que destaca que Garzón disse que a revisão da Lei da Anistia, a criação da Comissão da Verdade para investigar crimes da ditadura militar e a abertura dos arquivos de torturas e desaparecimentos são uma questão de tempo no Brasil, e que para virar a página é preciso lê-la, pois a anistia é uma discussão viva no país. Os posicionamentos do entrevistado que são destacados vão de encontro com a decisão do STF



em manter a Lei da Anistia inalterada e também contra os posicionamentos de que a anistia virou a página da história.

### **3.2.9. EIXO TEMÁTICO 9: SUPREMO TRIBUNAL MILITAR E A RESTRIÇÃO DO ACESSO AOS ARQUIVOS DO PROCESSO QUE LEVOU DILMA À PRISÃO NOS ANOS 1970**

Os arquivos do processo que levou Dilma Rousseff à prisão nos anos 70 estavam armazenados no Supremo Tribunal Militar do país e em meados de 2010 a corte guardou os referidos papéis em um cofre, retirando-o do acesso ao público para evitar uso eleitoral deste material. Este fato gerou muita polêmica não país e inclusive levou a *Folha de S. Paulo* a protocolar um pedido na justiça para ter acesso à estes documentos. A cobertura do desenrolar deste fato foi outro eixo temático de representação que encontramos em meio ao nosso material.

No dia 17/08/10, uma matéria de Lucas Ferraz, de Brasília, estampou na página A9 do caderno 'poder' a manchete: 'Tribunal esconde processo contra Dilma'. O texto declara que o STM teria escondido o processo contra Dilma para evitar uso eleitoral. Afirma que o STM trancou num cofre todo o processo que levou Dilma a prisão durante a ditadura. Informa que a papelada foi retirada dos arquivos por ordem do presidente do tribunal para que fosse digitalizado e para evitar seu uso político. No texto é informado que o referido material revela fichas, fotos, depoimentos e relatórios acerca da militância de Dilma contra o regime militar. No texto é revelado que até março, quando teria sido escondido, o material podia ser consultado pelo público e não tinha o status de sigiloso. Dá a entender que há algo a ser escondido no passado da candidata petista em sua atuação na esquerda armada. Lembra que o processo guardado não era somente sobre Dilma, pois na época sessenta e sete pessoas tronaram-se réus no mesmo caso e quase todos eram integrantes da VAR- Palmares. O texto ainda diz que a candidata foi presa nos anos 70, condenada por três Estados e torturada, e que ela diz ter orgulho de seu passado de luta contra a ditadura, negando ter atuado em ações armadas, restringindo-se à posições de logística na organização. Esta notícia foi escrita de uma maneira em que põe em dúvida as afirmações de Dilma, indicando que ela teria algo a esconder de seu obscuro passado nos movimentos revolucionários. A matéria não se aprofunda no debate sobre a luta armada, tratando-a superficialmente como um movimento de esquerda radicalizada.

Dez dias depois da notícia acerca dos processos da prisão de Dilma que foram parar num cofre, a *Folha de S. Paulo* publica um editorial no dia 27/08/10 na página A2 intitulado ‘Mistérios de Dilma’. O editorial se refere à prisão da candidata nos anos 70. Sugere uma distância temporal e ideológica entre a Dilma de 2010 e a dos anos 70, que, segundo o jornal, esteve envolvida com o grupo guerrilheiro VAR – Palmares. Diz que, no processo de redemocratização, a sociedade brasileira tem superado, não sem esforço, e resistência, extremismos e fantasmas ideológicos. Neste ponto, interpretamos que o editorial cola a ideia de extremismo e de fantasma ideológico às esquerdas radicalizadas, que são apresentadas como anacrônicas. Na nossa interpretação o jornal pareceu sugerir que a participação de Dilma na luta armada fora uma decisão equivocada. O editorial afirma que pouco se conhece de Dilma Rousseff e o que se conhece é artificialmente construído por seu marketing político e, por isto, defende a importância de se ter acesso ao processo que a levou a prisão, argumentando que por ela ser candidata, a sociedade tem o direito de conhecer seus erros e acertos, principalmente em atitudes políticas.

No dia 03/09/10, foi publicado um informe na página A9 sob o slogan ‘Folha recorre para ter acesso a processo de Dilma no STM’. Tratava-se de um informe sobre o mandado de segurança protocolado pela *Folha de S. Paulo* no Supremo Tribunal Militar, em que o jornal pedia acesso ao processo que levou Dilma a prisão durante a ditadura. O jornal ressaltou que o processo da candidata, que está arquivado a mais de quarenta anos e não é sigiloso, havia sido retirado dos arquivos e levado ao cofre do presidente do STM, Carlos Alberto Marques Soares, sob o pretexto de se evitar uso político do material. O conteúdo publicado mais uma vez denota que Dilma pode ter algo a esconder no seu passado clandestino, pois, segundo o jornal, estariam tentando evitar o uso político deste período por adversários.

Outra notícia com caráter de informe do dia 11/09/10 na página 10 do caderno especial ‘eleições 2010 Presidente 40’, informa que o STM negou a Dilma acesso ao próprio processo que a levou a prisão durante a ditadura. O pedido foi negado sob o argumento de que os documentos estavam em precário estado de conservação e de que seria digitalizado. O jornal trouxe a tona no texto esclarecimentos da assessoria de campanha de Dilma que disse que o pedido de acesso fazia parte da estratégia de reunir o máximo de informações sobre a candidata para serem usadas em esclarecimentos do seu passado. Ao trazer a nota dos assessores, a *Folha de S. Paulo* fortaleceu naquele momento as possíveis interpretações de que Dilma não teria nada do que se envergonhar de seu passado, tanto é que disse que a busca pelo processo se deu para usá-lo como fonte de informações.

A polêmica em torno dos arquivos se acirra após a decisão do STM em não permitir o acesso da *Folha de S. Paulo* aos documentos sobre a prisão de Dilma. No dia 25/08/10, na página A10 do caderno 'poder', o jornal publicou uma notícia com a manchete: 'STM nega acesso a processo sobre prisão de Dilma na ditadura'. O texto desta notícia relata que o STM havia negado acesso ao processo sobre a prisão de Dilma. Relembra que a *Folha de S. Paulo* havia revelado que o processo militar que levou a candidata à prisão estava trancado num cofre desde março de 2010 e mantido em sigilo a pedido do presidente do STM, lembrando que legalmente o processo não estaria sob sigilo e que, além dela, outra sessenta e sete pessoas tornaram-se réus no mesmo caso e quase todos eram militantes da VAR – Palmares. Mais uma vez o conteúdo publicado pelo jornal levantou dúvida de que Dilma teria algo a esconder acerca de seu passado na luta armada. O jornal cita no texto a luta armada, mas não debate seu contexto.

Em 29/09/10, uma nota na página 5 do caderno 'especial eleições' informa que o STM negou liminar protocolada pela *Folha de S. Paulo* para abrir vista dos processos que levaram Dilma a prisão na ditadura, sob o argumento de se evitar uso político do material. O jornal justifica a necessidade do acesso antes das eleições para que os leitores tenham conhecimento do passado de Dilma. A forma como a matéria é construída e o conteúdo dos argumentos apresentados, conota que podem ser feitos usos políticos de fatos que envolveram Dilma no passado e que supostamente poderiam comprometer a imagem da candidata, por isso é que haveria uma relutância em torná-los públicos. O jornal ressalta que é preciso que a sociedade conheça o passado de Dilma antes da eleição, criando certo obscurantismo em relação a esta questão, como se o passado da candidata pudesse revelar algo que compromettesse sua imagem perante os eleitores. Percebemos no texto certas referências ao envolvimento de Dilma com a luta armada no Brasil, cujas ações políticas eram, entre outras, assaltos, sequestros e atentados a quartéis, crimes políticos no contexto da ditadura, mas que se descontextualizados tornam-se crimes comuns e podem colocar em xeque seus praticantes e conotar a eles o status de criminosos comuns, moralmente reprováveis. A *Folha de S. Paulo* mais uma vez não deu espaço para reflexões contextualizadas das ações e ideias da luta armada no período militar.

No dia 03/10/10 na página A9, foi publicada uma matéria mesclada com uma entrevista com o estudioso da história do Brasil, Antony Pereira. Nela o jornal destaca que A. Pereira analisa as variações da repressão no cone sul e diz que o caso brasileiro teve um baixo número de mortos, tratando a ditadura como uma questão de grau. Entretanto entendemos que um estado ditatorial e autoritário não se trata de uma questão de grau de repressão, mas sim de

uma questão de método. A entrevista em si é direcionada por perguntas da *Folha de S. Paulo* acerca de temas polêmicos. Começa com a questão da condenação, mas não punição da tortura, acerca do qual o intelectual comenta que o maior problema do país não é a impunidade, mas a falta de informação e em seguida diz que é uma escolha interessante fornecer anistia em troca de informações sobre os crimes. Em seguida o jornal propõe uma reflexão acerca do autoritarismo no judiciário como um legado da ditadura e propulsor de uma ineficiência da justiça. Neste ponto Antony Pereira confirma que há um traço autoritário no judiciário herdado da ditadura e que provoca injustiças na medida em que o autoritarismo é social, ou seja, “desigualdades extremas em termos de tratamento das pessoas dentro da lei”. Mesmo que esta publicação da *Folha de S. Paulo* faça paralelos com a questão da anistia, nós decidimos enquadrá-la neste eixo porque foi publicada justamente no período em que a polêmica acerca dos arquivos da prisão de Dilma no Supremo Tribunal Militar ganhava destaque na mídia. Justamente neste contexto, o jornal evoca a interpretação de Antony Pereira pra dizer que a ditadura foi altamente judicializada e que uma das heranças do período é o autoritarismo no poder judiciário. Interpretamos estas acusações elucidadas na entrevista como um ataque velado às dificuldades que o jornal encontrou no STM para ter acesso aos referidos documentos.

Também no dia 03/10/10, na página C2 do caderno ‘Cotidiano’, fora publicada uma coluna de opinião, assinada por Danuza Leão, sobre o primeiro turno das eleições para presidente que aconteceriam naquele dia, um Domingo. A colunista afirma que a vida dos então candidatos Marina Silva e José Serra são bem conhecidas por todos, já a de Dilma seria “meio misteriosa” (utilizando os termos da coluna). Danuza afirma que o se sabe sobre Dilma é que ela lutou contra a ditadura e que foi presa e torturada, porém sugere que não está claro se ela planejava ações ou se empunhava armas na luta armada. Por fim, a colunista diz que é um direito do eleitor saber em quem está votando, considerando-se o passado dos candidatos na escolha. O conteúdo desta coluna endossa os argumentos que a *Folha de S. Paulo* utilizou para justificar sua disputa na justiça para que o STM lhe permitisse acesso aos documentos arquivados da prisão de Dilma nos anos 70, o que lhe foi negado até então pelo tribunal militar, sob a alegação de se estar evitando o uso político do material. Mais uma vez, seguindo uma tendência do jornal, os conteúdos vêm legitimar uma postura editorial e, para tanto, novamente não contextualiza as ações da luta armada, expondo apenas o ato, isolado de conjuntura. Por exemplo, o termo utilizado no texto e correlacionado com a imagem de Dilma: “empunhar metralhadoras” (que conota a ideia de violência), se pensado por si só, é algo que desqualifica moralmente a candidata, pois o fato de utilizar metralhadoras e não ser

militar pode ser considerado um ato criminoso comum e designar certa disposição para matar, e dessa maneira contribuir na construção de uma aura negativa em torno da questão da participação de Dilma na luta armada.

Terça-Feira, dia 05/10/10, a *Folha de S. Paulo* publicou uma nota, sob o título: “Corte julga mandato da *Folha* sobre caso Dilma”, na página 5 do caderno ‘especial eleições’. Nela, informa que a Corte do STM julgaria no plenário daquele dia o mandado de segurança protocolado pela *Folha de S. Paulo*, para ter acesso aos autos do processo eu levou Dilma à prisão durante a ditadura. O jornal relembra o caso e rememora que o mandado de segurança foi feito depois de o jornal ter tido negado seu pedido de vistas aos documentos pelo presidente do STM, que teria trancado o material em seu cofre para evitar que se fizesse uso político dele e pelo fato de o material estar fragilizado pelo tempo. O jornal argumenta, no texto, que o recurso jurídico é uma necessidade, pois seria preciso ter acesso ao material naquele momento (antes do segundo turno das eleições presidenciais) para que os leitores eleitores tivessem conhecimento do passado da candidata antes do voto final. O jornal cria uma interpretação de que há algo a ser escondido no passado de Dilma e conota gravidade ao caso quando diz ser uma necessidade saiba do conteúdo “trancado no cofre” antes de votar.

Em 06/10/10, a página 7 do caderno ‘especial eleições’ trouxe a notícia “Julgamento de recurso da *Folha* sobre o caso Dilma é suspenso”. Tratava-se de uma notícia de que o julgamento do recurso da *Folha de S. Paulo* na questão dos documentos da prisão de Dilma havia sido suspenso por um pedido de tempo por um dos ministros do STM, para melhor análise do processo. O jornal informa que o processo se trata de um mandado de segurança, requerido após obter uma liminar, que o autorizava a acessar arquivos da prisão de Dilma durante a ditadura, negada no STM. A *Folha de S. Paulo* argumenta novamente que o material foi trancado no cofre da presidência do STM para se evitar uso político dele, mas é de direito do cidadão ser informado acerca do passado de Dilma antes do segundo turno das eleições presidenciais. A linha editorial segue uma tendência argumentativa neste tema, subentendendo que há algo no passado de Dilma que está escondido no STM, parecendo sugerir que aquilo que está secreto poderia revelar fatos constrangedores a respeito da candidata, o que poderia mudar os rumos das eleições.

Um importante editorial foi publicado na página A2 no dia 08/10/10. Tratava-se da posição institucional e editorial do jornal *Folha de S. Paulo* acerca da polêmica envolvendo o Supremo Tribunal Militar (STM) e os documentos arquivados do processo que levou Dilma à prisão nos anos 70. O editorial veio sob o título “Sigiloso Tribunal Militar” e seu conteúdo, ao dissertar sobre a tentativa frustrada da *Folha de S. Paulo* em acessar os arquivos, sugere que o



passado de Dilma é obscuro e que o jornal teria o afã de iluminar esta questão, porém estaria sendo impedido de fazê-lo pelo STM. O editorial lembra que Dilma sofreu sevícias e que foi mantida presa pelo regime militar autoritário. Defende-se também da acusação de querer fazer uso político do material, afirmando que vivemos em uma democracia e que, portanto, o uso político é legítimo e as informações contidas em documentos oficiais são de interesse público, acusando o STM de fazer uso político do material ao ocultá-lo. O texto do editorial também levanta questões referentes ao passado na luta armada da candidata petista, arguindo o leitor sobre o que poderia existir de tão perturbador em tais documentos, a ponto de sua divulgação ser julgada propícia a perigoso uso político. O editorial exalta o bom funcionamento de um dos órgãos institucionais da ditadura civil-militar brasileira, o STM, que, segundo o texto, tem sua idoneidade contestada atualmente, por dificultar o acesso aos arquivos. Ainda, segundo o editorial, durante a ditadura o STM agia como força moderadora de abusos de poder que eram cometidos por aparelhos de repressão à subversão armada. Neste trecho o STM acaba por ser retratado como um ponto positivo da época da ditadura, o que legitima o jornal a pedir uma restauração desta tradição da suprema corte, acusando o governo de abuso de poder e o STM de não moderar mais estes abusos.

No mesmo 08/10/10, na página A11 do caderno 'poder', uma matéria assinada por Lucas Ferraz e Gabriela Guerreiro foi publicada sob o título "Ministra de Corte militar assessorou Dilma" e com o subtítulo "Maria Elizabeth Rocha suspendeu julgamento do pedido de acesso ao processo militar que levou petista à prisão". O conteúdo informa que a ministra do STM suspendeu o julgamento do pedido de acesso ao processo militar que levou Dilma à prisão e questiona em destaque a idoneidade da ministra que suspendeu o julgamento do processo da *Folha de S. Paulo*, trazendo à luz ligações entre a ministra e Dilma e o fato de a indicação dela ao STM ter partido de Dilma. O texto sugere que o adiamento e o impedimento do acesso aos dados parecem favorecer Dilma, como se esta tivesse algo a esconder. Outra vez o jornal traz este argumento o cola no fato de a candidata petista ter sido presa, destacando o fato da prisão, mas não a conjuntura. Mantendo uma tendência acerca deste assunto, o jornal critica ações como sequestro, assassinato e roubo e especula que Dilma possa estar envolvida com estes crimes, descaracterizando a luta armada contra o regime militar como uma ação política de resistência e sim como crimes comuns e imorais. Após toda esta construção discursiva sobre o caso, o jornal ainda afirma que os leitores estão sendo impedidos de ter informações sobre o passado da candidata do PT, lembrando que as páginas do jornal já haviam revelado que o processo que levou Dilma à prisão estava trancado no cofre da presidência do STM sob o argumento de querer evitar uso político do material,



mas que ao ocultá-lo fazia uso político daqueles arquivos. Por fim, informa que o STM havia retirado de seu site a seção de julgamentos históricos, esta que o jurídico da *Folha de S. Paulo* havia considerado como argumento para acessar os arquivos, mas como a seção foi retirada do ar, expirou-se o argumento. O conteúdo acaba por ser uma denúncia de que há um uso político do STM, um aparelhamento desta instituição em favor de particulares.

Um conteúdo muito parecido fora publicado em 09/10/10, uma matéria em nota na página A10 do caderno 'poder'. A matéria explica novamente o caso do pedido da *Folha de S. Paulo* para ter acesso aos arquivos da prisão de Dilma e ressalta que isto lhe foi negado sob o argumento de se evitar o uso político daquele material. O jornal levanta suspeitas de corporativismo e aparelhamento do Estado para proteção da candidata do partido do governo, e isto fica claro na matéria, quando o jornal pontua pragmaticamente que a ministra do STM, que paralisou o julgamento do mandado de segurança do jornal para acesso aos documentos, para melhor analisar os fatos, foi assessora da Casa Civil quando Dilma era a ministra. O conteúdo da matéria legitima as tendências e posturas do jornal, ao dar enfoque ao fato de o ministério público militar deu parecer favorável à *Folha de S. Paulo* no caso. E ainda sugere que se tem dificultado o acesso aos autos da prisão de Dilma para blindá-la de possíveis acusações que possam denegrir sua imagem (principalmente se forem expostas sem reflexão e descontextualizadas, como o jornal tendeu a fazer neste momento).

No dia 10/10/10 na página A8 do caderno 'poder', duas opiniões divergentes de leitores foram publicadas na seção 'pergunta da semana'. A pergunta era: "É importante que se abra agora o arquivo militar sobre Dilma Rousseff?" Uma opinião, a de Ana Prudente (São Paulo, SP), respondia que sim, pois a não abertura impediria o acesso à memória do país, faseando a democracia. A outra, a de Cláudio Antônio Pacianotto (Presidente Prudente, SP), respondia que não, ao dizer que devemos muito àqueles que, como Dilma, lutaram contra o regime militar e que buscar seus arquivos seria uma invasão de privacidade.

Em 19/10/10 duas notas foram publicadas na página A12 do caderno 'poder'. Uma delas sob o título "STM retoma hoje julgamento de pedido da *Folha*". Seu texto informa que o STM retomaria o julgamento da ação protocolada pela *Folha de S. Paulo* que pedia o acesso aos autos do processo da prisão de Dilma durante a ditadura. A nota questiona a idoneidade da ministra que suspendera o julgamento apontando ligação dela com a candidata do PT ao planalto. Lembra que o jornal entrou com um mandado de segurança após o presidente do STM lhe negar o acesso ao processo por considerar que isto poderia implicar em uso político. A outra nota, veio sob o título "Comissão mantém processo de petista em sigilo", nela o jornal informa que além do STM, a comissão na Anistia do Ministério da Justiça mantinha

sob sigilo um processo sobre a atuação de Dilma em organizações de esquerda armada durante a ditadura. Trata-se de um processo não julgado no qual a candidata pede reparação ao governo por ter sido presa e torturada durante os anos 70. Informa também que, em 2007, este processo foi levado para o gabinete do então Ministro da Justiça Tarso Genro, por decisão dele próprio, por motivo de segurança. O conteúdo acaba por sugerir que o PT tem feito um aparelhamento do Estado em benefício próprio, conotando ainda certo obscurantismo ao passado de Dilma.

No dia 20/10/10, na página 4 do caderno ‘especial eleições’, foi publicada uma notícia com o título de “Corte julga mandado da Folha sobre o caso Dilma”. Esta notícia informa que seria retomado o julgamento do mandado de segurança sobre o caso Dilma. O jornal se justifica na notícia, ao defender que os leitores tenham direito a ter conhecimento sobre o passado de Dilma, lembrando que o processo estava num cofre do STM para se evitar seu uso político. Na página A16 do caderno ‘poder’, num texto da sucursal de Brasília, chamado “Corte adia julgamento de ação da Folha”, o jornal retrata barreiras institucionais que o impediram de acessar os autos do processo da prisão de Dilma, afirmando que o presidente do STM fizera uma manobra para suspender o julgamento, pedindo a intervenção da Advocacia Geral da União (AGU), que naquele momento teria de fazer vistas do processo, o que atravancaria ainda mais o julgamento. O jornal se defende argumentando que o caso se tratava de direito à informação e que a entrada da AGU, que representa a União Federativa, representaria, neste caso, apenas os interesses do poder executivo federal. Sustenta também que os arquivos deveriam ser abertos antes das eleições, para que as pessoas pudessem tomar conhecimento do passado de Dilma. Mais uma vez notamos uma crítica subjetiva ao envolvimento de Dilma com a luta armada quando o jornal sugere que esta blindagem em torno dos documentos poderia esconder algum crime circunstancial que pudesse gerar vergonha ou desconforto. Algo que fora abordado pela *Folha de S. Paulo* recorrentemente em nosso recorte de pesquisa foram os indícios de aparelhamento de Estado pelo partido do governo, principalmente quando o jornal aproxima a imagem do governo do PT com a ideia de autoritarismo e faz pontes com o período da ditadura.

Em 21 de outubro, na página A11 do caderno ‘poder’, uma notícia assinada por Felipe Seligman com o título “Supremo critica decisão de tribunal militar” e com o subtítulo “Ministros do STF defendem que não existe impedimento legal para que a Folha tenha acesso a processo de Dilma”. Nesta matéria, a *Folha de S. Paulo* traz à luz diversos argumentos de diversas personalidades que favorecem as opiniões e posturas do jornal em relação ao caso. Trata-se de uma notícia que informa que o Supremo Tribunal Federal (STF), em crítica às

ações do Supremo Tribunal Militar (STM), defendeu que não existiria impedimento legal para que a *Folha de S. Paulo* tivesse acesso ao processo de Dilma. O jornal ressalta nas entrelinhas o argumento de alguns ministros do STF, como Ayres Britto, que disse que em linha de princípios o processo de Dilma é um documento público, citando o art. 5º da Constituição federal: “Todos têm direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular e de interesse coletivo ou geral”. Os argumentos de Marco Aurélio Mello também são expostos, o ministro disse não ver obstáculo constitucional ao processo, defendendo que é inaceitável que tenhamos obstáculos ao acesso à história do país. E por fim, outro ministro que tem seu argumento exposto é Gilmar Mendes, que teria defendido que o processo em questão é um documento de caráter histórico e que em tese deveria ser público. Todos os argumentos de ministros do STF apresentados favorecem e embasam a postura da *Folha de S. Paulo*. Neste ponto gostaríamos de fazer uma provocação ao leitor, quais foram os posicionamentos dos outros ministros do STF? Qual seriam os argumentos contrários ao jornal defendidos no STF? Questões como estas nos exemplificam como muitas vezes à imprensa dá voz apenas aos seus interesses, para que estes sejam difundidos como justos, corretos e como verdadeiros. O conteúdo da matéria ainda coloca em questão o pedido de Vista da AGU, dizendo que isto seria uma manobra para atravancar o desenrolar do processo. O jornal ainda relembra que revelou no mês de agosto de 2010 que os documentos do processo que levou Dilma à prisão estariam trancados num cofre do STM sob o argumento de se evitar uso político do material. Este é um fato sempre retomado pelo jornal para demonstrar que o material pode conter informações que prejudiquem politicamente Dilma e que portanto ela teria algo a esconder no passado. O jornal ainda questiona contatos anteriores a entrada da AGU no processo, entre o Presidente do STM e a AGU. Por fim, encerra a matéria com a fala de um cientista político, Jorge Zaverucha, especialista nas forças armadas, que argumenta que a *Folha de S. Paulo* estaria corretíssima ao pedir acesso aos documentos e considera que o STM tomou uma atitude nada favorável à democracia. Neste ponto notamos que o jornal recorre ao discurso de autoridade de um acadêmico especialista para defender e legitimar sua postura na polêmica com o STM.

No dia 23/10/2010, na página A11 do caderno ‘poder’ fora publicada uma nota de conteúdo noticiaisco sobre o tema que contempla este eixo temático abordado aqui. Se destacava com o título: “*Folha* recorre ao STF para ver processo de Dilma na ditadura” e subtítulo: “Justiça militar suspendeu julgamento de ação por duas vezes”. A matéria que se segue informa que a *Folha de S. Paulo* recorrera ao STF para tentar acessar os autos do processo que levou Dilma à prisão na ditadura, uma vez que o STM havia suspenso por

duas vezes o julgamento da ação do jornal para ver os documentos. Novamente o jornal cita a prisão de Dilma por estar envolvida com a luta armada, mas não discute o assunto, o que como notamos é algo recorrente em nosso intervalo de pesquisa. A *Folha de S. Paulo* legitima-se dizendo novamente que há uma atualidade do interesse público, pois a candidata poderia se tornar presidente e, portanto, haveria uma urgência para a obtenção do acesso aos arquivos antes da realização do segundo turno das eleições, para que os leitores pudessem conhecer o passado da candidata. O jornal mantém uma linha argumentativa recorrente todas as vezes que toca no assunto que estamos tratando. Sempre faz uma revisão do caso, situando o leitor e expondo fatos relevantes para a defesa de seus argumentos. Por exemplo, mais uma vez nesta nota o jornal resumiu a história da polêmica envolvendo o STM, lembrando que um dos motivos da suspensão foi a entrada da AGU no processo e que em agosto a própria *Folha de S. Paulo* havia revelado que o processo de Dilma, que era público, estaria num cofre do presidente do STM e de acordo com o próprio, para se evitar uso político do material, conotando um obscurantismo em torno do passado da petista.

No dia 30/10/10, na página especial 10, Uma notícia destaca no seu título que o STF vê censura prévia no STM pela negação do pedido da *Folha de S. Paulo* de vistas ao processo que levou Dilma à prisão. Apesar de o conteúdo informar que a postura foi do STF, o jornal destaca apenas os argumentos de uma ministra, ignorando os outros. E justamente o argumento destacado possui um conteúdo que favorece e legitima a opinião e postura do jornal. O texto afirma que a ministra Carmem Lúcia disse que via censura prévia no STM por entender como preocupante o impedimento de acesso a dados que anteriormente estavam disponíveis e que diziam respeito a figuras públicas, dizendo ainda que o comportamento dos agentes públicos parecia estar criando um grave cerceio de direitos. Nitidamente este argumento engrossa as posturas do jornal. A notícia informa também que a ministra negou o acesso do jornal ao processo, apesar das considerações, por razões processuais, afinal o STF não poderia tomar uma decisão antes de o STM tomar uma decisão. Outra vez, ao tratar do assunto, a *Folha de S. Paulo* enfatiza a urgência em acessar o processo pela atualidade do interesse público, pois se justifica que Dilma poderia ser eleita e, portanto, os eleitores deveriam poder saber o passado da candidata antes das eleições. Ainda diz que a advogada do jornal considerara que a postura do STF apontava o quão absurdo era o caso, pois durante quarenta anos o processo estaria supostamente disponível ao público e no momento das eleições, em que há maior interesse, estaria trancado em uma sala, estando os cidadãos impedidos por uma autoridade de ter mais informações sobre a candidata ao planalto. O texto acaba por atribuir certo obscurantismo ao passado de Dilma, supondo que poderia haver fatos

comprometedores e que por isso estariam escondidos, parecendo supor que a burocracia do Estado estaria funcionando em benefício dos interesses do partido do governo que queria blindar sua candidata. Por fim, relembra que em agosto de 2010 a folha revelou que o processo de Dilma estava no cofre da sala do presidente do STM sob o argumento de se querer evitar o uso político do material, ressaltando que o dito material tratava do suposto envolvimento de Dilma com grupos armados de resistência à ditadura. É totalmente perceptível que sempre que o jornal trata do assunto ele incorre em resumir os últimos acontecimentos e mostrar que o material poderia ter valor político por poder comprometer a imagem da petista.

No Domingo 31/10/10, dia das eleições presidenciais do segundo turno, José Serra teve um texto seu publicado na seção 'Tendências e Debates' na página A3. Também foi publicado um texto de Dilma Rousseff, porém somente o texto de Serra contempla este assunto do qual estramos tratando neste ponto. O texto de Serra se chama "Por um Brasil decente". Ele narra o surgimento do PSDB na assembleia nacional constituinte, em 1988, na luta pela redemocratização, onde reuniu lideranças que estiveram à frente da luta contra a ditadura civil-militar. Serra oferece no texto o seu currículo ao Brasil, como uma clara referência ao fato de a imprensa não ter tido pleno acesso ao passado de Dilma através do contato com os autos do processo que a levaram à prisão nos anos 70, algo que caiu no obscurantismo quando tratado pela *Folha de S. Paulo*.

O último material que trazemos para expor qualitativamente nosso objeto foi publicado no dia 04/11/10, na seção especial 'Eleições presidente 40, A transição', o jornal informa em nota que o historiador Carlos Fico e uma aluna sua tiveram acesso negado aos documentos do ministério de relações exteriores e do conselho de segurança nacional sob a alegação de que jornalistas estariam fazendo uso indevido da documentação e buscando dados sobre os candidatos à presidência na campanha de 2010. O jornal relembra que a própria *Folha de S. Paulo* enfrentou problema semelhante ao tentar consultar o processo da ditadura contra Dilma. O jornal relembra a polêmica com o STM e pontua que foi impedido pelo STM para se evitar o uso político do material.



## CONCLUSÃO

O Jornal *Folha de S. Paulo* influenciou no curso das eleições presidenciais brasileiras através de uma cobertura jornalística ambígua, que retoma um período histórico conturbado, rememorando o que ele foi e o que representou. O quadrante de conteúdos que são negativos à imagem da candidata do PT é esmagadoramente maior do que os que respectivamente correspondem a José Serra, e isto nos aponta uma tendência jornalística que se comprova na análise qualitativa.

É possível notar, pautado no material analisado, que a *Folha de S. Paulo* se coloca de uma forma ambígua, mas contra a candidata Dilma e em prol de José Serra, recorrendo, para isto, inclusive ao passado, de luta contra a ditadura, destes. Para tanto, relaciona o passado de Serra àqueles que não tiveram opção e tiveram que se exilar, exaltando este grupo político, e passado de Dilma àqueles que pegaram em armas, aos quais de certa forma o jornal acaba por atribuir a culpa pelo endurecimento do regime, chegando a afirmar que pegar em armas provocou uma reação violenta do Estado ditatorial. As ações das esquerdas são muitas vezes descontextualizadas e criticadas com acusações de assassinato, roubo e sequestro, de forma a parecerem crimes comuns, ou seja, são apresentadas ao público sem a conjuntura que transformava aqueles atos em atos políticos, perante uma estrutura engessada de repressão, tortura e morte, o que se torna algo que pode denegrir a memória destes grupos políticos, pois uma vez apresentada fora de contexto não é possível compreender as motivações reais daqueles grupos, abrindo espaço para questionamentos morais e éticos daqueles que ali atuaram. O conteúdo analisado separa os movimentos armados das aspirações democráticas da sociedade, qualificando-os como insensatos, atrelando ao que chama de radicalismos das esquerdas a responsabilidade pelo endurecimento do regime e o fechamento dos espaços de lutas democráticas, considerando que as aspirações democráticas da sociedade foram atrapalhadas pela irresponsabilidade dos grupos armados, termos que copiosamente aparecem nos conteúdos do jornal.

Consideramos que a crítica aos valores e práticas das esquerdas armadas do passado, serve no presente, como um meio para a crítica daqueles que um dia participaram destes movimentos. O jornal tende a omitir o aparelhamento do Estado pelos militares de forma a favorecer a institucionalização da tortura e da perseguição político-ideológica, o que inviabilizou uma atuação pacífica e democrática das esquerdas.

Diferentemente do que pensávamos inicialmente, o jornal deu espaço a exposições que demonstram a ditadura como algo infame, autoritário e violento, rechaçando o autoritarismo,



a censura e a violência do opressor e do oprimido, e consequentemente apoiando a Lei da Anistia como um pacto político que beneficiou os dois lados. Foi ambíguo em alguns sentidos oscilando entre críticas e justificativas à ditadura. Expôs polêmicas e debates delicados sem se posicionar de forma clara para não comprometer sua imagem pública, dando espaço para opiniões divergentes, porém percebemos na linha editorial uma tendência em justificar o golpe de 1964 como algo que evitara algo pior e o endurecimento do regime militar como uma resposta aos movimentos armados que supostamente e genericamente buscavam substituir uma ditadura por outra. Tendência esta que contribui para eximir o jornal de qualquer culpa que se possa, porventura, se atribuir a ele, o que comprova nossa hipótese de que, pelo fato de José Serra ter se exilado e, portanto, não ter combatido incisivamente o governo militar, e Dilma ter sido uma guerrilheira, representando exatamente aquilo que a *Folha de S. Paulo* combateu incansavelmente no período ditatorial, os movimentos guerrilheiros de esquerda, o referido jornal elaborou um debate na esfera pública que ligava o passado de Dilma a uma conotação negativa elaborada em torno dos movimentos de que ela fez parte no passado, aproveitando-se do nicho mercadológico, as eleições 2010, para contrastá-la a José Serra, ao mesmo tempo em que elabora como pano de fundo um período ditatorial não tão rígido, e quando rígido, por culpa dos opositores.

De acordo com os conteúdos que analisamos, o jornal pouco explora o aspecto Civil do regime militar e desconstrói a importância histórica e as inflexões da ditadura no presente, considerando-a como um ciclo de autoritarismo encerrado e superado, deixando de debater a aproximação entre a mídia e a ditadura. Isto oculta continuidades do período ainda nos dias de hoje, como a violência policial, as más condições dos serviços públicos, a tortura, a corrupção, oligopólios midiáticos e empresariais, a desigualdade social, polarização financeira, poder dos bancos e uma sociedade conservadora e despolitizada.

## FONTES

Comissão Nacional da Verdade, 2014

*Folha de S. Paulo*, ano 88, n. 29.175, 17 de fevereiro de 2009.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.552, 01 de março de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.553, 02 de março de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.556, 05 de março de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.559, 08 de março de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.561, 10 de março de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.562, 11 de março de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.566, 15 de março de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.567, 16 de março de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.569, 18 de março de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.575, 24 de março de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.576, 25 de março de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.579, 28 de março de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.581, 30 de março de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.583, 01 de abril de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.586, 04 de abril de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.587, 05 de abril de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.588, 06 de abril de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.590, 08 de abril de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.591, 09 de abril de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.592, 10 de abril de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.593, 11 de abril de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.594, 12 de abril de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.595, 13 de abril de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.596, 14 de abril de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.597, 15 de abril de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.598, 16 de abril de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.599, 17 de abril de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.601, 19 de abril de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.602, 20 de abril de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.603, 21 de abril de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.604, 22 de abril de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.605, 23 de abril de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.608, 26 de abril de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.609, 27 de abril de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.610, 28 de abril de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.611, 29 de abril de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.612, 30 de abril de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.613, 01 de maio de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.614, 02 de maio de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.616, 04 de maio de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.617, 05 de maio de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.618, 06 de maio de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.619, 07 de maio de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.621, 09 de maio de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.623, 11 de maio de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.624, 12 de maio de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.626, 14 de maio de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.627, 15 de maio de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.628, 16 de maio de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.629, 17 de maio de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.630, 18 de maio de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.631, 19 de maio de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.633, 21 de maio de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.634, 22 de maio de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.637, 25 de maio de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.639, 27 de maio de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.640, 28 de maio de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.641, 29 de maio de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.643, 31 de maio de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.644, 01 de junho de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.650, 07 de junho de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.656, 13 de junho de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.658, 15 de junho de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.664, 21 de junho de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.665, 22 de junho de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.666, 23 de junho de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.668, 25 de junho de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.670, 27 de junho de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.671, 28 de junho de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.672, 29 de junho de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.674, 01 de julho de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.675, 02 de julho de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.677, 04 de julho de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.679, 06 de julho de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.681, 08 de julho de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.686, 13 de julho de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.687, 14 de julho de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.690, 17 de julho de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.695, 22 de julho de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.698, 25 de julho de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.702, 29 de julho de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.705, 01 de agosto de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.707, 03 de agosto de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.708, 04 de agosto de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.709, 05 de agosto de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.710, 06 de agosto de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.714, 10 de agosto de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.715, 11 de agosto de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.716, 12 de agosto de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.717, 13 de agosto de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.719, 15 de agosto de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.721, 17 de agosto de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.722, 18 de agosto de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.723, 19 de agosto de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.724, 20 de agosto de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.727, 23 de agosto de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.728, 24 de agosto de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.729, 25 de agosto de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.730, 26 de agosto de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.731, 27 de agosto de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.732, 28 de agosto de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.733, 29 de agosto de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.736, 01 de setembro de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.737, 02 de setembro de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.738, 03 de setembro de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.740, 05 de setembro de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.741, 06 de setembro de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.742, 07 de setembro de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.743, 08 de setembro de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.744, 09 de setembro de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.746, 11 de setembro de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.747, 12 de setembro de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.750, 15 de setembro de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.751, 16 de setembro de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.757, 22 de setembro de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.759, 24 de setembro de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.760, 25 de setembro de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.761, 26 de setembro de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.762, 27 de setembro de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.764, 29 de setembro de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.765, 30 de setembro de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.766, 01 de outubro de 2010.



*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.767, 02 de outubro de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.768, 03 de outubro de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.769, 04 de outubro de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.770, 05 de outubro de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.771, 06 de outubro de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.773, 08 de outubro de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.774, 09 de outubro de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.775, 10 de outubro de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.779, 14 de outubro de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.780, 15 de outubro de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.782, 17 de outubro de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.784, 19 de outubro de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.785, 20 de outubro de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.786, 21 de outubro de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.787, 22 de outubro de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.788, 23 de outubro de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.789, 24 de outubro de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.790, 25 de outubro de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.791, 26 de outubro de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.792, 27 de outubro de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.793, 28 de outubro de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.794, 29 de outubro de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.795, 30 de outubro de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.796, 31 de outubro de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.797, 01 de novembro de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.799, 03 de outubro de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.800, 04 de outubro de 2010.

*Folha de S. Paulo*, ano 90, n. 29.801, 05 de outubro de 2010.

## REFERÊNCIAS

- AARÃO REIS, D. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- ADORNO, T. W. *Educação e Emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- AGAMBEN, G. *O Amigo & O que é um dispositivo?* Chapecó: Argos, 2014.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- \_\_\_\_\_. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papirus, 1996.
- COSTA, S. Contextos da construção do espaço público no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.47, 1997.
- CUNHA, I. F. *Análise dos Média*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.
- DIAS, André B. *O Presente da Memória: Usos do passado e as (re)construções de identidade da Folha de S. Paulo, entre o “golpe de 1964” e a “ditadrandra”*. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.
- FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- \_\_\_\_\_. *A Ordem do Discurso*. 3.ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- JARDIM, M. A. C.; CAMPOS, R. S. A Construção social dos mercados e a crítica da Ciência Econômica. *Revista de Espaço de Diálogo e Desconexão*, Araraquara, v.4, n.2, jan./jul. 2012. Apresentação. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/redd/article/view/5174/4239>>. Acesso em: 16 abr. 2014.
- KUSHNIR, B. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Editora Boitempo, 2004.
- LE BON, Gustave. *Psicologia das Multidões*. Presses Universitaires de France, 1895, Edições Roger Delraux, 1980.
- LIMA, V. A. de (Org.). *A mídia nas eleições de 2006*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

MACHADO, R. Introdução. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

MARX, K. *O Capital, Crítica da Economia Política*. Livro I. São Paulo: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, K. *Dibatti sulla libertà di stampa*, In Opere I. Roma: Editori Riuniti, 1980.

POLANYI, K. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992.

SARTRE, J.-P. *O ser e o nada*: ensaio de ontologia fenomenológica. Petrópolis: Vozes, 2000.

SERRA, José. *Cinquenta anos esta noite*. Rio de Janeiro – São Paulo: Editora Record, 2014.

SIMMEL, G. O dinheiro na cultura moderna. In: SOUZA, J.; ÖELZE, B. *Simmel e a modernidade*. Brasília: UnB, 1998. p.23-40.

SODRÉ, N. W. *História da Imprensa no Brasil*. 4.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

TELES, E.; SAFATLE, V. (Org.). *O que resta da ditadura*: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

THOMPSON, J. B. *A Mídia e a Modernidade*: uma teoria social da Mídia. 2.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

VELHO, G. *Individualismo e Cultura*: notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea. 7.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ACERVO Folha. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 4 abr. 2014.

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. A Indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas. In: \_\_\_\_\_. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p.99-138.

AJOB on line. Disponível em: <<http://www.ajorb.com.br/aj-tiragem.htm>>. Acesso em: 15 mar. 2014.

ALVES, M. H. M. *Estado e oposição no Brasil: 1964-1984*. Petrópolis: Vozes, 1987.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS [ANJ]. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/>>. Acesso em: 15 mar. 2014.

AZEVEDO, F. A. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. *Opinião Pública*, Campinas, v.12, n.1, 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762006000100004&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762006000100004&script=sci_arttext)>. Acesso em: 28 set. 2012.

BENJAMIN, W. *Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. v.1. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BOURDIEU, P. *Desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais*. São Paulo: Elos: Perspectiva, 1979.

BUCCI, E. A imprensa brasileira, seu tempo, seu lugar e sua liberdade: e a ideia que (mal) fazemos dela. In: BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. M. *Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança*. São Paulo, Companhia das Letras, 2011.

BURAWOY, M. *O marxismo encontra Bourdieu*. São Paulo: Boitempo, 2012.

CAPELATO, M. H. R.; MOTA, C. G. *História da Folha de São Paulo: 1921 – 1981*. São Paulo: Impres, 1981.

COLLING, L.; RUBIM, A. C. *Mídia e eleições presidenciais no Brasil pós-ditadura*. Disponível em: <<http://www.cebela.org.br/imagens/Materia/2004-3%20169-190%20antonio%20albino%20canelas.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2012.

COSTA, C. *Ficção, comunicação e mídias*. São Paulo: Senac, 2002.

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DONOS da mídia. Disponível em: <<http://www.donosdamidia.com.br/>>. Acesso em: 14 abr. 2014.

DILMA Rousseff. Disponível em: <<http://www.dilma.com.br/>>. Acesso em: 2 fev. 2014.

EX-DELEGADO: Folha financiava repressão; Frias visitava o DOPS. 2013. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/denuncias/ex-delegado-recursos-vinham-de-empresas-como-a-folha-frias-visitava-o-dops-era-amigo-pessoal-de-fleury.html>>. Acesso em: 1 jun. 2014.

FICO, C. *Além do Golpe*: versões controversas sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro; São Paulo: Editora Record, 2004.

FOLHA digital. Disponível em: <<http://edicaodigital.folha.com.br/login.aspx>>. Acesso em: 1 fev. 2014.

FORACCHI, M. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. 2.ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977.

FOUCAULT, M. *O sujeito e Poder*. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p.253-291.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e Punir*: nascimento da prisão. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

GIDDENS, A.; TURNER, J. (Org.). *Teoria Social Hoje*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1999.

GORENDER, J. *Combate nas trevas*: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1990.

GRUPO TORTURA NUNCA MAIS/RJ. Disponível em: <<http://www.torturanuncamais-rj.org.br/>>. Acesso em: 13 mar. 2014.

JOSÉ Serra. Disponível em: <<http://www.joseserra.com.br/biografia-serra>>. Acesso em: 10 mai. 2014.

LÖWY, M. *Walter Benjamin*: aviso de incêndio. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARTINS FILHO, J. R. *Movimento estudantil e ditadura militar*. Campinas: Papirus, 1987.

MATTOS, H. *Mídia, eleições e democracia*. São Paulo: Editora Scritta, 1994.

MIGUEL, L. F. *Política e mídia no Brasil*: episódios de uma história recente. Brasília: Plano, 2002.

PARTIDO dos Trabalhadores. Disponível em: <<http://www.pt.org.br/index.php?/governo>>. Acesso em: 1 mai. 2014.

PERFIL do leitor: <[http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/quem\\_e\\_o\\_leitor.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/quem_e_o_leitor.shtml)> e <<http://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/991055-leitor-da-folha-e-ultraqualificado-mostra-pesquisa.shtml>>. Acesso em: 20 set. 2013.



PSDB 45: Quem é quem. Disponível em:  
<[http://ww1.psdb.org.br/opartido/quem\\_diretorios\\_estaduais.asp](http://ww1.psdb.org.br/opartido/quem_diretorios_estaduais.asp)>. Acesso em: 25 mai. 2014.

RAMONET, I. *A tirania da comunicação*. Petrópolis: Vozes, 2000.

RIDENTI, M. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1993.

RUBIM, A. C. *Espetáculo, política e mídia*. Disponível em:  
<<http://www.bocc.ubi.pt/pag/rubim-antonio-espetaculo-politica.html>>. Acesso em: 31 set. 2012.

SIMMEL, G. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 5.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

SINTONI, E. *Em busca do inimigo perdido: construção da democracia e imaginário militar no Brasil (1930 – 1964)*. Araraquara: FCL Laboratório Editorial Unesp; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 1999.

YOU tube. Disponível em:  
<<http://www.youtube.com/watch?v=KpkBQ4GHPjI&feature=player-embedde>>. Acesso em: 20 mai. 2014.